

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

A CORRUPÇÃO NO BRASIL ATUAL
CONFORME A PERCEPÇÃO DE EMPRESARIOS BRASILEIROS

Ezequiel Martins Paz

CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

A CORRUPÇÃO NO BRASIL ATUAL
CONFORME A PERCEPÇÃO DE EMPRESARIOS BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Professor Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa.

CURITIBA
2014

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Paz, Ezequiel Martins

A corrupção no Brasil atual conforme a percepção de empresários
brasileiros / Ezequiel Martins Paz – Curitiba, 2014.
102 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Corrupção - Aspectos sociais - Brasil. 2. Empresários brasileiros.
3. Finanças públicas. 4. Ética. I. Título.

CDD 364.1323



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Rua General Carneiro, 460 – 9º Andar Sala 908 Fone: 3360-5233.

ATA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

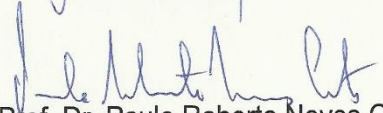
Ata da Sessão Pública de defesa de dissertação para obtenção do Título de Mestre em Ciência Política. No dia 30 de junho de 2014, às 10:00 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, composta pelos Professores Doutores Fernando de Barros Filgueiras – UFMG, Luciana Fernandes Veiga - UFPR e Paulo Roberto Neves Costa - UFPR (orientador e presidente da Banca Examinadora), com a finalidade de julgar a dissertação do(a) candidato(a) **EZEQUIEL MARTINS PAZ**, intitulada **"A CORRUPÇÃO NA PERCEPÇÃO DE EMPRESÁRIOS BRASILEIROS"**. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela Coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feito pelo orientador Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa. Após haver analisado o referido trabalho e arguido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela "APROVAÇÃO" do(a) acadêmico(a), com nota 9,0 e conceito A, habilitando-o ao título de Mestre em Ciência Política.

Curitiba, 30 de Junho de 2014.




Prof. Fernando de Barros Filgueiras


Prof. Dr. Luciana Fernandes Veiga


Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa
(orientador e presidente)

“Die wahre Politik kann keinen Schritt tun, ohne vorher der Moral gehuldigt zu haben“ (Immanuel Kant)

AGRADECIMENTOS

Agradeço de maneira muito especial ao orientador deste trabalho, o Professor Dr. Paulo Roberto Neves Costa, por sua inestimável paciência, pelo rigor de suas análises, pela disponibilidade de seu precioso tempo, por sua impecável orientação na construção e redação desta dissertação, e principalmente, pela oportunidade de ter conhecido uma pessoa muito especial.

Agradeço aos diretores e presidentes das empresas que participaram das entrevistas, por abrirem as portas de suas empresas e domicílio, pelas generosas recepções, pelo tempo disponibilizado e pelas indicações, sem as quais este trabalho não teria sido possível. Segue em ordem alfabética a lista das empresas que concederam entrevistas.

América Latina Logística - PR

BPM Pré-Moldados - SC

Brasecol Engenharia e Fundações - SC

Converd Serviços de Manutenção de Estradas - SP

Engefoto Engenharia e Aerolevantamentos - PR

GMA Tecnologia em Termoplástica - PR

Viação Itapemirim - SP

Agradeço à Karin Lia Thiel por sua assistência no agendamento das entrevistas, aos colegas Marcos Muller e ao Adalberto Afonso Thiel por seus valiosos contatos.

Agradeço aos meus filhos Björn e Tabitha Martins Paz pelo incentivo, e ao meu irmão Ezequias Martins Paz, e minha mãe Leny Rodrigues Paz pelo suporte.

Agradeço à Professora Dr. Luciana Fernandes Veiga, e ao Professor Emerson Urizzi Cervi por suas valiosas observações durante a qualificação.

Agradeço a todos os professores e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR por todo o apoio.

RESUMO

Neste trabalho procurou-se compreender como um grupo de empresários brasileiros percebe a corrupção no Brasil atual. A corrupção é um tema que afeta profundamente a credibilidade da incipiente democracia brasileira. Os empresários foram selecionados como unidades de estudo por serem considerados importantes atores sociais e políticos, e portadores de informações privilegiadas sobre a corrupção em quase todas as esferas da sociedade brasileira. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas em profundidade realizadas pessoalmente pelo autor com diretores e presidentes de empresas brasileiras. O resultado da pesquisa permitiu observar que a percepção da corrupção por parte dos empresários brasileiros não se fundamenta unicamente em fatores econômicos. Para eles a corrupção é um fenômeno complexo que abrange também o desvio de valores morais. Um dos achados mais importantes deste trabalho foi a existência de uma opinião dualista dos empresários diante corrupção, ou seja, moralmente os empresários repudiam a corrupção em todas as suas formas, mas pragmaticamente, a corrupção é tacitamente aceita no intuito de superar as barreiras impostas pela burocracia brasileira.

ABSTRACT

This work aimed to understand how a group of Brazilian CEOs and Entrepreneurs perceive corruption in Brazil nowadays. Corruption is an issue that affect profoundly the credibility of the incipient Brazilian democracy. The CEOs and Entrepreneurs have been selected as unity of analysis because they are supposed to be important political and social actors that hold special information about corruption in almost all spheres of the Brazilian society. The data collection occurred through deep interviews, conducted personally by the author, with Brazilian CEOs and Entrepreneurs. The research data allowed to observe that the perception of the CEOs and Entrepreneurs were based not solely on economic factors. For the Brazilian CEOs and Entrepreneurs, corruption is a complex phenomenon that comprehend also deviation from moral values. One of the most important findings of this work was the dualistic opinion of the CEOs and Entrepreneurs about corruption. Morally corruption is repudiated in any form, but pragmatically, corruption is tacitly accepted with the objective to overcome the barriers imposed by the Brazilian bureaucracy.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 – Fonte dos Dados: Transparência International.	28
---	----

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA CORRUPÇÃO	19
1.1 O QUE SE ENTENDE POR CORRUPÇÃO	19
1.2 GRANDE E <i>PEQUENA CORRUPÇÃO</i>	24
1.3 A PERCEPÇÃO E A MENSURAÇÃO DA CORRUPÇÃO	26
1.4 PRINCIPAIS CORRENTES DE ESTUDO DA CORRUPÇÃO.....	28
CAPÍTULO 2 – OS EMPRESÁRIOS E A CORRUPÇÃO	35
2.1 A CONSTRUÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	36
2.2 A PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS SOBRE A CORRUPÇÃO	48
2.3 OBSERVAÇÕES FINAIS SOBRE A OPINIÃO DOS EMPRESÁRIOS.....	79
CAPÍTULO 3 – O DUALISMO DOS EMPRESARIOS DIANTE DA CORRUPÇÃO...87	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXOS	101

INTRODUÇÃO

O tema central deste trabalho é a corrupção. O objetivo é compreender como os empresários brasileiros, os presidentes e diretores de empresas, percebem a corrupção no Brasil atual.

Alguns especialistas associam o aumento da percepção da corrupção com baixos índices de crescimento econômico (MAURO, 1995), outros com baixa liberdade de imprensa (GRAEFF & MEHLKOP, 2003) ou ainda com um baixo índice de liberdade econômica (WEDER & BRUNETTI, 2003). Todos estes estudos, entretanto, procuraram avaliar os determinantes para um aumento ou diminuição da percepção da corrupção comparando diversos países. Neste trabalho não há qualquer objetivo de avaliar ou mensurar índices de corrupção ou os determinantes que influenciam o seu aumento ou diminuição em nível macro ou micro. O objetivo deste trabalho é simplesmente compreender como a corrupção é percebida por empresários brasileiros dentro da conjuntura brasileira atual.

Por percepção da corrupção entende-se neste trabalho, não um index, um indicador ou uma medida sobre a corrupção, mas sim, um processo intelectual subjetivo, segundo o qual, um indivíduo interpreta e avalia comportamentos sociais individuais ou coletivos em um determinado ambiente. O processo de percepção da corrupção é influenciado não somente por estímulos do momento presente, mas também, por experiências e emoções do passado e expectativas futuras. Assim sendo, os dados que fundamentaram este trabalho são preponderantemente subjetivos.

A corrupção é um problema global que afeta em maior ou menor escala, tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento. Os efeitos e as consequências negativas da corrupção são inúmeros. Eles podem afetar toda uma sociedade, mas atingem preponderantemente os cidadãos mais necessitados dos recursos direcionados para o desenvolvimento e o bem-estar.

Na Europa, a corrupção causa um custo de 120 bilhões de Euros por ano (ESTADÃO, 2014), e no Brasil, segundo um relatório da FIESP (2010), as perdas econômicas oriundas da corrupção são estimadas em aproximadamente R\$ 60 bilhões de Reais por ano (valores de 2008). Mesmo considerando que os cálculos da FIESP podem ser contestados, pois tomam como base um país isento de corrupção, uma condição que não existe em nenhum lugar, estes números são expressivos.

Além das perdas econômicas, a corrupção afeta também o sistema político e, no caso brasileiro em particular, ela pode ser considerada um dos maiores desafios com o qual a atual democracia se depara. Lúcio Rennó (2007), a partir dos dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) de 2006, demonstrou que naquele mesmo ano, a corrupção era vista como um dos temas centrais das eleições por cerca de 30% dos eleitores brasileiros, sendo a questão da economia era importante para apenas 10% da população. A corrupção é um desafio, não somente porque a sua presença deturpa a igualdade dos cidadãos perante as instituições democráticas (“todos são iguais perante a lei”, “uma pessoa um voto”) e por consequência, influencia negativamente na legitimidade dos governos, mas também, porque sua presença, torna ainda mais difícil, para estes mesmos governos com baixa legitimidade, administrarem duas importantes forças que atuam em uma democracia: A força do Estado e todas as suas instituições e instâncias, desde o servidor público até o Presidente da República, e a força do mercado e todos os seus agentes, nacionais e estrangeiros.

O Estado e o mercado coexistem na democracia, mas trazem em sua essência características antagônicas. Em uma situação democrática ideal, o Estado fundamenta-se na igualdade dos cidadãos perante as instituições. Já as regras do mercado se caracterizam por disputas entre atores desiguais configurando a lei da oferta e da procura (MACPHERSON, 1977). O Estado democrático buscaria contemplar os interesses da maioria, enquanto que o mercado prioriza os ganhos privados. O Estado almeja uma equilibrada distribuição de renda e do bem estar entre a sociedade, enquanto o mercado prioriza lucro e o acúmulo concentrado de capital. O Estado detém o poder dentro em um território limitado e o mercado não se delimita a fronteiras nacionais.

Em uma situação ideal, as forças políticas e econômicas deveriam estar em certo equilíbrio, não cabendo aqui definir qual, contudo, a presença da corrupção, tende a desequilibrar esta situação. As transações corruptas podem fazer com que os agentes e as forças políticas se tornem reféns das forças do mercado, ou, que os agentes e as forças do mercado se tornem refém das forças políticas. O desequilíbrio entre estas duas forças pode acarretar em má distribuição de renda e bens escassos entre a sociedade, em desigualdade competitiva entre as empresas, em deficiente alocação de verbas e investimentos, e consequentemente, dificultar o desenvolvimento social e econômico de uma nação.

Os empresários, talvez mais do que a população em geral e outros agentes sociais, encontram-se teoricamente confinados entre estas duas forças, ora reféns de uma, ora de outra, ora ativos a favor de uma, ora de outra. Isso exige deles um relacionamento pragmático com ambas as forças e faz destes atores, em especial os diretores e presidentes de grandes empresas, um grupo fundamental no estudo da corrupção, dada a sua interação com o Estado e as forças do mercado.

Devido à complexidade do próprio fenômeno da corrupção, e também da dificuldade de acesso aos empresários, até o momento poucos estudos foram realizados no Brasil com o objetivo de compreender a relação entre empresários e corrupção. Este trabalho pretende contribuir para o preenchimento desta lacuna.

Devido ao caráter qualitativo e o pequeno “n” desta pesquisa, não se pretende fazer aqui inferências sobre a totalidade dos empresários brasileiros. Portanto, sempre que a expressão “empresários” for utilizada neste texto ela diz respeito, especificamente, aos empresários entrevistados.

Como será visto mais adiante, a noção de corrupção empregada neste trabalho e na avaliação das declarações dos empresários procura não se limitar às definições hegemônicas de corrupção enquanto corrupção política, as quais tendem a reduzir o termo ao pagamento e recebimento de propina ou a aquisição de vantagem indevida. A mais conhecida destas definições é a de Joseph Nye (1967), na qual a corrupção significa “(...) *um comportamento que se desvia das regras formais de um cargo público com o objetivo de obter ganhos privados*”. Já a organização *Transparência Internacional* (TI, 2009) adota uma definição mais abrangente, a saber, “(...) *o abuso de poder para obter ganhos privados*”. Como será possível observar nas afirmações dos empresários no Capítulo 2, em casos peculiares, estas definições não conseguem absorver todas as nuances daquilo que eles compreendem por corrupção.

Assim sendo, procurou-se considerar neste trabalho outras abordagens, como por exemplo, as formuladas por Dennis F. Thompson (1993)¹. Mesmo que Thompson não apresente em seu texto uma nova definição de corrupção, ele defende a integração de valores democráticos em sua abordagem. Para ele “*a corrupção é maléfica,*

¹Aqui nos referimos à obra *Mediated Corruption: The Case of the Keating Five* (*Corrupção Mediada: O Caso dos Cinco Keating*, em uma tradução livre). O Caso Keating Five trata de cinco senadores americanos acusados de terem recebido em 1989 expressivas contribuições para intervir a favor do Sr. Charles H. Keating, que na época, era presidente de uma grande empresa e estava sendo investigado sob suspeita de corrupção.

não porque dinheiro e benefícios trocam de mãos, mas sim, porque ela ignora a apresentação, o debate e a livre escolha” (THOMPSON, 1993, p. 68). Portanto, neste trabalho compreende-se por corrupção toda e qualquer transação envolvendo direta ou indiretamente um agente do Estado, cujas consequências causem danos aos processos democráticos e seus valores, como por exemplo, os valores de igualdade, justiça, representação política, e livre escolha.

HIPÓTESE E MARCO TEÓRICO

A hipótese que fundamentou este trabalho foi aperfeiçoada a partir das próprias entrevistas em profundidade que foram realizadas pessoalmente com os empresários, e que serão apresentadas no Capítulo 2 e analisadas no Capítulo 3. Notou-se nestas entrevistas que os empresários expressam uma dupla opinião sobre a corrupção. Moralmente a corrupção é, em todas as suas formas fenomenológicas, veementemente repudiada por todos os empresários. Mas, como se verá mais adiante, em casos específicos, a *pequena corrupção*² é tacitamente tolerada e pragmaticamente considerada necessária para a sobrevivência e para a competitividade das empresas.

Em outras palavras, aos olhos de todos os empresários entrevistados, a corrupção é moralmente percebida como um mal para a sociedade em geral, entretanto, em casos específicos, a chamada *pequena corrupção* é aceita e justificada por fatores práticos conjunturais inescapáveis, mais especificamente, no sentido de transpor as barreiras e deficiências do sistema burocrático brasileiro. Ou como expressou um empresário, “(...) sem ela a empresa não se sobreviveria no mercado por muito tempo”, uma expressão que poderia representar um exemplo da posição dos empresários entre as forças do Estado (as instituições burocráticas), as forças do mercado e o fenômeno da corrupção.

Não parece haver na opinião dos empresários uma situação que possa ser simplisticamente caracterizada como *hipócrita*, ainda mais em uma abordagem sociológica. Pelo contrário, verifica-se a existência de certa coerência interna às proposições. Ou seja, como será visto mais adiante, os empresários não procuram esconder ou mascarar, com um ar de falsa moralidade, sua opinião pragmática quanto à *pequena corrupção*. A maioria deles admite tolerá-la tacitamente em casos específicos, diante

²As diferenças entre *pequena* e *grande corrupção* serão apresentadas no Capítulo 1.

das pressões do mercado e dos obstáculos impostos pelo próprio sistema burocrático do Estado brasileiro. A questão é: por que os empresários argumentam desta forma? Qual é a razão para eles condenarem a corrupção moralmente, em todos os seus aspectos e manifestações, e aceitá-la, mesmo que somente em certos casos, pragmaticamente?

O marco teórico desta pesquisa³ se fundamenta nas ideias do sociólogo Robert K. Merton para argumentar que a corrupção não é simplesmente um fato individual que tem origem unicamente no mau caráter dos agentes envolvidos. Neste trabalho postula-se que, acima de tudo, a corrupção é um problema social e não apenas individual. Merton (1938), embora utilize a expressão *crime*, postula que a corrupção é um problema que tem origem na própria sociedade que inculta em seus cidadãos a obrigação, quase que exacerbada, de alcançar e praticar, através de regras socialmente aceitas e institucionalizadas, certos valores e objetivos culturalmente definidos. No entanto, esta mesma sociedade não fornece a todos os indivíduos de forma igualitária, os meios necessários para alcançarem tais valores e objetivos. Os indivíduos que procuram alcançar tais objetivos estritamente dentro das regras socialmente aceitas são denominados por Merton de “*conformistas*”. Os indivíduos, entretanto, que se vêm destituídos dos meios e das chances necessárias para alcançarem tais metas, principalmente através das regras socialmente aceitas, optam deliberadamente por ignorá-las ou violá-las (MERTON, 1938).

Em sociedades capitalistas e de consumo como a brasileira, o sucesso financeiro, o acúmulo e a ostentação de riqueza, assim como a busca pelo poder econômico e político, poderiam ser considerados alguns dos objetivos e valores socialmente importantes, independente do grau de sua relevância. Baratta (1999) critica esta teoria de Merton por não considerá-la plausível para os casos de crimes ou corrupção das camadas inferiores da sociedade. Ou seja, segundo Baratta esta teoria não contempla os “*crimes de colarinho branco*” ou de corrupção praticados por empresários, políticos e membros das *elites*, dado que estes atores possuem em fartura os meios necessários para atingirem os objetivos culturalmente definidos como importantes.

Após apresentar os dados, espera-se demonstrar no capítulo 3 que, também o comportamento dos empresários pode ser analisado a partir das proposições de Mer-

³ Agradeço a Professora Luciana Veiga por me indicar a obra de Huntington (2000), a qual foi importante para a elaboração deste marco teórico.

ton. De um lado, por terem interiorizado, tanto quanto as camadas inferiores da sociedade, os valores culturalmente dominantes, e por outro, por se considerarem também despossuídos daqueles que seriam os meios necessários para alcançar e preservar tais valores em acordo com seus objetivos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa de caráter qualitativo se fundamentou tanto na literatura acadêmica especializada sobre corrupção como também em entrevistas em profundidade realizadas pessoalmente pelo autor com empresários brasileiros. A entrevista em profundidade é uma técnica de coleta de dados utilizada nas pesquisas de campo quando há necessidade de se explorar de forma detalhada as percepções, os pontos de vistas, as orientações, as atitudes ou a experiência pessoal dos entrevistados sobre um tema em particular, e analisá-los posteriormente de forma estruturada e sistemática. Existem basicamente quatro tipos de entrevistas em profundidade: Descritiva, Estruturada, Semiestruturada e Aberta.

A entrevista *descritiva* procura, como o nome já diz, descrever ou mapear um comportamento, uma situação, ou um ponto de vista. A entrevista *estruturada* emprega um questionário fixo em todas as entrevistas e é empregada mais frequentemente quando se almeja um alto número de respondentes. A entrevista *semi-estruturada* utiliza um catálogo de questões para guiar as entrevistas, no entanto, oferece ao entrevistador a flexibilidade para adicionar perguntas pertinentes ou necessárias, quando for necessário compreender melhor o ponto de vista ou a opinião do entrevistado. Já a entrevista *aberta*, não utiliza nenhum tipo de questionário, mas sim, explora ideias para gerar novas hipóteses ou teorias.

Nesta pesquisa o tipo de entrevista em profundidade empregado foi a *semi-estruturada*, ou seja, orientada por um questionário com dezesseis questões abertas e fechadas. Todas as questões fechadas foram seguidas de um pedido de esclarecimento (Por que?), com o objetivo de proporcionar uma maior fluidez na entrevista, evitar que as respostas se resumissem a um simples “sim” ou “não” e obter uma maior qualidade das respostas. As entrevistas tiveram a duração mínima de cinquenta minutos. No capítulo 2 apresenta-se os fundamentos teóricos e metodológicos utilizados na elaboração do questionário empregado nas entrevistas em profundidade.

A seleção dos empresários ocorreu com base em dois critérios: O ramo de atividade e o fator *indicação posicional seletivo*. Com relação ao ramo de atividades, foram selecionados aqueles com maiores probabilidades de participação em licitações públicas, sem no entanto, indagar os entrevistados sobre o montante de verbas licitatórias no faturamento da empresa. Nesta pesquisa os seguintes ramos se fizeram presentes: Indústria (1) construção (2), logística (1), transportes (1) e serviços de engenharia (2).

Em algumas empresas foram realizadas duas entrevistas, portanto, o número de empresas (7) é menor do que o número de entrevistados (12). As empresas participantes apresentam um faturamento anual entre 25 milhões e 3,6 bilhões de reais. Duas destas constam entre as 100 maiores do seu ramo no Brasil, conforme a edição especial da revista Exame de 2012. Somente uma destas empresas é de capital aberto, as demais são de capital privado. As empresas participantes têm suas sedes em São Paulo (3), Paraná (2) e Santa Catarina (2). As empresas participantes autorizaram a divulgação dos seus nomes, no entanto, a identidade dos entrevistados deve ser e será resguardada. Segue em ordem alfabética a lista das empresas que participaram desta pesquisa:

América Latina Logística – PR

BPM Pré-Moldados - SC

Brasecol Engenharia e Fundações - SC

Converd Serviços de Manutenção de Estradas - SP

Engefoto Engenharia e Aerolevantamentos S. A. – PR

GMA Tecnologia em Termoplástica - PR

Viação Itapemirim - SP

Com relação ao fator de *indicação posicional seletivo*, os empresários foram selecionados por meio de indicação oriunda de outro diretor, de preferência, ainda no momento das entrevistas. Este fator seletivo foi assim denominado porque leva em consideração tanto a posição dos indicados (diretores ou presidentes) como também, a adequação destas indicações a um fator predefinido pelo pesquisador, neste caso, o ramo de atividade. A vasta maioria dos empresários foi selecionada com base no fator de *indicação posicional seletivo*, ou seja, por indicação dos seus pares ou cole-

gas, e selecionados pelo pesquisador conforme o seu ramo de atividade. O fator *indicação posicional seletivo* foi de suma importância para garantir a qualidade das entrevistas em um ambiente agradável, configurando quase que uma conversa informal.

O presente texto está dividido em três capítulos. No primeiro, apresenta-se brevemente os fundamentos teóricos da corrupção, com base nos quais, as opiniões dos empresários foram avaliadas. No segundo capítulo, apresenta-se os dados da pesquisa propriamente ditos, ou seja, as opiniões e justificativas dos empresários para cada uma das dezesseis questões do questionário. É importante ressaltar que neste capítulo, o autor procura apresentar e não avaliar a opinião dos respondentes. No capítulo três, o pesquisador procura avaliar e formular algumas inferências para melhor compreender a visão dos entrevistados diante da corrupção.

CAPÍTULO 1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA CORRUPÇÃO

1.1 O QUE SE ENTENDE POR CORRUPÇÃO

O objetivo deste capítulo é de elencar brevemente os fundamentos teóricos da corrupção que norteiam o trabalho aqui apresentado. Ou seja, não se pretende expor a temática da corrupção com exaustividade, mas sim, lançar os fundamentos para que o restante deste trabalho possa ser devidamente compreendido.

Como já mencionado na introdução, entende-se por corrupção todo e qualquer comportamento que envolva um ou mais agentes do Estado, direta ou indiretamente, cujas consequências causem danos aos processos democráticos e seus valores, como por exemplo, os valores de igualdade, justiça e representação política. Esta definição se propõe unicamente a fundamentar esta pesquisa e não reivindica validade ou reconhecimento universal, mesmo porque, não há até o momento, uma definição única e universalmente aceita sobre a corrupção, pois uma das características principais deste fenômeno é a sua complexidade. Se a corrupção fosse um fenômeno simples, passível de ser tratada da mesma forma como uma infração de trânsito, por exemplo, ela poderia ser facilmente definida e combatida com os meios legais existentes. No entanto, a corrupção se reinventa a cada dia, tornando-se sempre mais sofisticada e de difícil enquadramento nas legislações vigentes. Isto acontece por diversas razões: Primeiro porque as transações corruptas impõem aos seus participantes um severo comprometimento com o sigilo, ou seja, quanto mais alto o cargo, o prestígio dos atores, e os valores financeiros envolvidos na transação, maiores também são as exigências de sigilo. Segundo porque os agentes envolvidos informam-se previamente sobre os possíveis riscos e benefícios presentes em cada transação corrupta, pois estão cientes que para gozarem o completo usufruto dos benefícios, é necessário que os riscos sejam, tanto quanto possíveis, eliminados. Assim sendo, as transações corruptas são planejadas e orquestradas no sentido de manter no anonimato e na isenção de toda e qualquer responsabilidade, os seus principais participantes e mentores.

Além disto, Toda transação corrupta é uma relação social baseada em acordos informais de confiança (ALEMAN, 2007). Estas transações acontecem, na maioria dos

casos, em ambientes de troca de favores baseados na anuência e na confiança mútua. Os agentes envolvidos precisam confiar pelo menos na manutenção do sigilo sobre a transação corrupta e dos acordos informalmente firmados. A participação em transações corruptas deve ser um ato de livre escolha dos agentes participantes, caso contrário, não se está tratando de corrupção, mas sim de extorsão, um crime claramente definido pela legislação brasileira e passível de punição, conforme o artigo 158 do Código Penal brasileiro. Assim sendo, para que uma transação corrupta aconteça, são necessários no mínimo três elementos. O corruptor, o corrompido e as vantagens almejadas. Conforme a noção de corrupção que guia este trabalho, a participação de um agente privado não é obrigatoriamente necessária para configurar a corrupção, pois uma transação corrupta poder ocorrer também entre dois agentes do Estado com o intuito de adquirir poder político, vantagens partidárias, status, reconhecimento ou a manutenção do poder político familiar por meios nepotistas. Nestes casos, a corrupção e o jogo político legítimo tornam-se quase que indistinguíveis. Entretanto, dependendo da noção de corrupção adotada, os componentes podem ser outros. Nas definições que reduzem o conceito de corrupção unicamente aos casos de propina, por exemplo, os elementos são; O agente público, o agente privado e os benefícios almejados. Neste caso, a corrupção é sempre uma interação entre um agente público e um agente privado, e as vantagens, são sempre privadas. Estas definições não conseguem absorver os casos de corrupção onde ambos os agentes são públicos, ou as vantagens, não são privados.

O senso comum, e também muitos estudiosos, igualam o termo corrupção à uma chave linguística pejorativa que engloba genericamente, inúmeros atos considerados ilícitos segundo o Código Penal Brasileiro, como por exemplo, o pagamento de propina, fisiologismo, nepotismo, suborno, peculato, exação, extorsão e outros. Para um cientista político, entretanto a corrupção é um termo intrigante e complexo (MULGAN, 2012, p. 25). No entanto, até o momento, não há entre os pesquisadores, uma definição única e universalmente aceita sobre a corrupção (LANGSETH, 2006, p. 9).

Vito Tanzi (TANZI, 1998, p. 564) defende que a corrupção tem sido definida de muitas maneiras e cada uma delas deixa a desejar em algum aspecto. Conforme Tanzi (1998), a corrupção é semelhante a um elefante, pois mesmo sendo difícil descrevê-la, as pessoas não têm problema algum para reconhecê-la quando se deparam com ela. Todavia, sem uma clara definição de corrupção seria difícil diferenciar entre o jogo

político bem intencionado e o comportamento de políticos mal intencionados. Mas talvez, uma das mais graves consequências da ausência de uma consistente e plausível definição de corrupção é a genérica sinonimização deste termo com os termos *crime* e *delito*.

O sociólogo Syed Hussein Alatas, em seu texto seminal denominado *The Sociology of Corruption* (1999), expressa enfaticamente a necessidade de se diferenciar entre comportamentos criminosos e comportamentos corruptos. Um ato corrupto pode ter motivações criminosas, mas nem todos os atos criminosos possuem, necessariamente motivações corruptas. No Brasil, ultrapassar o sinal vermelho é claramente um ato criminoso suscetível de punição, pois infringe a legislação de trânsito vigente, no entanto, este mesmo ato não é considerado corrupto pela sociedade em geral. O crime de improbidade administrativa pode igualmente ter sua origem em uma intenção corrupta (o desvio de verbas para fins privados ou políticos), mas também na incompetência administrativa de um gestor público. Assim sendo não se deve confundir corrupção com crime, mesmo que ela seja tratada como tal.

A corrupção não deve ser confundida também com o “ilícito”, pois nem toda transação ilícita é corrupta, e nem todas as instancias da corrupção são ilícitas (BARDHAN, 1997, p. 1321). Em suas manifestações, a corrupção pode contemplar várias formas ilícitas em uma só transação, mas também, manifestar-se sem, aparentemente envolver-se com nenhum ato ilícito. Contudo, é necessário fazer ainda distinção entre transações imorais e transações corruptas, pois nem todas as transações imorais são corruptas, e uma transação corrupta pode não ser considerada imoral por todos os observadores em todas as circunstâncias (BARDHAN, 1997). O pagamento de propina, por exemplo, é considerado um ato imoral e corrupto na maioria das sociedades ocidentais, no entanto, o pagamento de propina com o intuito de proteger ou salvar a vida de camaradas políticos, como ocorreu nos campos de concentração nazistas ou em ditaduras autoritárias, pode conter um outro significado moral, dependendo do ponto de vista do observador. Johnston (2002, p. 11) observa também, que a corrupção não é sinônimo de escândalos, pois mesmo que um ato corrupto possa se tornar um escândalo, nem todos os escândalos tem origem em um ato corrupto.

Devido à complexidade que envolve o termo corrupção, os juristas convencionaram utilizar as expressões “corrupção ativa” e “corrupção passiva” para distinguir entre as ações do agente público e o agente privado. Esta distinção se baseia nas definições que reduzem corrupção aos atos de pagar ou receber vantagens indevidas

(propina), e têm a finalidade de proporcionar ferramentas teóricas, técnicas ou jurídicas para as análises das transações corruptas, no entanto, tal distinção não enfraquece o fato que, em uma transação corrupta, todos os atores participam de livre e espontânea vontade. Conforme o Art. 317 da Lei 2848 de 1940 do Código Penal Brasileiro, o servidor público comete corrupção passiva, quando solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente alguma vantagem indevida ou promessa de tal vantagem. O simples fato de um agente público solicitar vantagem indevida já se caracteriza como crime de corrupção passiva. Caso o agente privado consinta na transação e conceda a vantagem indevida, o agente público comete corrupção passiva e o agente privado, corrupção ativa. O agente público sempre comete corrupção passiva, tomando ou não a iniciativa no ato corrupto. Já conforme o artigo 333 da mesma lei acima mencionada, o agente privado comete corrupção ativa quando oferece ou promete vantagem indevida à um funcionário público para determina-lo a praticar ou retardar atos de ofício. A simples oferta de vantagens indevidas ao servidor público já se caracteriza como crime de corrupção ativa, independentemente deste aceitar ou não a oferta. Nas Ciências Sociais, no entanto, cometem corrupção ativa todo aquele que toma a iniciativa na transação corrupta, isto é, todo aquele que solicita ou oferece vantagens indevidas, seja ele um agente público ou privado, e comete corrupção passiva, todo aquele que consente em participar de uma transação corrupta, ou simplesmente concede as vantagens indevida solicitadas (LANGSETH, 2006, p. 9).

É necessário distinguir também os financiamentos de campanha política e as práticas de Lobby legais das práticas corruptas. No Brasil, os financiamentos de campanhas e os aportes financeiros para partidos políticos, são legais até o limite de 2% do faturamento bruto de uma empresa do ano anterior à eleição (LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997). Em 2002 foram gastos no Brasil R\$ 798 milhões em campanhas eleitorais. Já em 2012 este número subiu para R\$ 4,5 bilhões (STF, 2013). O gasto per capto nas campanhas eleitorais brasileiras é maior do que o efetuado em países como a França, Alemanha e Inglaterra. Em 2010 os deputados federais investiram em suas campanhas em média R\$ 1,1 milhão, e os senadores R\$ 4,5 milhões, para serem eleitos. Como observa Speck (2011), o papel do dinheiro é um importante indicador para avaliar o equilíbrio entre igualdade e liberdade como valores centrais da democracia. Os financiamentos privados de campanhas, se praticado de forma descontrolada e usurpadora, “podem exercer uma influência negativa e perniciosa so-

bre os pleitos, aptos a comprometer a normalidade e legitimidade do processo eleitoral, e comprometer a independência dos representantes” (BARBOSA, 2013). Ao comprometerem a isonomia dos processos eleitorais, os financiamentos de campanhas comprometem também os valores e os fundamentos de igualdade da democracia, pois os interesses de alguns serão melhores e mais afortunadamente representados do que de outros. Conforme Speck (2011) pode-se classificar as empresas financiadoras de campanhas em dois tipos principais: As “ideólogas” e as “investidoras”. As empresas “ideólogas” contribuem por afinidade ideológica com os partidos, e as “investidoras” o fazem com o intuito de adquirir no futuro, vantagens econômicas ou privilégios. *“Nas campanhas eleitorais, o dinheiro tem papel-chave. Os dados sobre o financiamento das campanhas falam bem claro: quanto mais recursos um candidato tiver, maior a chance de ele se eleger”* (SPECK, 2010).

A prática de Lobby é a princípio neutra, ou seja, comporta o lícito e o ilícito, e conforme Gisele Machado (2013) *“não existe lobista no Brasil, pois quem trabalha com Lobby neste País prefere se definir como mediador de interesses ou profissional de relações governamentais”*. Esta hesitação em utilizar a palavra Lobby está vinculada à uma carga e imagem negativa imputada a esta prática. Para a população em geral e também para alguns empresários, o Lobby no Brasil está intimamente ligado com a corrupção. No entanto, o lobby é uma prática legal em democracias desenvolvidas, tanto na América do Norte como na Europa. No Brasil, a prática do Lobby, até o momento, ainda não está regulamentada formalmente. Lobbying é a atividade através da qual os grupos de pressão buscam participar do processo estatal de tomada de decisões, contribuindo desta forma, para a elaboração das políticas públicas pertinentes (OLIVEIRA, 2004, p. 22). Todavia, nem todo grupo de pressão é Lobby. Conforme o Projeto de Lei 1202/2007 que tramita no congresso referente ao Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas, segue um resumo, formulado por Gisele Machado (2013, p. 31), diferenciando as práticas que são e não são consideradas Lobby no Brasil.

É Lobby:

- Monitorar o cenário legislativo e administrativo.
- Proporcionar às autoridades pareceres técnicos e sugestões.
- Orientar o cliente a visitar tomadores de decisões públicas.
- Procurar aliados e adversários para convencê-los a colaborar em seus objetivos.
- Utilizar a mídia para divulgar seus posicionamentos.

Não é Lobby e pode configurar corrupção:

- Receber remuneração para influenciar decisão judicial.
- Forçar a ação de autoridades públicas, utilizando métodos ou processos escusos.
- Prejudicar ou perturbar reunião de interesse público.
- Receber bônus pelo êxito em benefício do cliente perante a administração pública.
- Oferecer vantagens às autoridades públicas em troca de favores.

A prática de Lobby deve ser diferenciada ainda da prática de Tráfico de Influências, a qual se caracteriza pelo “*ato de solicitar, exigir, cobrar, obter para si ou outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício de sua função*” (NOGUEIRA, 2004, p. 43). Assim sendo, conforme a definição adotada neste trabalho, a prática exacerbada ou desigual tanto de financiamento de campanhas como de Lobby, podem denotar corrupção, quando suas consequências causem danos aos processos democráticos e seus valores.

1.2 GRANDE E PEQUENA CORRUPÇÃO

O termo “corrupção” por si só, não permite distinguir em uma transação corrupta, o cargo ou o grau de poder inerente ao representante do Estado envolvido na transação. O termo por si só, não permite nem mesmo vislumbrar as dimensões políticas e financeiras de uma transação corrupta e muito menos as suas consequências (AMUNDSEN, 1999, p. 3). O termo “corrupção”, em sentido genérico, pode estar tratando da ação de um policial - que isenta um conhecido de uma justa multa de trânsito, ou da decisão de um Ministro – que concede despacho favorável à um projeto superfaturado em bilhões de dólares para a empresa que lhe financiou a campanha política. Assim sendo, por razões metodológicas e analíticas, os cientistas políticos convencionaram distinguir entre dois tipos de corrupção. A *grande corrupção* (*grand corruption*), também denominada de corrupção política propriamente dita, e a *pequena corrupção* (*petty corruption*), também chamada de corrupção burocrática.

A *pequena corrupção* (*petty corruption*), é aquela praticada geralmente, mas não exclusivamente, no âmbito onde as leis e as ordenanças são executadas (AMUNDSEN, *ibidem*). A *pequena corrupção* pode envolver a troca de pouco dinheiro por facilidades burocráticas, por concessão de pequenos favores, como a isenção de uma multa, a pavimentação de uma estrada, ou pelo emprego de familiares em cargos não

expressivos (LANGSETH, 2006, p. 9). A pequena corrupção é sempre uma transação circunstancial, esporádica, entre dois atores, e não está inserida em um sistema maior e sistemático de obtenção de vantagens. Entretanto, a distinção nominal entre a grande e a *pequena corrupção*, não significa que esta última deva ser desprezada. Pelo contrário, as consequências da *pequena corrupção* podem ser significativas se elas se tornarem frequentes e afetarem os sistemas de educação, saúde e segurança pública (ALEMAN, 2007, p. 6). Em geral, a *pequena corrupção*, mesmo com sua aparência inofensiva e desprezível, conduz à ineficiência, distribui injustamente recursos escassos do Estado, deturpa as políticas públicas, aumenta o custo dos negócios e denigra a legitimidade do Estado nos níveis inferiores da sociedade (ROSE-ACKERMAN, 2006, p. xix).

A *grande corrupção* (*grand corruption*) é aquela que afeta e permeia os altos escalões de um regime político. A *grande corrupção*, ou corrupção política propriamente dita, é uma transação que envolve importantes atores políticos tomadores de decisões a nível municipal, estadual ou nacional, cuja consequência afeta direta ou indiretamente as cidades, os estados ou a nação como um todo. Estes atores políticos, além de possuírem um estreito relacionamento com a elite empresarial e econômica do país, possuem também o poder não somente para impor o cumprimento das leis, mas também grande influência na manipulação e criação de novas leis. A *grande corrupção* existe, portanto, quando os altos representantes das forças políticas, através de seus poderes, cargos e influências, se sobrepõem, manipulam ou criam novas leis, enquanto interagem com agentes empresariais, econômicos, ou da sociedade em geral, seja nacional ou internacional, com o intuito de obter vantagens para preservar ou aumentar seus poderes, *status* e riqueza, em detrimento do interesse público municipal, estadual ou federal, e dos processos democráticos (AMUNDSEN, 1999, p. 3). A *grande corrupção* pode envolver altas somas de dinheiro, ou simplesmente a contínua e sistêmica prática de nepotismo por uma família que procura se apoderar de um cargo ou instituição pública, como acontece com os cartórios. A grande corrupção ganha forma quando as transações corruptas deixam de ser circunstanciais e se tornam sistêmicas, ou seja, quando mais de duas pessoas estão envolvidas e quando a prática se torna planejada, repetitiva e institucionalizada em certo ambiente do Estado. Neste caso os tomadores de decisão manipulam sorrateiramente as ordenanças e as regras de conduta são inteligentemente distorcidas para

não infringirem as leis, mas sim atenderem a interesses adversos aos valores democráticos. A *grande corrupção* pode desvirtuar a alocação de recursos a nível nacional, pode interferir no processo representativo e também, na tomada de decisões políticas estratégicas nacionais e internacionais, podendo, em certos casos, levar o Estado à uma falência institucional (AMUNDSEN, 1999).

As principais diferenças entre a pequena e a *grande corrupção* consiste no fato de a pequena corrupção ser circunstancial e se fazer presente principalmente no âmbito onde as ordens e as leis são executadas, caracterizando-se pela infração ou desconsideração destas próprias leis sem que haja, aparentemente a curto prazo, consequências diretas para os processos democráticos em geral. Já a grande corrupção se constitui de um ou vários atos de corrupção que envolvem a soma de pequeno ou grandes valores, tangíveis ou intangíveis, que afetam e se manifestam nas funções vitais de um sistema político, como por exemplo, na indevida licitação de obras públicas, na falta de isonomia na concessão de serviços públicos, no encampamento de uma instituição pública por uma família, na manipulação dos processos eleitorais, etc. A plena distinção entre a pequena e a *grande corrupção*, não é possível, pois depende de uma clara separação entre o jogo político e a administração pública. No entanto, esta distinção tem importâncias práticas e analíticas significativas (AMUNDSEN, 1999), pois cada uma destas perspectivas exige metodologias e ferramentas de pesquisa diferenciadas. Uma pesquisa baseada exclusivamente na a opinião popular, por exemplo, não seria o instrumento mais adequado para um estudo preciso da *grande corrupção*, mas serviria, adequadamente para avaliar a percepção popular com respeito à *pequena corrupção* (MILLER, 2006, p. 166). As entrevistas em profundidade utilizadas neste trabalho, permitem uma avaliação significativa tanto da *pequena corrupção* do ponto vista dos empresários, ou seja, aquilo que eles vivenciam no seu dia-a-dia, como também, da *grande corrupção*, que os relaciona com os altos tomadores de decisão pública.

1.3 A PERCEPÇÃO E A MENSURAÇÃO DA CORRUPÇÃO

A percepção é uma das principais fontes de informação para as pesquisas empíricas sobre a corrupção. Ela é utilizada preponderantemente na compilação de índi-

ces de corrupção, ou seja, na elaboração de medidas quantitativas baseadas na opinião de entrevistados a respeito das maneiras, da frequência, da intensidade e da quantidade de manifestações corruptas em uma dada sociedade. A este respeito, Abramo (2005, p. 1) abre o seu texto denominado *Percepções Pantanosas* com as seguintes palavras: “*Este artigo defende que as percepções sobre a corrupção devem ser tomadas com cautela, pois informam pouco sobre o fenômeno da corrupção*”. Desde 1995 o Corruption Perception Index (CPI) é o índice que se tornou mundialmente propagado e discutido entre os estudiosos e a mídia em geral. Por se fundamentar em dados subjetivos oriundos da percepção para formular um ranking da corrupção entre diferentes países, o CPI é criticado por vários autores (JOHNSTON, 2000), (ABRAMO, 2005) (GALTUNG, 2006), (JOHNSTON, 2007), (FILGUEIRAS, 2009). Em sua enorme formula de cálculo, o CPI utiliza um enorme número de dados oriundos de diferentes fontes internacionais (na edição de 2013 foram utilizadas 13 fontes), onde a grande parte delas obtêm seus dados majoritariamente através da opinião e percepção de executivos de empresas transnacionais a respeito dos países onde atuam. Em certos casos, o CPI utiliza também, a opinião de experts locais, mas em escala muito menor. O CPI é apresentado formulando um ranking (*rating*) de países conforme o grau de corrupção (*score*) percebido nas nações participantes. Este grau de percepção é relacionado atualmente à uma escala de 0 – 100 (antes de 2012 de 0 – 10), sendo que zero (0) representa um país com alto grau de corrupção, e cem (100) um país praticamente isento de corrupção. O Brasil participou de todas as pesquisas divulgadas desde 1995 com os resultados apresentados na tabela da figura 1 a seguir. Conforme estes dados, a corrupção no Brasil deveria estar crescendo a índices galopantes, mas isto não é exatamente o que percebem os empresários como será apresentado no capítulo 3. Assim sendo, estes dados confirmam a observação de Abramo (2005) de que mensurações baseadas na percepção devem ser observadas com cautela, e portanto, também as percepções dos empresários entrevistados nesta pesquisa são entendidas como unidades de estudo que, ao se tornarem um conjunto de respostas possibilitam revelar uma certa “imagem” sociocultural da corrupção.

Ranking do Brasil no Corruption Perception Index Desde 1995 até 2013		
Year / Ano	Rating / Ranking	Score / Pontuação
1995	37	2,70
1996	40	2,96
1997	36	3,56
1998	46	4,00
1999	45	4,10
2000	49	3,90
2001	46	4,00
2002	45	4,00
2003	54	3,90
2004	59	3,90
2005	62	3,70
2006	70	3,30
2007	72	3,50
2008	80	3,50
2009	75	3,70
2010	69	3,70
2011	73	3,80
2012	69	43*
2013	72	42*
* Novo sistema de medição do score. Não mais de 1 a 10, mas sim de 1 a 100.		

Tabela 1 – Fonte dos Dados: Transparência Internacional.org

1.4 PRINCIPAIS CORRENTES DE ESTUDO DA CORRUPÇÃO

Os estudos da corrupção na contemporaneidade se fundamentam, basicamente, em poucas correntes teóricas com perspectivas e critérios próprios, tanto para definir como também para determinar a presença da corrupção. Neste trabalho, a avaliação das afirmações dos empresários entrevistados se dará, em grande parte, com base em três correntes teóricas; a corrente jurídica, econômica e sociológica (FILGUEIRAS, 2004), (PHILP, 1997). Salienta-se, entretanto que as fronteiras teóricas destas correntes não são estanques, permitindo que ideias transitem entre elas. Todas elas trazem em comum, no entanto, certa semelhança com o pensamento Grego antigo de corrupção, segundo o qual, a corrupção é entendida como a sobreposição do interesse privado diante do *bem comum* da *polis* (FILGUEIRAS, 2004, p. 144). Todavia, as correntes contemporâneas, substituem a ideia do bem comum por uma

ideia de *interesse público* (FILGUEIRAS, 2004). Neste trabalho entende-se por “interesse público” uma ideia, resultante da soma ou da maioria dos interesses individuais que representam o interesse da totalidade ou da maioria dos indivíduos de uma comunidade (MATTEUCCI, 1998, pp. 106-107). Pelo termo “bem comum” entende-se uma ideia que representa o bem estar e os interesses de todos os indivíduos de uma comunidade (MATTEUCCI, *ibidem*). Ou seja, o bem comum busca a felicidade de toda uma comunidade enquanto que o interesse público aceita que uma minoria seja infeliz, caso os interesses da maioria sejam contemplados. Na corrente epistemológica jurídica, as leis positivas materializam a ideia de interesse público (FILGUEIRAS, 2004, p. 126), e na corrente econômica, esta mesma ideia é representada pelas instituições do Estado e do Mercado (FILGUEIRAS, 2004, p. 144).

A corrente jurídica tem forte inspiração no direito positivo que se opõe ao direito natural (FILGUEIRAS, 2004). Para os representantes da corrente jurídica, a corrupção significa infringir ou desviar-se das leis positivas, escritas ou não escritas, de cada Estado. Joseph Nye, um dos pensadores desta corrente de estudo, formulou a definição de corrupção mais conhecida e empregada na contemporaneidade. Conforme Nye (1967, p. 417), “*corrupção é o comportamento que se desvia das regras formais de um cargo público em prol de interesses privados com fins de ganhos pecuniários ou de status*”.

Neste sentido, corrupção envolve um desvio de comportamento que viola as leis ou normas instituídas por um sistema jurídico ou político, todavia, esta definição trata especificamente de um agente público no cumprimento de suas funções, ou fora delas. A este respeito Gardiner (2007, p. 36) observa que, alguns Estados podem não prever ou possuir um código oficial de conduta para seus agentes públicos, e neste caso, mesmo havendo má conduta, não haveria corrupção se a definição da corrente jurídica fosse tomada como parâmetro. Há nesta corrente um forte apelo para a instância comportamental dos indivíduos, suscitando a ideia que, para se eliminar a corrupção, bastaria corrigir ou eliminar tais maus comportamentos da esfera dos agentes públicos. Sobre isto, Gardiner (2007, p. 30) alerta que, um enfoque analítico unicamente baseado no caráter jurídico do comportamento dos agentes públicos, deixa de perceber que a corrupção, muitas vezes, se insere de forma sorrateira no sistema social e político de um Estado, e não é percebida como estranha a ele, ou seja, o desvio de comportamento ou o comportamento ilegal, não é observado como tal. Além

disto, como observa Bardhan (1997), nem todos os atos ilegais são necessariamente corruptos, e nem todos os atos corruptos são necessariamente ilegais.

Outros autores desta corrente de estudo procuraram conciliá-la com uma abordagem funcional desenvolvimentista, que se introduziu nos estudos da corrupção nos anos 1960 (FILGUEIRAS, 2009). Segundo esta abordagem, a corrupção seria um fenômeno característico dos países subdesenvolvidos devido a existência de um descompasso entre a modernização e a institucionalização dos sistemas políticos e jurídicos (FILGUEIRAS, 2004). De acordo com Huntington (1968), quando a sociedade se moderniza sem que haja uma modernização das instituições políticas e jurídicas (deixando para trás suas características tradicionais de clientelismo, patrimonialismo ou neopatrimonialismo), os comportamentos que antes eram considerados legítimos e aceitos pela sociedade tornam-se inaceitáveis e corruptos a partir da perspectiva moderna (HUNTINGTON, apud FILGUEIRAS, 2004, p. 135). Segundo a perspectiva de Huntington, a corrupção seria então, o fruto natural da modernização social que acontece em um ambiente onde as instituições permanecem tradicionais. Quanto maior o hiato entre a modernização social e o estágio das instituições políticas e jurídicas, maiores as chances do surgimento da corrupção. Ainda segundo Huntington, dentro deste ambiente de descompasso, a corrupção poderia cumprir, em casos específicos, uma importante função no desenvolvimento econômico e político azeitando as engrenagens, ou seja, os relacionamentos sociais e burocráticas, para diminuir o hiato entre a modernização social e as instituições.

A corrente econômica de estudo da corrupção postula que a corrupção acontece quando agentes públicos, utilizam-se do poder discricionário a eles conferidos para maximizarem seus ganhos ou vantagens privadas. Esta corrente baseia o seu arcabouço teórico na teoria da escolha racional, sobre a qual, desenvolve uma definição e um método de análise da corrupção, ou, como expressou Philp (1997, p. 443), a corrente econômica aplica métodos econômicos na análise da política e da corrupção. Esta abordagem ganhou notoriedade com a publicação do livro *Corruption and Government: Causes, Consequences and Reform* (1999) de Rose-Ackerman. Conforme as teorias desta autora, a corrente econômica aborda o fenômeno da corrupção basicamente de duas perspectivas; microeconômica e macroeconômica (VIEIRA, 2012). Na perspectiva microeconômica, são analisados os comportamentos tanto dos agentes públicos como dos agentes privados (principalmente os empresários), com

respeito as suas intenções de maximizar os lucros (*rent-seeking*). Na perspectiva macroeconômica, as causas, os efeitos e as consequências econômicas da corrupção são levados em consideração, observando, principalmente, as relações entre o Estado e a sociedade. Nestas relações, a corrente econômica enfoca a eficiência do Estado e suas instituições, tanto para fomentar as relações comerciais e econômicas, como também, para reduzir as possibilidades de corrupção durante as interações dos agentes públicos com seus pares, ou com os agentes privados. Conforme a corrente econômica, os ganhos e os riscos envolvidos em uma transação corrupta são calculados de forma racional pelos agentes públicos. Se as perspectivas de ganhos forem maiores que os riscos envolvidos, os agentes públicos provavelmente irão participar nestas transações. Se, pelo contrário, os riscos excederem as perspectivas de ganho, as probabilidades de participação do agente público, se tornam menores. A corrente econômica defende que, os ganhos e os riscos inerentes à uma transação corrupta são dependentes das circunstâncias oferecidas pelo Estado através das instâncias que regulamentam e ordenam, tanto a conduta dos agentes públicos, como também, as relações comerciais na sociedade. Assim sendo, quanto menor for a intervenção do Estado nas relações comerciais, menor será também, a burocracia necessária para regulamentar tais intervenções, e, por consequência, menores serão as possibilidades de corrupção (BROWN, 2006, p. 65).

A este respeito, Robert Klitgaard (1988, p. 75) elaborou a seguinte equação: *Corrupção = monopólio do Estado + poder discricionário – accountability*⁴. Conforme a fórmula de Klitgaard, a corrupção tem muita probabilidade de acontecer quando: O Estado detém o monopólio de recursos escassos e delega a administração e o poder sobre este monopólio a agentes públicos sem que estes necessitem prestar contas dos seus atos ao povo ou às instituições competentes.

Ambas as correntes até aqui apresentadas, não são capazes de realizarem uma distinção clara entre, o fenômeno da corrupção em si, e suas consequências (PHILP, 1997, p. 440). Na abordagem jurídica, por exemplo, os ganhos privados são os objetivos e os danos ao interesse público são as consequências das decisões corruptas de um agente público e não a corrupção propriamente dita. Na abordagem

⁴ A palavra inglesa *accountability* não possui uma tradução oficial para o português. Entende-se aqui, por este termo, a responsabilidade de um governo ou de agentes públicos e políticos, em prestar contas, ao povo e às instituições competentes, sobre seus atos e decisões. Para maiores informações a respeito deste termo ver (PINHO & SACRAMENTO, 2009).

econômica, a busca pela maximização dos lucros é o objetivo almejado pelo agente público através de suas decisões corruptas, e não o ato corrupto propriamente dito. Além disto, estas duas correntes reduzem o problema da corrupção ou ao comportamento de indivíduos mal intencionados que procuram maximizar seus lucros em detrimento do bem comum, ou, a problemas de interesses econômicos entre os agentes do Estado e a sociedade em geral. A ciência Política perde em abrangência ao se deixar guiar unicamente por tais perspectivas no estudo da corrupção.

A corrente sociológica procura expandir o foco no estudo da corrupção, no entanto, ela não deve ser confundida com as influências sociológicas que permeiam as correntes jurídicas e econômicas. As correntes anteriormente apresentadas enfocam os indivíduos e seus desvios de comportamento com relação às diferentes características culturais, sociais, econômicas e políticas de cada sociedade. Na corrente sociológica, no entanto, a corrupção não é vista como um desvio de comportamento individual, mas sim, como um fato social, e os desvios de conduta dos indivíduos não representam a causa, mas sim, os sintomas da condição corrupta do corpo político como um todo (BARHAM, HINDESS, & LARMOUR, 2012, p. 5). Até o momento, poucos são os sociólogos que adentraram este debate (UYS, 2011, p. 4), encampado quase que exclusivamente pelos economistas e cientistas políticos. O professor Syed Hussein Alatas (1928 - 2007) foi um destes sociólogos, e pela importância de seu legado, principalmente no texto *The Sociology of Corruption* (ALATAS, 1999), é considerado como um dos mais importantes sociólogos da corrupção (BROWN, 2006, p. 72).

Alatas (1990, pp. 1-2) elenca alguns pontos importantes que salientam o caráter social da corrupção. Primeiro, toda transação corrupta exige a participação de mais de uma pessoa ou agente, a saber, aquele que possui um interesse definido e aquele com poderes para influenciá-los positivamente. Segundo, os participantes de uma transação corrupta assumem obrigações informais recíprocas, cujos benefícios podem envolver elementos tangíveis ou intangíveis, baseados em um certo tipo de confiança pessoal. Terceiro, toda transação corrupta envolve algum prejuízo para o corpo político como um todo. E por último, para que haja corrupção, é necessário a existência de conflitos de interesses ou clivagens sociais, pois, se todos possuísem igualmente acesso a todos os bens, a corrupção, talvez, não se faria necessária.

As ideias de Alatas se orientam em uma concepção pré-moderna da corrupção, onde também Maquiavel, um dos fundadores da Ciência Política moderna, utilizava o termo corrupção no sentido de uma degradação do corpo político, sendo a expressão

“corpo político” entendida como a *Res Pública* (coisa pública), ou seja, o povo, os governantes e as ordenanças de um Estado. O professor Adverse (ADVERSE, 2012, p. 32) interpreta o pensamento de Maquiavel sobre a corrupção da seguinte maneira: *“Há na República um conflito entre o desejo de dominar - que caracteriza os “grandes”, e o desejo de não ser dominado - que caracteriza o povo. Para amenizar tais conflitos, surgem as leis e ordenanças. Assim sendo, para Maquiavel, o corpo político encontra-se em um estado corrupto quando o povo perde a capacidade de respeitar as ordenanças e de lutar para não ser dominado ou por sua liberdade, e esta decisão é tomada pelo povo faz, porque ele escolhe o bem privado em detrimento do bem comum da República”* (ADVERSE, 2012, p. 33).

A pergunta que se faz latente é: Mas, por que o povo se corrompe e decide-se pelo bem privado em detrimento do bem comum? Adverse (2012, pp. 34-35) interpreta Maquiavel da seguinte maneira. A corrupção do povo tem sua origem em dois elementos: Na corrupção de seus governantes e na boa fortuna, entendida aqui como a prosperidade. Quando os governantes e as instituições se corrompem os valores da república também se corrompem. Quando os valores da república se corrompem, os juízes deixam de representar a justiça e os governantes deixam de representar as governanças. O povo procura seus próprios valores e os encontra nos interesses privados. As leis e ordenanças em vigor perdem suas eficácias e as novas leis já nascem corrompidas, pois foram criadas por governantes corruptos. Nesta situação, o povo se torna alheio de sua educação cívica. Para resolver o problema da corrupção em um Estado nesta situação, não é suficiente efetuar emendas na constituição ou criar novas leis. É preciso refundar ou reconstruir a república, para que os governantes gozem de plena legitimidade perante o povo.

Os fundamentos teóricos apresentados neste capítulo são essenciais para a construção de uma estratégia eficaz de análise e compreensão do fenômeno da corrupção. As definições de corrupção apresentadas, e suas respectivas discussões, contribuíram para a construção das hipóteses e do questionário usado neste trabalho. As questões da democracia, e mais particularmente da confiança interpessoal, ganharam espaço de forma interessante e particular nesta pesquisa quando se trata dos empresários, e o mesmo acontece em relação à questão da diferença entre a *pequena* e a *grande corrupção*. Além disto, os limites observados nos levantamentos baseados na percepção subjetiva reforçam a importância de instrumentos qualitativos, como a entrevista em profundidade aqui utilizada. E finalmente, o percurso pelas principais

correntes de estudo da corrupção foi de fundamental importância para os objetivos deste trabalho por dois motivos. Em primeiro lugar, viu-se como Huntington sugere a possibilidade da tolerância da *pequena corrupção*, no sentido pragmático de azeitar as burocracias. Como será visto mais adiante, este aspecto foi transformado em uma das questões presentes no questionário da pesquisa (Q13), o mesmo ocorrendo com as proposições das correntes *econômica* e *sociológica*. E em segundo lugar, o estudo das correntes teóricas pode nos orientar a não reduzir a problemática da corrupção unicamente a questões econômicas ou de escolha racional.

CAPÍTULO 2 – OS EMPRESÁRIOS E A CORRUPÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se em primeiro lugar com extrema brevidade a importância do empresariado como ator social e político. Em seguida, coloca-se como foi elaborado e organizado o questionário utilizado nas entrevistas em profundidade, e finalmente, as respostas e afirmações dos empresários para cada uma das questões do questionário são apresentadas. A articulação teórica sobre as respostas dos entrevistados acontecerá somente no capítulo 3.

2.1 O EMPRESARIADO COMO ATOR SOCIAL E POLÍTICO

Independentemente de sua aceitação ou rejeição como presidente da república, Fernando Henrique Cardoso foi quem escreveu em 1964 um dos primeiros importantes livros sobre o empresariado Brasileiro com um viés sociológico e político. Este livro com o título, *Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico* é uma das primeiras obras que estuda a participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico do Brasil. A partir de então surgiram várias discussões sobre as origens étnicas e sociais dos grandes empresários brasileiros, ou seja, se eles tinham suas raízes preponderantemente nas oligarquias cafeeiras, como afirma Caio Prado Jr. (1966), ou nos imigrantes de classe média, como defende Luiz Carlos Bresser-Pereira (1994).

No decorrer dos anos indagou-se também se historicamente a atuação do empresariado brasileiro foi politicamente forte ou fraca, setorialmente articulada ou desarticulada, a favor ou contra o latifúndio e o nacionalismo, e após a restauração da democracia, questionou-se até que ponto, e em que grau, os empresários apoiaram o regime militar brasileiro. Estas questões continuam a ser estudadas e discutidas, entretanto, desde a abertura política, a extinção da censura e a estabilidade econômica inaugurada pelo *plano real*, os estudos sobre os empresários, tanto como agentes individuais quanto coletivos, ganharam novos rumos.

Atualmente estuda-se a relação dos empresários com o espírito capitalista, a relação dos empresários com a democracia, o financiamento de campanhas por empresas privadas e as orientações ideológicas e políticas destas empresas. Muito escassos ainda são os estudos que tratam da corrupção a partir do ponto de vista dos empresários. Entretanto, a importância do empresariado como ator social e político, e como agentes de mudança a partir da combinação de matéria prima, tecnologia e pessoas, tem se tornado cada vez mais evidente tanto para a sociedade como um todo, como também para os estudiosos das relações sociais e políticas brasileiras.

Neste trabalho os empresários ganham importância principalmente por sua posição estratégica entre as forças políticas do Estado, incluindo todas as suas instâncias e instituições, e as forças e interesses do mercado, incluindo todos os seus agentes nacionais e estrangeiros. Se no século passado a relação do Estado com os empresários era preponderantemente de protecionista (COSTA, 2000), no século atual esta relação se movimentou em direção à colaboração em prol de um desenvolvimento sustentável. Neste sentido, quando o Estado estipula metas de geração de emprego, de crescimento econômico ou de aumento do PIB, ele o faz consciente que necessita, entre outros, da cooperação do empresariado, como agentes transformadores da matéria prima em bens, tecnologias e serviços, através de pessoas. Assim sendo, os empresários interagem quase que obrigatoriamente, e com muita frequência, tanto com o Estado e todas as suas instâncias, como também com o cidadão comum e as forças do mercado. É nesta intersecção entre o Estado e a sociedade, aqui caracterizada entre o Estado e os empresários, onde existem grandes probabilidades de haver corrupção e, assim sendo, as informações destes atores os tornam um importante grupo de estudo para os interessados deste fenômeno.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O questionário utilizado nas entrevistas é composto de dezesseis questões, inspiradas em uma pesquisa semelhante realizada pelo instituto austríaco Paul Lazarsfeld Gesellschaft für Sozial Forschung (2009), com o título: *Korruption – Subjektive*

Wahrnehmung und Gegenstrategien im Internationalen Vergleich (Corrupção – Percepções Subjetivas e Contra Estratégias em Comparações Internacionais) (Tradução do autor).

Segundo Bruce (BRUCE, 2001, p. 79), o arranjo das questões no questionário pode afetar, de forma significativa, o resultado das entrevistas. Neste questionário as questões foram organizadas com o objetivo de propiciar aos entrevistados uma gradativa reconstrução de seus conceitos e ideias sobre a corrupção e, ao pesquisador, uma exploração sistemática e controlada da percepção dos entrevistados sobre o tema em pauta.

Seguem as dezesseis questões do questionário incluindo sua fundamentação teórica, ou seja, a sua relação com a corrupção e com a política, e metodológica (a justificativa para a posição cronológica no questionário).

Q1- Por se tratar de uma pesquisa sobre a corrupção política, e não sobre a corrupção empresarial ou outro tipo qualquer, a primeira questão do questionário, versava sobre a democracia brasileira. Esta questão, além de ser pertinente para compreender como os empresários avaliam o regime brasileiro atual, tinha também o propósito de estabelecer o pano de fundo para toda a entrevista, o palco, por assim dizer, onde todo o cenário da corrupção deveria ser observado, a saber, a atual democracia brasileira.

Uma democracia bem sucedida é marcada por um alto nível de confiança nas instituições democráticas, no governo nos concidadãos, por um baixo nível de desigualdade econômica, e também, por uma abundante presença de honestidade e justiça nas esferas públicas (USLANER, 2004, p. 1). Um governo democrático necessita de legitimidade e isto significa a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas e nos governantes (USLANER, *ibidem*). A confiança nas instituições democráticas e no governo é essencial para a manutenção da estabilidade política em uma democracia, mas também, para garantir a aderência dos cidadãos no cumprimento das leis. Se um governo é percebido como corrupto, ou injusto, ele muito provavelmente perderá sua legitimidade, e por consequência, terá dificuldades em assegurar que os cidadãos prestem obediência às leis, acarretando, negativamente, em consequências para a qualidade da democracia. A este respeito Friedrich (2007, p. 16) afirmou: “*O grau de corrupção varia inversamente ao grau de consensualidade do poder*” (Tradução do autor). Com esta afirmação, Friedrich insinuou que, o grau de corrupção em uma democracia aumenta na medida em que a legitimidade do governo diminui, e

diminui na medida em que a legitimidade do governo aumenta. Isto porque, a corrupção afeta a igualdade econômica, a confiança nas instituições democráticas, a confiança interpessoal, a confiança no livre mercado e consequentemente, na legitimidade política do próprio governo (USLANER, 2006).

Esta questão (Q1) está intimamente ligada com as questões (Q4) que trata da confiabilidade do povo, (Q5) que trata da confiabilidade dos servidores públicos, (Q6) da confiabilidade do governo federal e (Q7) da confiabilidade do judiciário federal.

Q2- A segunda questão do questionário fez a primeira menção direta na entrevista sobre a corrupção. Esta questão solicitou dos empresários uma breve definição de corrupção, no entanto, não era esperado já aqui, que os empresários apresentassem uma definição totalmente elaborada sobre o fenômeno. O intuito da questão era de obter dos empresários uma definição espontânea, aquilo que, por assim dizer, os empresários traziam “na ponta da língua” quando refletiam sobre a corrupção. O pesquisador esperava que, no decorrer das entrevistas, estas definições seriam mentalmente reconstruídas, reformuladas e manifestadas, de forma mais expressiva, nas questões finais deste questionário.

A questão (**Q2a**) procurou depurar as definições de corrupção apresentadas pelos empresários, oferecendo sete opções, com as quais, eles deveriam identificar suas definições de corrupção. As opções foram as seguintes: 1- Propina, 2- Troca de favores, 3- Nepotismo, 4- Abuso de cargo público, 5- Desvio de valores morais e políticos, 6- Todas as opções acima, 7- Outra.

De uma forma geral, o objetivo das questões (Q2) e (Q2a) era de capturar o ponto de vista inicial dos entrevistados sobre a corrupção, classificando previamente estas perspectivas e orientações teóricas conforme as correntes de estudo da corrupção apresentadas no capítulo 1.

Q3- Na questão (Q3), indagou-se os empresários sobre sua experiência pessoal com a corrupção. Esta foi definitivamente a questão mais sensível do questionário. Sendo ela alocada cronologicamente em terceiro lugar, logo após as questões que definiram o palco e o tema central da entrevista, a questão (Q3) indagou, por assim dizer, se os empresários foram de fato expectadores presentes no teatro da corrupção, ou seja, se eles realmente já tinham presenciado o fenômeno ou simplesmente, ouviram falar sobre ele.

Conforme Morris (2008, p. 391) na relação entre experiência e percepção da corrupção deve-se levar em consideração três possibilidades teóricas: A primeira é indutiva, ou seja, a experiência pessoal com a corrupção teria influência na maneira como os indivíduos percebem a corrupção no ambiente social e político onde estão inseridos. Ou seja, a partir de suas experiências pessoais, ou de pessoas ao seu redor, os indivíduos formulam opiniões generalizadas sobre a corrupção em um ambiente social e político maior.

A segunda possibilidade é dedutiva e reverte a ação causal. Esta perspectiva sugere que a maneira como a corrupção é percebida em um ambiente social e político maior tem influência no comportamento dos indivíduos em particular. Ou seja, se os indivíduos percebem que a sociedade onde vivem pactua e tolera à corrupção, muito provavelmente estes atores irão também tolerar certas práticas corruptas no seu comportamento individual. No México, Guerrero e Del Castillo (2003) apresentaram evidências comprovando esta inferência. Esta última perspectiva traz algumas semelhanças com a teoria da escolha racional, onde indivíduos avaliam os riscos e as oportunidades existentes em um certo ambiente para então decidirem, se irão ou não, participar de uma transação corrupta. Portanto, e este é um ponto importante a ser observado, se as mídias de massa, com tendências sensacionalistas, inundarem os indivíduos com informações sobre escândalos de corrupção, estes expectadores, segundo a perspectiva dedutiva, irão se tornar tolerantes à corrupção por dedução, ao concluírem que todos os outros cidadãos fazem ou farão o mesmo.

A terceira possibilidade suscita a hipótese que a experiência pessoal particular e a percepção da corrupção não tenham nenhuma relação entre si, pois segundo Morris (2008, p. 392) a experiência pessoal influenciaria mais fortemente a opinião do indivíduo sobre a *pequena corrupção*, enquanto que a percepção da corrupção em um ambiente maior, seria construída com base em outros determinantes. Isto porque, poucos cidadãos possuem informações fundamentadas ou acesso direto aos casos de *grande corrupção*, e assim sendo, eles constroem sua percepção da corrupção com base em informações oriundas das mídias de massa sobre os escândalos políticos, sobre as ações da polícia federal, os casos de impunidade, o envolvimento de parlamentares em transações ilícitas, o caixa dois nos financiamentos de campanhas, o enriquecimento ilícito de parlamentares e suas contas no exterior, ou ainda, sobre o abuso dos cargos públicos para fins privados e nepotismo.

Além disto, conforme John Bailey (2006), os indivíduos incluem crenças e atitudes na construção de sua percepção da corrupção, e nem sempre estes elementos estão diretamente relacionados com a *pequena corrupção*. Baseados na crença de que todo político é corrupto, por exemplo, os indivíduos podem confundir a incompetência de um governante com corrupção, ou ainda, com base em posturas partidárias defensivas os indivíduos podem confundir ações de adversários políticos com corrupção, e assim por diante.

Este trabalho não tem como objetivo estudar as relações de causa e efeito entre experiência e percepção da corrupção, todavia tende a aceitar a hipótese de Morris (2008) de que, a experiência pessoal e individual com a *pequena corrupção* tem pouca influência na forma como a corrupção é percebida em um ambiente maior de uma forma geral.

Para complementar a questão (Q3), as questões (Q3a) e (Q3b) indagaram sobre as datas e os tipos de corrupção presenciados pelos empresários em sua última experiência individual com ela.

Q4, Q5, Q6 e Q7- Nas questões (Q4), (Q5), (Q6) e (Q7), procurou-se avaliar a confiança dos empresários nos seus concidadãos, nos servidores públicos, no governo federal e na justiça federal, respectivamente. Estas questões estão, de certa forma ligadas à questão sobre a avaliação da democracia (Q1). Conforme Uslaner (2004), sociedades com maior grau de confiança interpessoal e nas instituições, e menor índices de corrupção, apresentam também melhor governança, maior crescimento econômico, gastam mais em redistribuição de bens e contam com maior aderência no cumprimento das leis.

O conceito de confiança interpessoal tratado aqui diz respeito à confiança social, e não à confiança interpessoal no âmbito privado. Ou seja, um indivíduo pode possuir um alto índice de confiança nos seus familiares e amigos, no entanto, desconfiar profundamente de todas as outras pessoas fora de seu círculo íntimo.

A confiança é um fator importante na construção da percepção da corrupção, principalmente quando ela é vista como um dilema social. A teoria do dilema social postula a existência de um conflito de interesses ente indivíduos e a coletividade. Os interesses individuais levam a comportamentos que acarretam situações ruins para toda a coletividade. Os atos de pagar propina e de ultrapassar um sinal vermelho, por exemplo, podem atender aos interesses de curto prazo de um indivíduo, no entanto,

prejudicam a coletividade a longo prazo. O dilema social se configura quando os interesses individuais ofuscam a percepção dos indivíduos para que estes não percebam as consequências de seus atos isolados na comunidade como um todo, e por consequência, outros indivíduos optam por atenderem seus interesses individuais reproduzindo tais atos isolados, como por exemplo, pagando propina ou ultrapassando o sinal vermelho. Quando este efeito “manada” se concretiza de fato, a sociedade se encontra em um dilema social, como apresentado por Garret Hardin (1968) em seu texto denominado, a tragédia dos comuns.

A solução para este dilema não é simples, pois, conforme esta teoria, os indivíduos somente mudariam de comportamento se adquirissem plena confiança de que todos os seus concidadãos, ou pelos menos a maioria deles, também o fariam. Deste modo, o problema passa a ser, não mais de reprodução de comportamento, mas sim, de informação, pois, os indivíduos, para acreditarem na mudança comportamental dos seus concidadãos, desejam obter informações pertinentes sobre estes comportamentos. No Brasil, por exemplo, muitos atos corruptos são justificados com base em argumentos baseados no dilema social, ou seja, “todo mundo faz e ninguém diz nada”.

Como já mencionado anteriormente, a corrupção pode afetar as avaliações e inferências dos indivíduos sobre o índice de confiança interpessoal que existe no meio social e político onde estão inseridos. A partir destas avaliações e inferências, os indivíduos decidem em quem eles podem, ou não, confiar. Segundo Rothstein (2005, p. 121), as três principais fontes de avaliação e inferências dos indivíduos são: Os agentes públicos, o povo em geral, e o próprio indivíduo.

- Inferências oriundas dos agentes públicos: Neste caso, os indivíduos concluem que, se os agentes públicos (policiais, servidores, juízes, políticos, governantes, etc.) de uma determinada sociedade são corruptos, então, é muito provável que o resto da população também o seja, pois, se os agentes públicos, que deveriam personificar a mais alta ordem, justiça e retidão, são corruptos, muito provavelmente assim também acontece com o restante da população, logo, o povo em geral não merece confiança.

- Inferências oriundas do povo em geral: Se existe um alto índice de corrupção em uma sociedade é por que, muito provavelmente, uma grande parte da população é tolerante, conivente, ou participante nestes atos corruptos, logo, a grande maioria da população, não merece confiança.

- Inferências oriundas de si mesmo: Quando um indivíduo atua em uma sociedade onde a corrupção é endêmica, mesmo condenando-a moralmente, existe grande possibilidade que, em algum momento, este indivíduo se defronte, tolere, seja conivente, ou até mesmo, participe de um ato corrupto. Se isto acontecer, este indivíduo irá concluir que; se nem ele mesmo é confiável, então, muito menos serão os demais cidadãos.

Como observa Larry Diamond (1999, p. 298) citado por (POWER & GONZÁLES, 2003, p. 53), *“se a confiança interpessoal é baixa e as expectativas dos cidadãos, uns para com os outros, são sistematicamente céticas, ou de desconfiança, as instituições democráticas se tornam meras formalidades, desprovidas de respeito e eficácia, uma vez que os indivíduos renunciam a obediência com base na expectativa de que os outros também o farão”*.

Isto faz certo sentido, pois, como observa Power (Power, 2003, p. 53) *“quando os cidadãos não confiam nas instituições democráticas, seja no aspecto da distribuição de bens escassos ou na mediação de disputas de interesses judiciais, é muito provável que eles procurem outras alternativas para suprirem as suas necessidades”*.

A desconfiança leva a incerteza e a junção da incerteza com a falta de transparência pode levar à corrupção, pois “em uma sociedade onde as regras do jogo não são transparentes, ou prepondera a incerteza, a corrupção pode se tornar uma ferramenta útil para assegurar resultados mais previsíveis” (HUSTED, 1999, p. 345) citado por (POWER & GONZÁLES, 2003, p. 53).

No Brasil atual, o lucro e o poder discricionário dos cartórios, podem ser considerados indícios evidentes da baixa confiança interpessoal vigente no país. Tome-se como exemplo que, para um cidadão obter, em qualquer cartório brasileiro, o reconhecimento de sua assinatura, é necessário, além do pagamento de elevadas taxas, que o próprio cidadão ou seu representante, assinem, pelo menos quatro vezes adicionais à assinatura que será oficialmente reconhecida (três vezes em um cartão de registro, e uma vez no livro de controle, após todo o trâmite). Segundo pesquisas do World Value Survey (2005-2009), enquanto nos países escandinavos mais de 60% da população confia nos seus concidadãos, no Brasil, estes índices não chegam a 10% (9,6% para ser exato).

Q8- A questão Q8 procurou saber se os empresários possuíam outra fonte de informação sobre a conjuntura política brasileira, além das mídias de massa. O objetivo

desta questão era de avaliar se os empresários dependem, tanto quanto a população em geral, da veiculação dos casos de corrupção nas mídias de massa, para assim construírem sua percepção da corrupção no Brasil atual. A hipótese defendida pelo autor é de que os empresários são portadores de informações privilegiadas (ou possuem acesso privilegiado à elas) sobre a conjuntura brasileira, e não dependem exclusivamente das mídias de massa para formarem suas opiniões.

Q9, Q10- As questões (Q9) e (Q10) indagaram os empresários se em suas opiniões o povo brasileiro e o Judiciário Federal são tolerantes à corrupção. Estas duas questões tinham a intensão de testar a coerência das respostas nas questões (Q4), a confiança no povo brasileiro, e (Q7), a confiança no Judiciário Federal. Caso os empresários tenham demonstrado desconfiança no povo brasileiro e no Judiciário Federal, nas questões (Q4) e (Q7), seria coerente esperar que, nestas questões eles atribuísem tolerância à corrupção tanto ao povo brasileiro como também ao Judiciário Federal. Se, no entanto, nas questões (Q4) e (Q7) os empresários expressaram votos de confiança no povo brasileiro e no Judiciário Federal, seria coerente esperar que eles aqui não atribuísem tolerância à corrupção ao povo brasileiro, nem ao Judiciário Federal.

Q11, Q12- As questões (Q11) e (Q12) indagaram os empresários sobre o financiamento de campanhas políticas e a prática de Lobby. A relação entre o financiamento de campanhas políticas, o lobby e a corrupção, já foram tratados no capítulo 1. Buscou-se compreender aqui, além da opinião dos empresários sobre estas duas variáveis, também a percepção destes atores sobre a *grande corrupção*, ou seja, a corrupção que acontece e envolve os altos escalões do governo e das instituições democráticas, cujas consequências podem afetar o regime político de uma nação como um todo. Em outras palavras, o pesquisador esperava que as declarações dos empresários sobre o financiamento de campanhas e as práticas de Lobby pudessem trazer à luz alguns vestígios sobre a *grande corrupção*.

Q13, Q14- Nas questões (Q13) e (Q14) foram apresentadas aos entrevistados duas situações hipotéticas (uma em cada questão) denotando transações supostamente corruptas. Na questão (Q13) trata-se de uma empresa que ofereceu vantagens indevidas a agentes alfandegários para que eles acelerassem o processo de liberação de

sua carga. Na questão (Q14), o principal agente envolvido é um cidadão que utilizou suas influências pessoais para conseguir uma colocação para seu filho em uma universidade pública altamente concorrida. Ambos os atores justificaram racionalmente o comportamento que tiveram nas transações hipotéticas. Os empresários entrevistados deveriam concordar ou discordar com estas argumentações e justificar seu posicionamento.

A questão (Q13) apresentou uma situação hipotética com claras características de corrupção ativa, conforme o artigo 333 do Código Penal Brasileiro – Decreto de Lei 2848 de 1940, *“Oferecer ou prometer vantagem indevida a um servidor público”*. O intuito da questão (Q13) era de avaliar se, na opinião dos empresários, a corrupção cumpriria, ou poderia cumprir, uma função “lubrificante” no processo de desenvolvimento, ou de modernização, de uma sociedade. Ou em outras palavras, tratou-se de avaliar se a corrupção possui ou poderia possuir um caráter funcional.

As ideias que a corrupção poderia atuar como “lubrificante” nas “engrenagens” de burocracias excessivas e emperradas, como a brasileira, foram postuladas por (LEFF, 2007), (LEYS, 2007), (NYE, 1967) e (HUNTINGTON, 1968), entre outros. Conforme estes pesquisadores, em situações e ambientes específicos, principalmente onde prepondera uma burocracia morosa e excessiva, a corrupção poderia proporcionar efeitos benéficos para o desenvolvimento econômico, na medida em que facilita a superação dos morosos, onerosos e complexos processos burocráticos. Huntington (HUNTINGTON, 1968, p. 386) observa que: *“Em termos de crescimento econômico, a única coisa pior do que uma sociedade com uma burocracia rígida, supercentralizada e desonesta, é uma sociedade com uma burocracia rígida, supercentralizada e honesta”*. Com esta inferência, Huntington postula que, ambos os modos de burocracias (rígida e supercentralizada) são ruins, no entanto, as desonestas e corruptas permitem maior flexibilidade, pois, proporcionam meios adicionais para os indivíduos alcançarem, dentro do sistema burocrático oficial, mais facilmente os seus objetivos.

Neste sentido, a corrupção estaria atuando, como um “lubrificante” nos sistemas burocráticos rígidos e supercentralizados. Conforme Nye (1967), *“a corrupção pode ser um meio de transpor discriminações contra membros de grupos minoritários”*, ou seja, grupos que não tem acesso aos recursos escassos oferecidos pelo Estado, procurando assim, chegar até eles, unicamente através da corrupção.

A questão (Q14), não representou explicitamente um ato de corrupção. Ela estava propositalmente aberta para diferentes leituras e interpretações, pois com base

nas informações apresentadas no texto da questão, não era claramente discernível se havia ou não, ocorrido um ato de corrupção. A princípio, sem entrar em detalhes jurídicos, o ator principal não cometeu nenhuma infração ou ato corrupto, já que não foi especificado a maneira como o cidadão utilizou as suas influências para conseguir seus objetivos. Se houve de fato corrupção nesta situação específica, o envolvido com maior probabilidade de punição seria aquele servidor público que manipulou objetivamente a isonomia do processo seletivo. No entanto, o comportamento deste ator oculto não estava sendo avaliado, mas sim, o argumento do cidadão, que solicitou de alguém uma intervenção no processo seletivo. Assim sendo, os empresários deveriam concordar, discordar, ou manterem-se neutros a respeito da justificativa apresentada pelo cidadão para seu comportamento. Caso os empresários optassem por concordar com o argumento do cidadão, eles poderiam respaldar suas opiniões na ausência de evidências legais objetivas de que o cidadão utilizou-se de meios ilícitos para fazer valer as suas influências na situação. Caso eles optassem por discordar do argumento do cidadão, no entanto, os empresários precisariam fundamentar sua opinião unicamente em orientações morais para poderem condenar a atitude e os argumentos do cidadão. A intenção desta questão era avaliar a importância dos valores morais na formação da percepção da corrupção.

A influência e o impacto dos valores morais nos momentos de decisão diante de uma transação corrupta, ainda são razões para severas discussões. No entanto, já em (2006), David Nussbaum, ex-diretor da organização *Transparência Internacional* (TI), expressou-se a favor de uma nova abordagem no estudo e no combate à corrupção que levasse em conta os impactos exercidos pelos valores nos momentos decisórios de uma transação corrupta. Para Nussbaum: *“Em momentos de decisão baseados em valores, como por exemplo, pagar ou receber propina, os valores e a ética podem formar uma espécie de linha limite (threshold) que determina em que circunstâncias, emocionais ou externas, alguém poderia concordar em participar de uma transação corrupta. O ambiente social, o nível de confiança nas pessoas e a maneira como as circunstâncias afetam os entes queridos, também teriam impacto, no entanto, os valores serão o guia fundamental para esta tomada de decisão”*. (NUSSBAUM, 2006) citado por (MARQUETTE, 2012, p. 11) Tradução do autor.

Esta tendência para a inclusão de valores morais nos estudos e no combate à corrupção parte de um crescente reconhecimento de que, as atuais abordagens não estão proporcionando os resultados esperados, e também, pela necessidade cada

vez maior de procurar, de forma mais precisa, as razões pelas quais, os indivíduos se decidem pela corrupção (NUSBAUM, apud. MARQUETTE, *ibidem*). As principais correntes de estudo da corrupção da atualidade, tendem a menosprezar os impactos dos valores sobre um ator social no momento de tomada decisão diante de uma transação corrupta. Estas correntes supõem que os valores dos indivíduos, e da sociedade em geral, já foram incorporados e absorvidos pelas instituições democráticas, e assim sendo, materializam e expressam, por meio das leis e das normas objetivas, aquilo que se denomina o interesse público (FILGUEIRAS, 2004). Para estas correntes, a estrutura social, formada pelos arranjos institucionais democráticos, deveria ser capaz de equilibrar e restringir, através de leis e regulamentações competentes, e independentes da qualidade moral dos atores, os interesses egoístas dos indivíduos em prol do interesse público.

Além destas perspectivas funcionalistas e estruturalistas, também outros dois fatores dificultam a inserção de valores morais, nos estudos da corrupção, a saber, o amplo significado que o termo “moral” pode absorver, e o pressuposto que, o estudo da corrupção conduzido com base em orientações moralistas, tratariam a corrupção como um mal a ser combatido, e não como um problema social a ser estudado.

Neste trabalho entende-se por valor moral *“um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente pelos indivíduos (diferentemente das leis que são impostas compulsoriamente), como reguladoras do comportamento individual e social dos seres humanos”* (VÁZQUEZ, 2000, p. 63) *“Cada indivíduo ao se comportar moralmente, se sujeita a princípios, valores e normas morais predeterminadas pela sociedade, e o próprio indivíduo, não tem competência para inventar, nem modificar tais princípios e normas por exigências pessoais, pois, o plano normativo da moral é estabelecido e aceito pelo meio social”* (VASQUEZ, *idem*).

Não há na questão (Q14), nenhuma pretensão de avaliar psicologicamente a percepção dos empresários. O intuito desta questão é exclusivamente de alocar os valores na percepção dos empresários e conseqüentemente relacionar esta percepção à uma das correntes de estudos anteriormente mencionadas.

Q15- Nesta questão o intuito era de avaliar se, na opinião dos empresários existe alguma peculiaridade, tipicamente brasileira, nas práticas corruptas que aqui se ma-

nifestam. Ou seja, se existe, na opinião dos empresários, alguma influência do “jeitinho” brasileiro, da malandragem e da criatividade brasileira, nas práticas corruptas que ocorrem no Brasil.

Na opinião de Gilberto Freyre (2003), certos comportamentos praticados ainda hoje no Brasil, têm suas raízes na cultura trazida ou construída, pelos colonizadores. Freyre apresenta alguns exemplos destes comportamentos em sua obra *Casa-Grande e Senzala* (2003). Um destes comportamentos, muito bem observado pelo próprio Gilberto Freyre já em 1933, trata do pouco uso das expressões “por favor” e “por obséquio” no Brasil daquela década, e com plena validade nos dias atuais. Freyre escreve: *“Observa-se hoje no Brasil grande relutância no uso de “por favor”, “por obséquio” etc. Com muita razão notou Tobias Monteiro: “Vem dos males da escravidão a nossa falta de polidez quando falamos aos que nos servem, a quem nunca pedimos as coisas por favor e a quem nunca agradecemos nada, como se faz entre os povos cultos” (Funcionários e doutores, Rio de Janeiro, 1917)”*. (FREYRE, 2003, p. 556)

O argumento que se deve considerar é que, se um comportamento linguístico pode ser reproduzido através da herança cultural de povo, o exemplo e o argumento de Freyre retêm sua validade lógica também com respeito a outras práticas sociais do povo brasileiro, como por exemplo, a fraca aderência às leis. Assim sendo, procura-se nesta questão vestígios da cultura brasileira na opinião dos empresários sobre a corrupção.

Q16- A questão (Q16) finaliza a entrevista indagando aos empresários sobre as possíveis causas da corrupção no Brasil atual.

2.3 A PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS SOBRE A CORRUPÇÃO

Antes de se apresentar os resultados, convém ressaltar que o perfil dos empresários entrevistados é homogêneo. Dos nove entrevistados, todos tinham o nível superior, quatro tinham o Mestrado e nenhum o Doutorado. A religião preponderante entre os entrevistados foi a católica. Somente um dos empresários se declarou evangélico.

PERFIL DOS ENTREVISTADOS	
	EMPRESÁRIOS
ESCOLARIDADE	
Graduação	12
Mestrado	4
Doutorado	0
RELIGIÃO	
Católico	11
Evangélico	1
GÊNERO	
Masculino	11
Feminino	1

SOBRE A DEMOCRACIA BRASILEIRA NOS DIAS ATUAIS

COMO VOCÊ AVALIA A DEMOCRACIA BRASILEIRA?		
OPÇÕES		EMPRESÁRIOS
1	MUITO MAL	
2	MAL	5
3	NEUTRA	2
4	BEM	5
5	MUITO BEM	
TOTAL		12

A avaliação dos empresários sobre a democracia brasileira variou entre *mal*, *neutra* e *bem*, ou seja, sendo que nenhum dos empresários considerou a democracia brasileira *muito mal* ou *muito boa*.

Todos os empresários justificaram suas opções de forma comparativa com base em três principais fatores: O regime militar, que antecedeu a democracia atual, as democracias avançadas da Europa, e as democracias Latino Americanas.

Os empresários que avaliaram “Bem” a democracia brasileira, justificaram suas respostas com base nos avanços sociais e políticos alcançados até o momento, principalmente com respeito à liberdade de expressão quando comparada com o regime militar. Ainda nesta comparação com o regime militar, vivenciado por alguns dos entrevistados, todos os empresários consideraram que a democracia atual é um avanço, pois, como disseram dois deles; *“Mesmo com as suas deficiências, a democracia deve prevalecer”*, já que *“a democracia é dos males o menor”*.

Os empresários que avaliaram “Mal” a democracia brasileira, também reconheceram os avanços alcançados, principalmente quando comparados com o regime anterior, no entanto, segundo estes, muitas melhorias ainda se fazem necessárias e não foram implantadas pelo governo, entre elas, a reforma tributária, a reforma política e a reforma no sistema judiciário.

Houve, todavia, um consenso entre todos os empresários quando a democracia brasileira foi comparada com as democracias avançadas, principalmente da Europa. A este respeito, de forma unanime, os empresários são da opinião que: *“A democracia brasileira ainda está muito longe das democracias avançadas”*. Todos eles consideram a democracia brasileira ainda muito incipiente, frágil e em fase de amadurecimento. Alguns disseram haver ainda muita confusão entre o povo sobre o conceito de democracia. Na opinião destes, *“os direitos, os deveres e os limites de cada cidadão ainda parecem confusos para o povo em geral”*. E fazendo alusão ao governo de coalizão, eles criticam que *“o modelo de governo baseado em “acertos” distorce e confunde o conceito de democracia”*, pois, *“o sistema como os partidos políticos nomeiam seus candidatos transforma a democracia brasileira em uma democracia “direcionada” e influenciada de cima para baixo”*.

As críticas mais veementes de todos os empresários foram direcionadas aos partidos políticos. Segundo os empresários, *“os partidos políticos atuais não mais representam os segmentos da sociedade”*, *“eles não defendem ideologias políticas, eles se tornaram somente uma condição necessária para um governo de acertos”*. “Os

partidos brasileiros são partidos de mentirinha” disse um empresário fazendo alusão as declarações do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa. As manifestações populares apartidárias de Junho de 2013 foram citadas várias vezes como exemplo de que o povo brasileiro em geral, também está decepcionado com os partidos políticos. A necessidade de uma “*reforma política*” foi mencionada frequentemente quase que em todas as entrevistas.

A PRIMEIRA DEFINIÇÃO DE CORRUPÇÃO

A questão (Q2) abordou pela primeira vez a corrupção na entrevista, solicitando dos empresários uma breve definição do fenômeno. Entretanto não era esperado aqui que os empresários apresentassem uma definição complexa de corrupção. O intuito era de obter uma definição espontânea, aquilo que, por assim dizer, os empresários tinham “na ponta da língua” quando refletiam sobre a corrupção. O pesquisador esperava que no decorrer da entrevista estas definições seriam mentalmente rearticuladas, refinadas e reelaboradas, para se manifestarem de forma mais expressiva nas questões finais do questionário. Seguem as definições apresentadas pelos empresários. Observação: A enumeração dos empresários é aleatória e não coincide com outras enumerações neste texto.

Tendência para a corrente jurídica:

E1: *“Corrupção é o uso indevido de recurso público, seja através de tráfico de influências, de nepotismo ou do desvio de verbas. Não se trata, portanto, de mau uso, mas sim, do uso indevido mesmo”.*

E2: *“Corrupção é uma forma de obter vantagem à margem da legalidade”.*

E3: *“O uso de recursos ou remunerações ilícitas, por pessoas ou empresas, com o intuito de obter alguma vantagem também ilícita. Por exemplo, pagar um policial para não ser multado”.*

E4: *“Corrupção é tirar proveito de uma determinada situação de forma indevida”.*

E5: *“É o uso de recursos, do poder ou da influência para alcançar vantagens ilícitas”.*

E6: *“Corrupção significa um agente corrupto e um agente corruptor tentando levar vantagens sobre outros cidadãos. Neste caso, o corrupto representa o agente (do Es-*

tado ou privado) corrompido, que se torna corrupto ao consentir em participar da transação, e o corruptor é o agente (do Estado ou privado) mentor e iniciador da transação corrupta”.

Tendência para a corrente sociológica:

E7: *“Corrupção é um desvio. Quando você utiliza produtos piratas você está praticando um pouco de corrupção. O “jeitinho brasileiro” é uma forma das pessoas saírem do padrão. É uma forma de desvio”.*

E8: *“Corrupção é qualquer ato que tira um processo do seu estado natural em benefício de outro interesse ou necessidade qualquer. Ou em outras palavras, corrupção é o ato de interferir no regime natural dos processos democráticos para obter vantagens indevidas”.*

E9: *“Corrupção é um mal que destrói todos os valores da democracia. A corrupção é a não-democracia”.*

E10: *“Corrupção é corrupção. É perverter uma situação qualquer através de dinheiro, regalias ou qualquer outro benefício”.*

Tendência para a corrente econômica:

E11: *“Corrupção é o uso do poder e do dinheiro para atingir objetivos”.*

E12: *“Corrupção é a vantagem sobre a vantagem, o lucro sobre o lucro, vender o que já foi vendido”.*

A próxima questão (Q2a) procurou depurar as definições de corrupção dos empresários oferecendo sete opções com as quais, os entrevistados deveriam relacionar ou identificar as suas definições.

QUAL DAS OPÇÕES A SEGUIR MELHOR SE ENCAIXA EM SUA IDEIA DE CORRUPÇÃO?		
TIPOS DE CORRUPÇÃO		EMPRESÁRIOS
1	Propina	2
2	Troca de favores	
3	Nepotismo	
4	Abuso do cargo público	
5	Desvio de valores morais e políticos	2
6	Todas as opções acima	8
7	Outra	
TOTAL		12

Somente dois dos empresários relacionaram sua definição de corrupção com o termo “propina”, e o fizeram em coerência com suas próprias definições de corrupção. Segundo um deles, *“corrupção é a vantagem sobre a vantagem, o lucro sobre o lucro, vender o que já foi vendido”*, ou seja, é o ato, cometido por um agente público de obter vantagem, ou lucro, com “mercadorias” que já pertencem, por direito, aos cidadãos. As “mercadorias” representam neste caso, os recursos sociais e políticos oriundos do Estado que deveriam estar gratuitamente a disposição dos cidadãos. Assim sendo, conforme a percepção deste empresário, a corrupção se manifesta quando os servidores públicos exigem dos cidadãos um custo adicional aos impostos já pagos, para lhes entregarem as “mercadorias” que já lhes pertencem por direito. Este custo adicional, o empresário denominou de “propina”. A opinião formulada por este empresário tende a se enquadrar na corrente econômica de estudo da corrupção, segundo a qual, os agentes públicos veem o seu cargo como um meio de maximizar os seus lucros privados, mesmo em detrimento dos interesses públicos. Para alcançarem tais objetivos, conforme as palavras de um outro empresário, *“os agentes públicos criam dificuldades para venderem facilidades”*. A conexão da propina com a corrente econômica não significa, no entanto, que a propina seja a característica principal da corrente econômica de estudo da corrupção, mas sim, que no contexto aqui apresentado, é com ela que a propina melhor se enquadra.

Os empresários que optaram por identificar sua definição de corrupção com a opção “Desvio de valores morais e políticos”, tendem a salientar o caráter imoral da corrupção, e neste sentido, não se distanciam muito da opinião dos colegas que optaram pela afirmação “Todas as opções acima”. Assim sendo, pode-se concluir que a

vasta maioria dos entrevistados (10), percebem a corrupção como um fenômeno complexo que não se restringe unicamente as opções aqui apresentadas. Ou seja, segundo a concepção de corrupção destes empresários, o fenômeno se torna social e democraticamente condenável, não somente pelas vantagens econômicas que trocam de mãos, mas também por ser uma transação que vai contra as normas e orientações morais e legais vigentes na sociedade. Assim sendo, a perspectiva sociológica de compreensão da corrupção, parece ser preponderante entre os empresários.

A EXPERIÊNCIA DOS EMPRESÁRIOS COM A CORRUPÇÃO

VOCÊ JÁ PRESENCIOU PESSOALMENTE UM ATO DE CORRUPÇÃO?		QUANDO VOCÊ PRESENCIOU PELA ÚLTIMA VEZ UM ATO DE CORRUPÇÃO?		
OPÇÕES	EMPRESÁRIOS	QUANDO	TIPO	EMPRESÁRIOS
Sim	7	Ano passado	Propina	4
Não	5	Ano passado	Troca de favores	1
		Mês passado	Propina, Troca de favores e outras	1
		Mês passado	Propina	1
		TOTAL		7

Como já mencionado anteriormente esta questão (Q3) não indagou se os empresários já haviam participado, mas sim presenciado um ato corrupto. Sete (7) empresários declararam já terem presenciado um ato de corrupção, e relataram que, na maioria dos casos, presenciaram tanto o pagamento de pequenas propinas, ou troca de favores, com a finalidade de adquirir acesso a recursos providos pelo estado ou agilizar processos burocráticos, quanto a troca de somas que chegam a milhões de reais.

Os entrevistados que disseram nunca terem presenciado um ato de corrupção, não ofereceram maiores esclarecimentos.

Todos os empresários entrevistados, entretanto, incluindo os cinco empresários que disseram nunca terem presenciado um ato de corrupção, são da opinião de que o índice de corrupção no Brasil é muito alto, e tomando como base este conjunto de afirmações, pode-se concluir que a percepção da corrupção, de uma forma geral, não estão diretamente ou obrigatoriamente relacionada com as experiências pessoais dos entrevistados com o fenômeno, já que, alguns deles, não o presenciaram pessoalmente.

A CONFIANÇA NO POVO E NAS INSTITUIÇÕES

EM SUA OPINIÃO O POVO BRASILEIRO É CONFIÁVEL?		
OPÇÕES		EMPRESÁRIOS
1	Muito Inconfiável	
2	Inconfiável	2
3	Confiável e Inconfiável	8
4	Confiável	2
5	Muito Confiável	
TOTAL		12

Como já mencionado anteriormente, o objetivo das questões sobre a confiança interpessoal e nas instituições democráticas era de verificar a posição dos empresários diante do ambiente social e político onde eles estão inseridos, ou seja, verificar a confiança dos empresários nos seus concidadãos e nas instituições democráticas, e posteriormente avaliar as implicações destes posicionamentos sobre o *capital social* da sociedade brasileira.

Somente dois empresários expressaram, sem condicionantes, votos de confiança no povo brasileiro, ou seja, disseram que o povo brasileiro é “Confiável”. Na opinião destes dois empresários “*o povo brasileiro é um povo trabalhador e sofrido*” e, por isto, deve ser considerado confiável. É evidente que esta é uma argumentação vaga e carente de justificativas, pois, simplesmente com base no status de “trabalhadores” e “sofridos” não se pode inferir integridade moral ao povo. Todavia, a opinião destes empresários poderia ter influências do ambiente empresarial onde eles estão inseridos, pois, se neste ambiente predomina a integridade e a confiança interpessoal, estes valores poderiam estar sendo também projetados para a sociedade como um todo.

A grande maioria dos empresários, no entanto, foi da opinião de que o povo brasileiro é “Confiável e Inconfiável”. Um dos empresários considerou esta questão, “*uma das mais difíceis do questionário*”. Segundo ele: “*É difícil julgar o povo brasileiro quanto a sua confiabilidade, pois a população em geral, está imersa em um sistema profundo de corrupção que a torna vítima, que a impede de ver as coisas como elas deveriam ou poderiam ser. A índole do povo brasileiro é boa, mas ele está inserido em um sistema de corrupção que se reflete nas situações cotidianas, situações estas*

que eles mesmos não escolhem deliberadamente. Neste ambiente corrupto, onde o povo necessita lutar por sua sobrevivência diária, os valores disseminados podem ser outros. Levar vantagem pode se tornar relevante, não por opção, mas por necessidade. O povo seria então, uma vítima do seu meio”.

O meio social e político onde todos os atores estão inseridos, foi salientado como muito importante por quase todos os empresários que consideraram o povo “Confiável e Inconfiável”. Segundo eles, *“se o meio é forjado por atores que prezam por valores éticos, as pessoas envolvidas tendem a seguir este padrão”*. Ou seja, a grande maioria dos empresários entrevistados entendem que o povo brasileiro é confiável e inconfiável, dependendo do ambiente e da situação onde eles estão inseridos, dependendo da ocasião, do momento e principalmente, da oportunidade envolvida. A oportunidade é entendida neste caso como uma situação onde o ator se depara com um objeto de seu desejo, ou necessidade, em condições aparentemente de anonimato, sem o perigo de possíveis punições. Com base nesta compreensão de oportunidade, pode-se entender melhor as seguintes afirmações dos empresários: *“O povo brasileiro é confiável até ser testado, ou seja, até se deparar com uma situação de oportunidade”*. *“Ao se deparar com uma situação de oportunidade, o brasileiro dificilmente resiste”*. *“Falta ao povo brasileiro o agir com base no fio do bigode”* (um indivíduo que penhora um fio do seu bigode como demonstração de seu compromisso com sua palavra).

A questão que se faz pertinente é: Qual é o tipo de oportunidade que os empresários tinham em mente quando, tão frequentemente, à ela se referiam no decorrer das entrevistas? Que tipo de oportunidade seria esta que se torna tão irresistível para o povo brasileiro?

Ao analisar as respostas dos empresários notou-se que a ideia de oportunidade estava intimamente, mas não explicitamente, ligada à expressão “levar vantagem”. Contextualizando as expressões “oportunidade” e “levar vantagem” com as afirmações apresentadas pelos empresários, é possível inferir que, na opinião deles, *“o povo brasileiro é confiável até ser testado diante de uma oportunidade de levar vantagem”*.

Todavia, esta posição dos empresários também necessita de justificativas, pois, ao longo das entrevistas, quase que unanimemente, os empresários atribuíram uma boa índole ao povo brasileiro. Porque então, diante de oportunidades de levar vantagem, as leis são tão facilmente desconsideradas por este povo de boa índole? Estariam os empresários insinuando que o povo preserva sua boa índole, mesmo

quando se desviam dos valores democráticos? Estas questões permaneceram em aberto no decorrer das entrevistas. Alguns empresários notaram esta posição ambígua e procuraram fundamentar suas justificativas na herança cultural brasileira, como se verá mais adiante.

OS SERVIDORES PÚBLICOS SÃO CONFIÁVEIS?

EM SUA OPINIÃO OS SERVIDORES PÚBLICOS SÃO CONFIÁVEIS?		
OPÇÕES		EMPRESÁRIOS
1	Muito Inconfiáveis	
2	Inconfiáveis	3
3	Confiáveis e Inconfiáveis	9
4	Confiáveis	
5	Muito Confiáveis	
TOTAL		12

Esta questão (Q5) indagou sobre a confiança dos empresários nos servidores públicos brasileiros. As opções “Muito Inconfiável” e “Muito Confiável”, não foram selecionadas por nenhum dos empresários, no entanto, diferentemente da questão anterior, nenhum dos empresários considerou os servidores públicos “Confiáveis”. As escolhas dos empresários se concentraram nas opções “Inconfiável e “Confiável e Inconfiável”. Comparando com a questão anterior, aparentemente os empresários tendem a confiar mais no povo em geral, do que nos servidores públicos.

Todavia, muito daquilo que os empresários disseram sobre a confiança no povo brasileiro também tem validade com relação aos servidores públicos. Os servidores são vistos pela grande maioria dos empresários como confiáveis e inconfiáveis, dependendo da situação, do momento e da oportunidade que se apresenta. Quanto mais altos os cargos dos servidores públicos, menos confiança eles suscitam aos empresários.

Assim como no caso do povo brasileiro, alguns empresários veem os servidores públicos como “*vítimas de um sistema corrupto*”, entretanto, em pior situação do que o povo, pois segundo eles: “*a proximidade e exposição diária dos servidores pú-*

blicos à um sistema corrupto e profundamente institucionalizado, faz com que os servidores se sintam impotentes para agirem contra este sistema. Isto os imobiliza de sequer tentarem romper com aquilo que é considerado normal e aceitável. Esta imobilidade e impotência abala a confiança dos servidores no próprio sistema e também no povo brasileiro, o qual procura constantemente oportunidades para burlar o sistema e levar vantagens. Esta situação se intensifica quando ambos, tanto os servidores como também o povo em geral, agem por necessidade. O servidor por necessidade de manter o seu emprego, e o povo, por necessidade dos bens escassos oferecidos pelo Estado”.

O GOVERNO FEDERAL É CONFIÁVEL?

EM SUA OPINIÃO O GOVERNO FEDERAL É CONFIÁVEL?		
OPÇÕES		EMPRESÁRIOS
1	Muito Inconfiável	2
2	Inconfiável	5
3	Confiável e Inconfiável	4
4	Confiável	1
5	Muito Confiável	
TOTAL		12

Nesta questão as opiniões dos empresários se distribuíram ao redor da opção “Inconfiável”, selecionada por cinco empresários. A opção “Confiável e Inconfiável” foi selecionada por quatro empresários e a opção “Muito Inconfiável”, foi selecionada por dois empresários. Somente um empresário concedeu voto de confiança ao Governo Federal, mas nenhum se decidiu pela opção “Muito Confiável”. Nota-se, portanto uma tendência dos empresários em considerar o Governo Federal inconfiável.

Os dados aqui apresentados parecem corroborar com as teorias que relacionam a corrupção com a legitimidade do Governo, mesmo que elas não sejam suficientes para confirmar a regra de Friedrich (2007), segundo a qual, o grau de corrupção aumenta na medida em que a legitimidade do governo diminui, estes resultados apontam para uma certa relação entre estes dois fatores.

O JUDICIÁRIO FEDERAL É CONFIÁVEL?

EM SUA OPINIÃO O JUDICIÁRIO FEDERAL É CONFIÁVEL?		
OPÇÕES		EMPRESÁRIOS
1	Muito Inconfiável	2
2	Inconfiável	2
3	Confiável e Inconfiável	4
4	Confiável	4
5	Muito Confiável	
TOTAL		12

Com relação ao Judiciário federal, todos os entrevistados fizeram referência unicamente ao Supremo Tribunal Federal. Em nenhum momento os empresários citaram o Supremo Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho ou o Supremo Tribunal Eleitoral. Estas três últimas instâncias foram, por assim dizer, ofuscadas pela atuação do Supremo Tribunal Federal no caso do “mensalão” (denúncia de compra de votos de parlamentares a favor do governo). As respostas dos empresários para esta questão sofreram alterações conforme as decisões no processo do “mensalão” foram sendo divulgadas. Os dois empresários que se decidiram pela opção “confiável”, o fizeram logo após a prisão de alguns dos condenados do “mensalão”. Os dois empresários que escolheram a opção “Muito inconfiável” o fizeram no calor do desfecho total deste mesmo processo, ou seja, após o veredicto final do Supremo Tribunal Federal, onde ficou explícito que houve um tratamento diferenciado para os parlamentares e empresários⁵.

O restante dos empresários se posicionou entre as opções “Inconfiável” e “Confiável e Inconfiável”. Em nenhum momento os empresários optaram pela opção “Muito Confiável”. Em resumo, parece não haver plena confiança no Supremo Tribunal Federal, mesmo sendo ele a instância maior no que diz respeito à defesa da Constituição Brasileira, a lei fundamental e suprema para a democracia dentro do território brasileiro.

⁵Os parlamentares condenados foram absolvidos da acusação de “formação de quadrilha”, possibilitando assim, uma redução significativa de suas penas. Já os empresários, não foram absolvidos da acusação de formação de quadrilha e, assim sendo, não gozaram da redução de suas penas, que já eram, por si só, muito mais severas do que a dos parlamentares.

COMO SE INFORMAM OS EMPRESÁRIOS?

A questão (Q8) indagou se os empresários possuíam outra fonte de informação sobre a situação política brasileira além das mídias de massa. O intuito desta questão era de testar a hipótese do autor de que os empresários teriam acesso privilegiado a informações sobre a conjuntura brasileira. No entanto, com base unicamente nas respostas objetivas apresentados pelos empresários, esta hipótese parece não ter se sustentado, pois, todos os empresários afirmaram obter suas informações sobre a conjuntura brasileira, prioritariamente, através das mídias de massa, seja por vias impressas ou suas versões digitais. Os nomes de alguns colunistas políticos foram citados, entre eles: Élio Gaspari, Eliane Cantanhêde, Marina Silva, Luiz Carlos Bresser-Pereira, entre outros. Os empresários disseram não possuir um “guru”, uma fonte específica única e pessoal que os informava sobre a situação política brasileira. Nem mesmo as entidades de classe foram apontadas neste sentido.

Entretanto, através de questões adicionais, o pesquisador obteve informações adicionais que, de certa forma, revalidaram a hipótese do autor. Vários empresários informaram possuir, ou já possuíram, acesso direto aos altos escalões do Governo. Alguns empresários revelaram terem tido contato direto com os três poderes do Estado, tanto na esfera federal, como também na esfera estadual e municipal. Um dos empresários informou já ter apresentado um projeto empresarial para a atual Presidente da república e sua equipe técnica, outro mencionou que o proprietário da empresa onde atua como Diretor, é Deputado Federal, e ainda outro relatou que já esteve em contato com a ministra da Casa Civil por meio de e-mail.

Todas estas informações confirmam que os empresários possuem acesso privilegiado a informações importantes sobre a conjuntura, e portanto, devem sim ser considerados como atores sociais e políticos altamente relevantes para uma pesquisa como esta.

SOBRE A TOLERÂNCIA À CORRUPÇÃO

EM SUA OPINIÃO O POVO BRASILEIRO TOLERA A CORRUPÇÃO?			EM SUA OPINIÃO O JUDICIÁRIO BRASILEIRO TOLERA A CORRUPÇÃO?		
OPÇÕES	EMPRESÁRIOS		OPÇÕES	EMPRESÁRIOS	
Sim	9		Sim	10	
Não	3		Não	1	
Não Tem Opinião			Não Tem Opinião	1	
TOTAL	12		TOTAL	12	
COMO VOCÊ AVALIA A TOLERÂNCIA DO POVO À CORRUPÇÃO?			COMO VOCÊ AVALIA A TOLERÂNCIA DO JUDICIÁRIO À CORRUPÇÃO?		
OPÇÕES	EMPRESÁRIOS		OPÇÕES	EMPRESÁRIOS	
1 Muito Tolerante	3		1 Muito Tolerante	2	
2 Tolerante	6		2 Tolerante	6	
3 Tolerante e Intolerante			3 Tolerante e Intolerante	2	
4 Intolerante			4 Intolerante		
5 Muito Intolerante			5 Muito Intolerante		
TOTAL	9		TOTAL	10	

Este conjunto de questões (Q9, Q9a, Q10, Q10a) procurou identificar se na opinião dos empresários a população e o judiciário brasileiro são tolerantes à corrupção, e no caso positivo, os entrevistados deveriam avaliar este grau desta tolerância selecionando uma das três opções oferecidas: “1- Muito tolerante”, “2- Tolerante”, “3- Tolerante e Intolerante”. Nove empresários foram da opinião de que o povo brasileiro é tolerante à corrupção. Três destes consideraram o povo brasileiro muito tolerante à corrupção e seis que o povo brasileiro é tolerante à corrupção.

O Judiciário brasileiro foi considerado também pela maioria dos entrevistados como tolerante à corrupção. Dois respondentes consideraram o Judiciário como muito tolerante e seis como tolerante à corrupção. Dois empresários consideraram esta instituição como tolerante e intolerante ao mesmo tempo, argumentando que existem juízes competentes e juízes corruptos no judiciário.

Fica notório, no entanto, que a maioria dos empresários considera que tanto o povo quanto o judiciário brasileiro são tolerantes à corrupção. Entretanto, a tolerância à corrupção praticada pelo judiciário é vista de forma muito mais negativa e merecedora de repúdio, pois deveria ser a instituição de referência legal e moral para toda a sociedade. No entanto, segundo os empresários, “o *judiciário é tolerante à corrupção e corrupto*”, e *decepciona profundamente*. “*Estou muito decepcionado com esta instituição*”, afirmou um entrevistado. Um outro empresário utilizou as seguintes palavras para argumentar sua posição: “*Sim o povo e o judiciário toleram a corrupção, pois se não tolerassem, a corrupção deveria estar diminuindo, mas não é isto que se está*

observando”. Ainda segundo este empresário, “a corrupção no Brasil, não está nem diminuindo, nem aumentando, mas sim, mantendo-se em um nível muito alto. E se ela não está diminuindo é porque está sendo tolerada”.

SOBRE O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS E O LOBBY

QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS POR EMPRESAS		QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A PRÁTICA DE LOBBY	
OPÇÕES	EMPRESÁRIOS	OPÇÕES	EMPRESÁRIOS
A Favor	2	A Favor	9
Contra	10	Contra	3
TOTAL	12	TOTAL	12

As questões (Q11) e (Q12) procuraram identificar o posicionamento dos empresários com respeito ao financiamento de campanhas políticas e a prática de Lobby. As relações entre o financiamento de campanhas políticas, a prática de lobby e a corrupção, já foram tratados no capítulo 1.

Aqui, através destas duas questões, além das opiniões concretas dos empresários sobre estes dois temas, procurou-se conhecer também até que ponto eles possuem informações sobre a *grande corrupção*, ou seja, aquela corrupção que acontece e envolve os altos escalões do governo e das instituições democráticas, cujas consequências, podem afetar o regime político da nação como um todo.

Quanto ao financiamento de campanhas por empresas privadas, dez empresários foram contra e dois a favor. A expressão recorrente entre os empresários foi: “Assim como está eu sou contra”, ou seja, segundo todos eles, os processos de financiamento de campanhas não são claros no Brasil e deixam muitas suspeitas de irregularidades.

Com respeito à prática de Lobby, nove empresários se disseram a favor e três se posicionaram contra, no entanto, assim como na questão sobre o financiamento de campanhas, aqui também a expressão “Assim como está eu sou contra” foi utilizada. Isto porque os empresários diferenciam claramente entre a prática de Lobby Técnica e a prática de Lobby corrupta. A prática de Lobby técnica busca os interesses de um grupo e a prática corrupta, busca o interesse de uma única empresa.

UMA EMPRESA EM UMA SITUAÇÃO HIPOTÉTICAMENTE CORRUPTA

QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE O ARGUMENTO DA EMPRESA?		
OPÇÕES		EMPRESÁRIOS
1	Discordo Plenamente	8
2	Discordo	3
3	Concordo e Discordo	1
4	Concordo	
5	Concordo Plenamente	
TOTAL		12

Nesta questão procurou-se identificar a opinião dos empresários sobre uma situação hipotética apresentada na questão (Q13). As respostas dos empresários se concentraram majoritariamente nas opções “Discordo Plenamente” (8 empresários), e “Discordo” (3 empresários). Somente um empresário optou pela alternativa de “Concordar e Discordar” ao mesmo tempo, apresentando para sua decisão, uma justificativa altamente pragmática (Ver declaração do empresário E2 abaixo).

A partir da presente questão, até a questão final (Q16), o autor irá apresentar as frases e os enunciados proferidos pelos empresários. A prerrogativa para esta mudança no modo de apresentação do conteúdo parte do princípio que, a verdadeira percepção dos empresários sobre a corrupção no Brasil atual foi revelada, e deve ser compreendida, majoritariamente através da avaliação hermenêutica do sentido das palavras, frases e enunciados que se materializaram nos textos das entrevistas. Assim sendo, nestas últimas questões, por serem mais ricas em conteúdo, o pesquisador disponibiliza os dados propriamente ditos, ou seja, os textos que materializaram os verdadeiros enunciados dos empresários sobre a corrupção⁶. Assim sendo, segue a questão (Q13) em sua íntegra e em seguida, uma seleção de diálogos entre o pesquisador e os empresários. Partes do texto foram excluídas para preservar a identidade e privacidade dos empresários.

Q13- Dada a situação hipotética a seguir, avalie o argumento da Empresa.

Uma empresa que dependente exclusivamente de peças importadas para manter sua produção funcionando, oferece frequentemente, entre outras, vantagens financeiras a agentes alfandegários para que estes acelerem o processo de liberação de sua carga.

⁶ Estas ideias têm origem na Hermenêutica Objetiva do sociólogo Ulrich Overmann. E desde já peço desculpas ao meu orientador por ter insistido nesta modalidade de apresentação.

A empresa argumenta sua atitude da seguinte maneira: Nestes casos, ela estaria simplesmente utilizando os meios ao seu dispor para lubrificar a burocracia e manter sua produção funcionando.

Qual a sua opinião sobre o argumento desta empresa?

E = Empresário

P = Pesquisador

Observação: A enumeração dos empresários não obedece nenhuma ordem e não corresponde a outras enumerações apresentadas neste trabalho.

E1: *Discordo plenamente. Primeiro porque a empresa estaria utilizando-se de um elemento que a posiciona em estado de desigualdade com outras empresas. Segundo, porque caso ela estivesse cometendo, entre aspas, corrupção ativa, o servidor alfan-degário seria também corrupto por estar aceitando dinheiro ou vantagens indevidas. Em casos como este, é preciso observar se a máquina burocrática estatal necessita de melhorias e então implementá-las. A burocracia, por incrível que pareça, precisa existir, caso contrário, tudo acabaria virando baderna. Se já existe uma regulamentação burocrática, um trâmite legal para importar as tais peças, esta burocracia deveria ser respeitada, no entanto, caso exista uma forma de melhorar ou diminuir está burocracia, isto deveria ser feito. O que não deveria acontecer é, a partir de casos como este, se criar dificuldades para vender facilidades (neste caso o empresário se refere ao servidor público). Hoje no Brasil, utiliza-se de fato, a lubrificação da máquina estatal, no entanto, ela deveria funcionar lubrificada somente pelos salários e não pelo apelo a vantagens adicionais.*

P: *Mas, em sua opinião, as empresas conseguiriam sobreviver sem estas práticas?*

E1: *Eu creio que sim. Na minha opinião elas conseguiriam sim. Elas poderiam por exemplo se precaverem, pois já sabem previamente que necessitam das ditas peças. Elas deveriam colocar um “lead time” (prazo) maior nas importações. Elas deveriam trabalhar com um estoque de segurança maior e não tentar (sobreviver) com outros meios.*

P: *Você quer dizer que as empresas não deveriam se adequar ao jogo, elas deveriam tentar mudar o jogo.*

E1: *Exatamente, se todas parassem de pagar (propina), o servidor iria ser obrigado a trabalhar normalmente. O problema é que alguém continua pagando para levar vantagem, sendo que as demais empresas, para não ficarem em desvantagem, pagam também, e assim cria-se um círculo vicioso.*

P: *Mas não é muito mais oneroso tentar mudar o jogo do que continuar fazendo o jogo?*

E1: *Nós teremos que caminhar obrigatoriamente para a mudança de*

jogo. Vai chegar um determinado momento onde a população irá adquirir uma certa maturidade, talvez não na nossa geração, mas quando isto acontecer, a corrupção não será mais aceitável. Mas se ninguém der o primeiro passo agora, nós vamos continuar como estamos, e o Brasil vai chegar aos mil anos com um alto índice de corrupção. **P:** Então você é otimista quanto ao Brasil? **E1:** Sim, até porque nós já começamos a trabalhar com ferramentas muito avançadas, daqui a pouco, não vai ser mais possível criar um caixa dois, como foi feito na campanha do PT, não vai ser possível fazer nenhum pagamento sem ser rastreado. A receita federal já tem um projeto de enviar a declaração do imposto de renda pronta para os cidadãos. Nós deixaremos de preencher a declaração e vamos apenas confirmar os dados. **P:** Você está me dizendo, então, que as coisas só vão mudar porque novos controles serão instituídos, mas não porque houve uma mudança na cultura brasileira? **E1:** Vão mudar por causa de uma nova consciência da sociedade, que não tolera mais a corrupção.

Comentário do Pesquisador: Este empresário reconhece em partes a função da corrupção como um meio de azeitar a burocracia, no entanto, não a vê como algo positivo. Pelo contrário, ela aparece como um elemento de desigualdade na livre concorrência entre as empresas. A corrente econômica também parece estar presente na mente deste empresário, pois salienta o desejo dos servidores de obter vantagens com seus cargos. Segundo ele, a corrupção será contida com novas formas de controle e uma nova consciência de uma geração ainda por vir.

E2: Não discordo e não concordo. Os empresários sempre estão em conflito com dois sentimentos chamados, ética pessoal e ética empresarial. Há uma certa “esquizofrenia” fantástica nestes dois sentimentos. Se eu não lubrifico a máquina, eu decreto a “morte” da empresa em meio a atual corrupta burocracia brasileira. No entanto, pessoalmente, eu sou da opinião que é preciso acabar com isto. A minha esperança é que a gente consiga passar esta burocracia brasileira a limpo. Modificar estes mecanismos para que seja possível atuar (empresarialmente) com fluidez, sem a necessidade de lubrificar a máquina. No entanto, com base em valores democráticos e éticos, eu sou cem por cento contra estas práticas. A corrupção é uma prática condenável. Mas nós sabemos que se uma empresa não utilizar estes mecanismos, principalmente se ela depende do mercado externo, é só uma questão de dias pra ela “morrer”, pois, se a importação entrar na fila de trâmite comum, a empresa “morre”. É como se a empresa fizesse parte de um “jogo” de sobrevivência. Eu acho que no Brasil nós temos

uma democracia cheia de contradições que leva à isto. E o brasileiro lida com esta situação de uma forma normal. Eu até sou da opinião que se uma empresa colocar-se cem por cento contra estas práticas, ela não vai ter nem possibilidade de se manter no “jogo” para modificar este estado de coisas. Ela “morre” antes. Muitas empresas estão tão dependentes deste sistema que, se elas não se mantiverem no “jogo”, elas perdem até as chances de alterar as regras do “jogo”. P: Você acha, então que a burocracia é culpada desta situação? A burocracia rígida e burra sim, no entanto a burocracia é necessária, mas precisa ser uma burocracia inteligente e enxuta. O problema é que a burocracia brasileira é como um monstro que se retroalimenta diariamente.

Comentário do Pesquisador: Este empresário também reconhece a existência, a necessidade, e até mesmo, a dependência de algumas empresas de práticas corruptas para azeitar a burocracia brasileira. O jogo de sobrevivência mencionado por este empresário exige que as empresas alcancem os seus objetivos no menor tempo e com os menores custos possíveis. A burocracia “burra”, é um empecilho neste sentido. Neste jogo, ganha a empresa que paga as menores propinas e tem, no menor tempo possível, os maiores retornos. As propinas e vantagens concedidas pelas empresas aos agentes públicos, podem ser considerados custos e os financiamentos de campanhas um investimento. Aqui começa a ganhar corpo uma opinião ambivalente diante da corrupção. De um lado, com base na moral e na ética, o empresário é contra a corrupção, mas do outro, baseado em um pragmatismo empresarial, o empresário tolera por necessidade a corrupção.

E3: *Eu discordo plenamente. Eu passei por isto, semana passada. Eu discordo plenamente, mas ao mesmo tempo faria o mesmo que esta empresa fez. Eu não concordo moralmente com está prática, mas o meu senso prático, a questão da necessidade, me obriga a justificar estas práticas erradas, devido à uma deficiência do sistema. Eu enviei recentemente um equipamento para ser concertado na Alemanha e neste processo, precisei esperar dez dias para que um agente alfandegário verificasse se o número de série do equipamento estava de acordo com o documento preenchido. Faz parte da obrigação deste agente, já muito bem remunerado por mim e por toda a sociedade, ir até a máquina verificar se, de fato, o número do equipamento e o número que consta no documento estão corretos. Eu necessitava que este equipamento retornasse para a minha linha de produção o mais rápido possível, e hoje, você me*

pergunta se eu acho legítimo uma atitude como estas? Se eu pôr na ponta do lápis, o que eu paguei (para o agente público) saiu barato, mas eu estou plenamente consciente de que, desta maneira, eu não estou contribuindo para melhorar este país. Quando este equipamento chegar na Alemanha, eles irão fazer o desembaraço sem burocracia e sem nenhum pagamento adicional, e por consequência, eles vão se desenvolver e melhorar sua qualidade de vida, e nós vamos continuar sempre um país em desenvolvimento. E isto, por que sempre somos obrigados a pagar alguns reais para estes burocratas fazerem o que é propriamente o serviço deles. A minha opinião é clara: eu não concordo com estas práticas. Escolho a opção “Discordo plenamente”, mas eu não sou Alice no país das maravilhas, a realidade brasileira é outra. Ela impõe uma situação contraditória entre as situações de necessidade e os valores morais.

Comentário do Pesquisador: Este empresário coloca-se como vítima de um sistema burocrático deficiente, diante do qual ele não tem outra opção a não ser, ceder à corrupção. A corrupção é vista como um meio de navegar por entre as deficiências do sistema. Mas não é vista como algo bom, pelo contrário, ela emperra o desenvolvimento. O apelo para as orientações morais e éticas faz transparecer, assim como no empresário anterior, a opinião ambivalente diante da corrupção. Moralmente ela é condenada, mas pragmaticamente, ela é tacitamente aceita.

E4: *Não concordo porque é um tipo de propina. Discordo plenamente. Se a empresa oferece vantagens financeiras a agentes alfandegários, isto é um tipo de propina. P:* Você acha que as empresas precisam fazer isto para sobreviverem? **E4:** *Provavelmente as empresas fazem isto para sobreviverem, ou até para ganharem agilidade. No entanto, se elas oferecem vantagens financeiras é uma vantagem sobre vantagem. Então, é corrupção.*

Comentário do Pesquisador: Aqui se sobressai a corrente econômica da corrupção. A corrupção é claramente ligada à vantagem financeira. O empresário discorda pelo aspecto da “vantagem sobre a vantagem” e não por aspectos morais ou éticos.

E5: *Eu discordo desta prática e justifico da seguinte maneira. Ao meu entender, embora não goste, o Brasil funciona desta forma. Entretanto, a partir do momento que passamos a aceitar este tipo de situação, nós realimentamos o processo de corrupção. Eu só não vou optar pela opção um “Discordo Plenamente”, pois talvez não haja*

na situação atual do Brasil, outra forma de proceder empresarialmente. Mas, pessoalmente, eu sou da opinião de que o País deve dar um basta à corrupção. A corrupção é inerente a natureza humana em geral, mas parece estar ainda mais marcante na natureza dos Latinos. Até parece que nós (Latinos) temos uma origem cultural mais favorável a aceitar este tipo de situação. No entanto, é preciso reverter este quadro. Os níveis de corrupção praticados no Brasil são muito altos, e isto, causa um malefício para toda a sociedade. Todavia, se esta empresa mencionada na questão corre o risco de falir, ou perder a competitividade, por falta das tais peças, caso ela não ofereça alguma vantagem aos agentes públicos, é muito provável que ela perceba-se sem outra alternativa. Entretanto, a partir do momento que ela, e todas as outras empresas, se negarem a participar de tais transações, o País melhora. P: O senhor quer dizer com isto que as empresas participam de tais práticas por questões de necessidade? E5: Exatamente, por isso eu não discordo plenamente. P: O senhor acha que uma empresa consegue atuar no Brasil sem recorrer a tais práticas? E5: Talvez consiga, mas não terá o mesmo desempenho e os índices de crescimento das demais empresas do seu setor. Ela perde em competitividade. No Brasil, em certos casos, as empresas que utilizam-se de forma ativa destas práticas, conseguem crescer rapidamente, pelo menos, por um tempo, até serem descobertas. Nós temos exemplos na mídia de casos como este (o empresário fez menção à empresa Delta de construção que é acusada de receber contratos públicos milionários por influência de um parlamentar). A nossa empresa se nega veementemente a participar de tais práticas, e por isso, as vezes, enfrentamos dificuldades. Então eu ressalto e repito que discordo de tais práticas, mas, ao meu entender, o Brasil funciona assim.

Comentário do Pesquisador: Na frase “o Brasil funciona assim” fica expressamente compreensível o caráter funcional da corrupção. Mas o empresário apela para a variável da necessidade para justificar o comportamento da empresa no caso hipotético. Ou seja, este empresário também se apropria da ideia de necessidade para justificar a corrupção a partir de uma visão pragmática empresarial. Mas a corrupção parece ser vista também como um meio de aprimorar a competitividade de empresas que atuam de forma ativa e sistemática com práticas corruptas. Todavia, o empresário deixa claro que a corrupção é um fenômeno altamente repudiado e “o Brasil deve dar um basta à corrupção”, mas infelizmente ela parece estar internalizada na cultura latino-americana.

E6: *Eu discordo plenamente. Isto é corrupção. Estas práticas realimentam o sistema de corrupção. E o pior, a empresa que estiver em condições de oferecer maiores vantagens para os agentes públicos, sai na frente das outras, e assim, cria-se um ambiente de desigualdade.* **P:** Em sua opinião, é possível que uma empresa atue, competitivamente no Brasil, sem recorrer a tais práticas? **E6:** *Sim, é possível dizer não a estas práticas. A nossa empresa optou em dizer não a certos tipos de negócios para não ter necessidade de entrar neste jogo de interesses, e, por consequência, enfrentamos maiores dificuldades. Justificar estas práticas com base em ideias de dependência do sistema, é conceitual, ou seja, as empresas que dizem necessitar de tais práticas para adquirir fluidez nos seus processos, estão, em última instância, realimentando o próprio processo de corrupção. Nós sabemos que no Brasil quase tudo funciona assim, mas está errado. Existem empresas com maior e com menor dependência deste sistema, mas existem também aquelas que procuram alcançar sua independência dele, e a nossa é uma delas. Na verdade, os empresários é que constroem este canal de dependência e necessidade. Entretanto, é muito importante observar que estes canais, mesmo que eu não aprove tais práticas, podem se configurar em grandes facilitadores para o crescimento econômico de uma empresa. Mas isto está errado.*

Comentário do Pesquisador: Aqui um empresário refuta a teoria de dependência do sistema, mesmo reconhecendo que “*no Brasil quase tudo funciona assim*”, sendo que o “*assim*” significa, lubrificado pela corrupção.

Em resumo nota-se nesta (Q13) questão uma opinião dualista dos empresários diante da corrupção. Quando avaliada com base em valores morais a corrupção foi enfaticamente condenada em todas as suas manifestações, no entanto, quando avaliada com base em uma racionalidade empresarial, que leva em consideração os atuais índices de corrupção e as atuais barreiras funcionais e estruturais do sistema burocrático brasileiro, a *pequena corrupção* foi tacitamente tolerada e, em certos casos, até mesmo considerada necessária para a sobrevivência, competitividade ou manutenção das empresas. Em certos aspectos as opiniões dos empresários parecem corroborar com as ideias de Nye (1967) sobre a funcionalidade da corrupção. No entanto, em nenhum momento a corrupção foi vista pelos empresários como um elemento bom ao longo prazo, ou como um fator positivo para a economia. Pelo contrário, todos os

empresários consideram a corrupção um mal e um empecilho para o desenvolvimento, um mal com força tal que leva muitos homens e mulheres a se renderem a ele por supostas questões de necessidade pragmática.

UM CIDADÃO EM UMA SITUAÇÃO HIPOTÉTICAMENTE CORRUPTA

QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE O ARGUMENTO DO CIDADÃO?		
OPÇÕES		EMPRESÁRIOS
1	Discordo Plenamente	12
2	Discordo	
3	Concordo e Discordo	
4	Concordo	
5	Concordo Plenamente	
TOTAL		12

Como já mencionado na fundamentação teórica sobre o questionário, a situação hipotética desta questão não representa claramente uma transação corrupta. Ela abre possibilidades para diferentes leituras e interpretações. Para espanto do pesquisador, esta foi a única questão onde os empresários responderam de forma unânime.

Segue a questão (Q14) em sua íntegra e, em seguida, as respostas e afirmações dos entrevistados. As partes excluídas têm como objetivo preservar a identidade e privacidade dos empresários.

Q14- Dada a situação hipotética a seguir, avalie o argumento do cidadão.

Um cidadão conseguiu para seu filho uma vaga altamente concorrida na melhor universidade pública da cidade, não graças aos méritos do filho, mas unicamente, por meio de suas influências pessoais.

O cidadão argumenta a sua atitude da seguinte maneira: Neste caso, ele teria simplesmente aproveitado os seus contatos pessoais e políticos, para atingir seus objetivos.

Qual a sua opinião sobre o argumento do cidadão acima?

E = Empresário

P = Pesquisador

Observação: A enumeração dos empresários não obedece nenhuma ordem e não corresponde a outras enumerações já apresentadas neste trabalho.

E1: *Conceitualmente, eu discordo plenamente. Na minha opinião, situações como esta não deveriam existir, mas isto é uma utopia no Brasil. Eu penso que o próprio sistema deveria ter uma filtragem para estas situações, o sistema deveria estar imune a estas práticas, mas, infelizmente, ele não está. Moralmente esta atitude está errada. As ferramentas das instituições democráticas, e nisto eu acho que o Brasil está melhorando, é que deveriam filtrar estas situações, elas deveriam desencorajar o cidadão de procurar tais meios para conseguir seus objetivos. Na verdade, o cidadão nem deveria falar com alguém sobre uma questão como esta, e se o fizesse, esta pessoa deveria responder pra ele o seguinte: Prezado amigo, infelizmente eu não posso fazer nada por você. É assim que deveria funcionar.*

Comentário do Pesquisador: Este empresário inicia seu argumento procurando responsabilizar a falta de eficácia das instituições democráticas na prevenção da corrupção, e assim sendo, torna o cidadão uma vítima do sistema. No final, o argumento apela para orientações morais e incute responsabilidade moral ao cidadão. Na primeira parte predomina uma ideia jurídica institucional e na segunda uma ideia sociológica de corrupção.

E2: *Eu vejo esta situação como corrupção. A partir do momento que o cidadão utilizou do seu poder e de suas influências, é corrupção, pois, o uso do poder e da influência também é uma forma de corrupção. Eu me pergunto, porque ele não utilizou os seus poderes para auxiliar os institutos de caridade ou o povo brasileiro, ao invés de propiciar somente o filho? Há uma desigualdade social nesta situação, pois os filhos dos pobres não vão chegar à universidade, e o filho deste cidadão só conseguiu entrar na universidade porque o pai tinha um amigo político influente. Isto está errado. Seria isto um tipo de corrupção menos ativa? Talvez nós não denominemos isto como corrupção, mas em todo caso, eu discordo plenamente desta situação.*

Comentário do Pesquisador: O empresário não aceita o argumento do cidadão, mas também não sabe corretamente como enquadrá-lo como corrupto. O uso do poder e das influências, por si só, não configuram uma situação corrupta. A quebra na isonomia do processo de licitação sim. O que este pronunciamento traz implícito é a ideia de condenar moralmente o cidadão por tentar adquirir vantagens indevidas para seu filho, mesmo sem infringir as leis.

E3: *Discordo plenamente. O cidadão que protagoniza esta situação conseguiu a vaga em função do seu status político ou de seus contatos, e isto deve acabar. Nesta situação surge uma questão ética, pois o processo precisa ser igual para todos. A corrupção existe não só quando os outros roubam ou fazem errado, a minha atitude também conta. Portanto, se eu desejo ética na política, se eu desejo acabar com a corrupção, eu preciso começar dentro de casa. Se nós mesmos não tivermos uma postura ética e moral para cobrar (os outros), como poderemos então, exigir alguma coisa dos nossos governantes? Um vereador ou um prefeito não podem exigir vantagens adicionais pelo seu cargo, pois já são remunerados por ele. Ser representante do povo é muito difícil, pois, pra ser representante do povo, é preciso abdicar das vontades próprias. Em minha opinião a ética e a moral vem do berço, é neste sentido que eu mencionei anteriormente, que serão talvez, os nossos netos que darão forma à uma geração menos corrupta, mas somente se cada um de nós começar hoje a valorizar a ética e a moral, sem procurar levar vantagem, sem a famosa “lei de Gérson”. Em minha opinião, corrupção não significa somente receber dinheiro ilícito. Significa também receber um troco a maior e não devolver. Mas, no Brasil, todos querem levar vantagem.*

P: Você acredita que este desejo de levar vantagem está no DNA do povo brasileiro?

E3: *Infelizmente está, e é por esta razão que eu mencionei anteriormente, que este estado de coisas só irão mudar realmente, na geração dos nossos netos, ou bisnetos.*

Comentário do Pesquisador: Este empresário inicia seu argumento baseado na ideia de que a corrupção quebra a isonomia do processo. O apelo principal deste argumento reside sobre a responsabilidade pessoal do cidadão de agir eticamente. Há aqui uma ênfase no comportamento individual muito semelhante as ideias postuladas pela corrente jurídica de estudo da corrupção. O povo brasileiro deve deixar de querer levar vantagem sobre os outros para que a corrupção diminua. Todavia, segundo este empresário, esta mudança não ocorrerá em curto prazo, pois a corrupção parece ter se tornado parte da natureza do povo brasileiro.

E4: *Discordo plenamente e vou repensar a minha resposta para a questão anterior (Q13). Aqui eu discordo plenamente, pois, nesta situação em particular há uma desigualdade completa de recursos, já que os cidadãos que possuem mais contatos e dinheiro conseguem alocar os filhos nas melhores universidades. Discordo plenamente, não é legítimo. Para mim a diferença básica entre a situação da questão Q13 para com a da Q14 é que, na situação anterior, havia um ambiente competitivo, ou*

seja, várias empresas com a “bala na agulha”, em igualdade de concorrência. Já na questão Q14, a dependência competitiva é menor ou quase inexistente.

Comentário do Pesquisador: Este argumento condena o cidadão não por razões jurídicas, mas sim porque o cidadão violou, aparentemente, as regras socialmente aceitas de igualdade de oportunidades e de livre competitividade.

E5: *Discordo plenamente. Não faz parte do jogo democrático. O cidadão tirou a oportunidade de uma pessoa que talvez possuísse muito mais qualidade de ocupar a vaga, do que o próprio filho dele.*

Comentário do Pesquisador: Vale para este argumento as mesmas observações feitas para o empresário anterior.

E6: *Esta é mais uma situação que, na minha opinião, está errada. Discordo plenamente. Eu penso que, talvez, somente em um caso muito específico, e unicamente neste caso, uma atitude como esta seria justificável, mas nem aí eu tenho certeza se seria justificável, no entanto, unicamente em um caso assim eu acho agiria da mesma forma como este cidadão. A situação que eu tenho em mente é se meu filho estivesse com graves problemas de saúde e necessitasse um medicamento especial. Neste caso eu utilizaria todas as minhas influencias para conseguir o tal medicamento e salvar a vida do meu filho.*

Comentário do Pesquisador: Este argumento não se diferencia muito dos anteriores. O empresário aqui, mesmo repudiando a corrupção, aceita utilizá-la para alcançar um bem maior, neste caso, não uma vantagem, mas a saúde do filho.

Em resumo, os empresários demonstraram nesta questão que discordam de forma unânime do argumento apresentado pelo cidadão. Qual seria a razão para os empresários repudiarem, de forma tão unânime, o argumento deste cidadão que espelhou um comportamento clientelista muito comum na sociedade brasileira? A condenação do comportamento deste cidadão não ocorreu com base em fundamentos jurídicos, mas sim, com base em orientações éticas e morais, o que parece corroborar com a ideia que os empresários brasileiros constroem sua percepção da corrupção preponderantemente baseados nestes valores. Ou seja, um comportamento social é avaliado como corrupto não somente porque infringe as leis objetivas, mas também

por não estar de acordo com os valores morais e éticos aceitos em uma certa sociedade em determinada época.

A unanimidade desta resposta parece ser uma evidência de que a percepção da sociedade brasileira está mudando com respeito à corrupção, e também, que os empresários constroem sua percepção da corrupção, preponderantemente, baseados em valores morais.

PECULIARIDADE DA CORRUPÇÃO NO BRASIL

A CORRUPÇÃO NO BRASIL TEM ALGUMA PECULIARIDADE TÍPICAMENTE BRASILEIRA?	
OPÇÕES	EMPRESÁRIOS
Sim	6
Não	6
TOTAL	12

Nesta questão o intuito era de avaliar se na opinião dos empresários existe alguma peculiaridade, tipicamente brasileira, nas práticas corruptas que se manifestam no país. As opiniões dos entrevistados dividiram-se em dois grupos. Seis empresários responderam que estas peculiaridades existem e seis negaram a existência de tais peculiaridades.

Segue a questão em sua íntegra e em seguida as opiniões dos empresários.

Q15- Em sua opinião a corrupção no Brasil possui alguma característica tipicamente brasileira?

E = Empresário

P = Pesquisador

Observação: A enumeração dos empresários não obedece nenhuma ordem e não corresponde a outras enumerações já apresentadas neste trabalho.

E1: *Sim, a corrupção no Brasil acontece dentro de um cenário político muito típico. O chamado “toma lá, dá cá” que a gente percebe na televisão.*

E2: Não, na minha opinião a corrupção no Brasil não tem uma característica especificamente brasileira. A corrupção no Brasil é igual a corrupção em qualquer outra sociedade, seja ela mais ou menos desenvolvida. No entanto, quanto mais desenvolvida uma sociedade se torna, menos corrupção nela haverá.

E3: Sim, o “jeitinho”, a “ginga”, o desejo de alcançar todos os recursos no mínimo da linha permitida. O problema é que este comportamento não é visto como algo ruim, como corrupção. As pessoas percebem este comportamento como um atalho, uma vantagem competitiva, as vezes até intelectual. As pessoas percebem este tipo de comportamento como uma habilidade e não como uma distorção de caráter. **P:** Isto quer dizer que, em sua opinião, as pessoas não estão conscientes do seu comportamento corrupto? **E3:** Sinceramente, eu acho que não. Justamente pela tolerância que existe com respeito à corrupção, elas concluem; se eu não fizer, outro vai fazer.

E4: Eu não sei se existe algo específico na corrupção praticada no Brasil, mas esta mania brasileira de querer levar vantagem em tudo parece estar presente em todas as situações corruptas. Além disto, quantos de nossos políticos foram punidos até hoje? Esta seria talvez uma outra característica da nossa corrupção; a falta de punição para os corruptos. Pois a impunidade persiste no Brasil porque os que responsáveis por criar as leis são os próprios políticos corruptos. **P:** Mas os políticos de hoje foram os cidadãos de ontem? **E4:** O povo é confiável, mas esta ideia de levar vantagem em tudo, parece estar no DNA do brasileiro. A situação parece estar mudando, mas nós só vamos saber ao certo, ao longo dos anos. Mas, se não melhorarmos a educação, não vamos poder reduzir a corrupção.

E5: Corrupção é corrupção em qualquer lugar. É um mal e não deve ser admitida nem tolerada. Quanto ao que eu disse anteriormente, na questão hipotética sobre a empresa, que é preciso azeitar a máquina para que a empresa possa sobreviver, eu sou da opinião que isto só deve ser tolerado se, “azeitar” a máquina for uma condição necessária para que a empresa permaneça no “jogo”, para que assim, finalmente, ela consiga mudar este estado de coisas. E voltando ao tema da corrupção brasileira, eu não tenho muita certeza sobre as práticas de outros países, mas o “jeitinho brasileiro” de cortar caminho e facilitar as coisas, parece tipicamente nosso. Como já mencionei anteriormente, o brasileiro é honesto até ser apresentado à uma oportunidade. Diante

de uma oportunidade, raramente o brasileiro resiste. **P:** E porque o brasileiro não resiste à uma oportunidade? **E5:** *Eu penso que é uma questão de convicção, de valores, da formação do cidadão brasileiro, das nossas bases culturais, dos alicerces onde a nossa cultura foi construída. São alicerces muito frágeis, talvez muito sol, muita praia. Nós temos uma cultura do safo. Nós não temos as convicções firmes no nosso DNA. O brasileiro é honesto até se encontrar diante de uma oportunidade.*

E6: *Sim, a corrupção brasileira é extremamente criativa. Tanto é que os políticos brasileiros conseguiram criar o “mensalão”. Eu não conheço a corrupção de outros países, mas sabe-se que ela existe. No entanto, no Japão, por exemplo, a corrupção é uma transgressão tão grave que quando uma pessoa é flagrada em um ato corrupto, ela é capaz de cometer suicídio. Mas no Brasil, os políticos são criativos e negam seus atos.* **P:** Por que isto acontece no Brasil? Por que os nossos políticos não se comportam como os políticos japoneses ou ingleses, que pedem desculpas ou renunciam?

E6: *Veja, os condenados do “mensalão” foram ovacionados. Eles ergueram os punhos para o alto em protesto ao serem condenados, e o pior, existe um público para isto. Eu penso que o nosso país tem sido fraco nas reações contra as suas principais mazelas, incluindo a corrupção. Isto gera um sentimento de impunidade. Pessoas que alcançaram certas posições sociais, sejam elas políticos, expoentes dos negócios, da cultura ou do exporte, se consideram inatingíveis pelas leis. Um líder do Senado utilizou aviões militares para fazer viagens com a família e para implantar cabelos. Em Curitiba, um deputado atropelou e matou dois jovens em um acidente de trânsito e conseguiu postergar o julgamento por anos seguidos, sem nenhum problema.* **P:** Em sua opinião, como estas pessoas justificam seus atos? **E6:** *Impunidade, ou os fins justificam os meios.*

E7: *A corrupção é igual em todo lugar. Minha filha morou na Alemanha e eu conheço razoavelmente bem a qualidade de vida e da democracia alemã. Como explicar, então, que a Siemens, uma grande empresa alemã, venha praticar corrupção aqui no Brasil em licitações de trens? Somente aceitando a ideia que a corrupção é igual em todo lugar. Porém, no Brasil, a corrupção coexiste com a impunidade. E além da impunidade, a corrupção parece ter impregnado todos os meios da sociedade. É triste dizer, mas parece que a corrupção está aumentando no Brasil. Existem pessoas de*

boa índole em várias esferas públicas, mas o sistema como um todo está tão impregnado pela corrupção que o ímpeto de resistência destas boas pessoas acaba desvanecendo, ou, elas acabam se corrompendo.

Primeiro é importante salientar que não há um consenso na opinião dos empresários sobre elementos culturais brasileiros na corrupção aqui praticada. Uma metade dos entrevistados é da opinião que a corrupção no Brasil tem as mesmas características da corrupção praticada em outros países. A outra metade acredita sim que a corrupção brasileira possui características peculiares, e menciona o “jeitinho” e a criatividade brasileira, como exemplos. Alguns empresários citam também a “impunidade” e uma tendência do povo brasileiro de “querer levar vantagem” como características tipicamente brasileiras da corrupção, no entanto, estes dois últimos fatores não são efetivamente características da corrupção, e sim talvez, elementos de suas causas ou consequências, como será mostrado mais adiante.

POSSÍVEIS CAUSAS DA CORRUPÇÃO NO BRASIL

Na última questão do questionário os empresários foram indagados sobre as principais causas da corrupção no Brasil.

E = Empresário

P = Pesquisador

Observação: A enumeração dos empresários não obedece nenhuma ordem e não corresponde a outras enumerações já apresentadas neste trabalho.

E1: *Em minha opinião, ela vem desde o período colonial, e infelizmente acabou se tornando enraizada no nosso comportamento. Já desde a época da colônia havia troca de favores. É logico que está ocorrendo um processo de depuração desta herança cultural, mas na nossa coluna vertebral, parece haver ainda resquícios da corrupção.*

E2: *Eu penso que a primeira causa é a impunidade, depois vem esta mania do brasileiro de querer levar vantagem a qualquer custo, a famosa “lei de Gerson”, e finalmente, a falta de educação.*

E3: *Na minha opinião a desigualdade social é uma das causas. Os salários da população e dos servidores públicos, enfim, o piso salarial nacional é muito baixo e isto leva o povo a se corromper. Se uma pessoa não consegue melhorar a vida através do seu salário ela procura por outras maneiras. A questão econômica faz com que o cidadão se deixe corromper por necessidade, pois no final do mês, o salário não garante a sua sobrevivência.*

E4: *No meu entender as causas da corrupção são uma somatória de fatores. A ambição, a inveja, etc., mas a quantidade, o índice, varia em função da educação e dos valores enraizados, pois são desvios de comportamento do ser humano.*

E5: *Como eu já comentei anteriormente, o meio cultural é o fator mais importante. Aquilo que vem de nossa própria História. Pois, no dia-a-dia as pessoas se perguntam: Por que eu deveria ser honesto se meus pais não foram? Por que eu deveria ser honesto se meu patrão não é? Na minha opinião o ambiente cultural onde os indivíduos vivem são muito importantes, mas também a educação do cidadão, incluindo os exemplos que vem dos poderes constituídos.*

E6: *A corrupção existe no Brasil basicamente porque existe impunidade, e a impunidade existe porque o judiciário não funciona. Mas também, porque no Brasil o povo é pacífico. Veja o que está acontecendo na Ucrânia (Independência da Criméia no início de 2014). Lá o povo vai à luta e dão a vida para mudar o sistema. No Brasil isto não existe. O Brasil é o país do “jeitinho”. Aqui não se passa frio. Aqui nós não temos um inverno rigoroso. A nossa cultura é uma mistura de culturas. Talvez seja isto.*

E7: *Eu vou ter alguma esperança de que as coisas irão mudar somente quando este conceito de corrupção começar a ser tratado nas escolas. Na minha opinião, a educação é o elemento que transforma o povo. Mas, no Brasil, não parece haver real vontade política para que isto aconteça, pois é muito mais fácil administrar pessoas ignorantes.*

E8: *Em minha opinião, isto é uma questão de convicção, de valores, vem da própria formação do povo, das nossas bases, da nossa cultura, dos alicerces sobre os quais foram construídos a nossa cultura. São alicerces muito frágeis, eu não sei se é muito sol ou muita praia. Talvez seja também uma questão de má vontade, pois, para levar uma vida séria dá trabalho e cria-se conflitos. O povo brasileiro não é dado a conflitos. No Brasil as pessoas sobrevivem com muito pouco. Em países onde metade do ano faz frio extremo e na outra metade o povo precisa produzir para melhorar suas economias, as pessoas são testadas ao limite. Em minha opinião, nós poderíamos ter aproveitado de outra forma todas estas bênçãos naturais brasileiras, mas nós as exploramos da pior maneira, e as aproveitamos da pior forma, no estilo extrativista.*

Em resumo, assim como na questão anterior, os empresários mesclam aqui causas e consequências da corrupção em suas respostas. A desigualdade social, por exemplo, pode ser considerada uma causa ou uma consequência da corrupção, dependendo do ponto de vista como é abordada. Os principais fatores apontados como causas da corrupção no Brasil são: A herança cultural brasileira, a impunidade e a falta de educação formal e cívica dos cidadãos.

2.4 OBSERVAÇÕES FINAIS SOBRE A OPINIÃO DOS EMPRESÁRIOS

Em suma, avaliando as respostas dos entrevistados, verificou-se que há uma adesão à democracia por parte dos empresários, mesmo que seguindo a chamada “hipótese de Churchill” (ROSE, 2002) e sendo marcada pela crítica a alguns de seus aspectos institucionais, e pela constatação da necessidade de aperfeiçoamentos. Estes resultados estão plenamente alinhados com os resultados de Costa (2007) sobre a democracia e o empresariado brasileiro. Ele diz: “(...) é praticamente unânime entre os entrevistados a convicção de que a democracia é sempre a melhor forma de funcionamento do Estado” (COSTA, 2007, p. 103). Os critérios usados pelos empresários em suas avaliações giram em torno da experiência histórica brasileira e latino-americana, e dos modelos de democracias predominantes na atualidade.

Com relação à corrupção, somente uma pequena parte dos entrevistados associou corrupção com o mau uso dos recursos públicos e o pagamento de propina. A grande maioria associa preponderantemente a corrupção com desvio de valores éticos e morais, como será salientado na avaliação das questões (Q13) e (Q14) mais adiante. Nas respostas estimuladas (Q2a), a corrupção é predominantemente associada a todas as práticas listadas, pois só um empresário fez associação com a “propina”, sendo que, a troca de favores, o nepotismo e o abuso de cargo público em nenhum momento foram exclusivamente associados à corrupção política. Assim sendo, a vasta maioria dos entrevistados parece perceber a corrupção como algo que não se restringe à esfera dos governantes e políticos, e muito menos, ao simples pagamento de propina. A inserção da alternativa número 6 “todas as opções acima”, para facilitar o trabalho dos respondentes na caracterização da corrupção, e sua seleção por oito dos doze empresários entrevistados, reforçou esta constatação.

Enfim, os dados mostram que não há uma associação forte entre corrupção e unicamente a má conduta dos governantes, pois os empresários criticam e responsabilizam também o povo. E quando se compara este resultado com as respostas sobre a democracia, verifica-se que a corrupção não foi colocada como o maior problema da democracia brasileira, mas sim como um problema da sociedade brasileira em geral. Assim, verificou-se que a corrupção se coloca menos como uma questão do Estado enquanto democracia do que do Estado enquanto *res pública*, remetendo à questão da “pequena corrupção” ou da “corrupção burocrática”.

Os dados sobre a experiência pessoal dos empresários com a corrupção permitem também que algumas observações sejam feitas. Em primeiro lugar, independentemente da experiência pessoal dos entrevistados com a corrupção, o fato de todos terem respondido à esta questão, torna esses resultados significativos e importantes. Ou seja, mesmo considerando que se trata de uma pesquisa qualitativa e com um pequeno grupo de empresários, estes, no entanto, pautaram-se na sua experiência pessoal com ou contra a corrupção para formular suas opiniões. Pois, mesmo tendo suas empresas identificadas, e as entrevistas gravadas, não se recusaram a responder a esta questão sensível, o que não garante, obviamente, a autenticidade das respostas.

Além disto, é importante salientar que nestas entrevistas, não indagou-se, através de perguntas vagas e impessoais, sobre índices ou medidas de corrupção, ou ainda, sobre a probabilidade de a corrupção acontecer neste ou naquele cenário. As

entrevistas procuraram colocar em foco a experiência e a atitude dos empresários diante da corrupção, para então, a partir daí, explorar a totalidade de sua percepção sobre a corrupção.

E finalmente, embora somente um dos respondentes tenha associado exclusivamente a corrupção com a propina, metade dos que tiveram experiência pessoal com corrupção declararam ter presenciado casos de propina. Isso deixa presumir que, apesar da experiência pessoal com a prática de propina, os empresários não tendem a restringir suas ideias de corrupção unicamente à ela.

Com relação as questões de confiança, a ênfase dada pelos empresários na influência do meio e das condições para a ocorrência de práticas corruptas, foi interessante para destacar a ideia de que a prática da corrupção seria algo condicionado pelo contexto, de um lado, pelas relações dos empresários com a burocracia do Estado e, de outro, pelas condições sociais e supostas raízes culturais que caracterizam a sociedade em geral, ou os servidores públicos em particular (o desejo de levar vantagem). Sobre o Governo Federal e o Judiciário as avaliações tendem a ser mais negativas do que aquelas sobre a população e os servidores públicos.

Quanto ao acesso a informações privilegiadas acerca da corrupção no Brasil, o fato de os empresários possuírem, a princípio, as mesmas fontes que a população em geral, não desconsidera que, em função das características de suas atividades, este grupo possui outras formas não apenas de informação, mas, sobretudo de contato com a corrupção através do assédio direto. Embora não exista um canal sistemático de acesso a informações privilegiadas sobre a grande corrupção, os empresários mencionam a existência de um tipo de “*network*” – expressão utilizada por um dos entrevistados –, uma rede informal de troca de informações entre os Diretores e Presidentes de empresas.

Assim sendo, mesmo que todos tenham afirmado não serem possuidores de outra fonte de informação além das mídias de massa, a hipótese de um canal privilegiado não pode ser descartada, pois todos demonstraram ter acesso a diferentes fontes de informação, seja através dos contatos profissionais ou de suas redes informais. E mesmo que a proximidade com os tomadores de decisão e com a burocracia estatal, não denote um canal privilegiado de informações, esta proximidade posiciona os empresários em situação privilegiada para obtê-las, pois a tal “*network*” lhes concede uma condição diferenciada tanto para formar opiniões sobre a política e a burocracia estatal, quanto sobre a prática da corrupção.

Com relação à confiança na população e no Judiciário, além de haver mais desconfiança no Judiciário do que no povo, outras observações podem ser feitas. Tanto o povo quanto o Judiciário são tolerantes à corrupção. A percepção de que o povo e o judiciário são tolerantes à corrupção pode ter sido influenciada pela relação de desconfiança dos empresários no povo e no judiciário, como expressas nas questões (Q4) e (Q7). Entretanto, o inverso pode também ser verdadeiro, ou seja, a relação de desconfiança dos empresários no povo e no judiciário podem ter sido influenciadas pela percepção de que ambos são tolerantes à corrupção. As duas questões estão interligadas e testam-se mutuamente quanto a coerência das respostas. Haveria incoerência se a maioria dos empresários percebessem o povo e o judiciário brasileiro como “Muito Confiáveis” e, ao mesmo tempo, “Muito Tolerantes” à corrupção, ou “Muito Inconfiáveis” e “Muito Intolerantes” com a corrupção. Os dados demonstram que estas incoerências não ocorreram e, portanto, mesmo que não se possa falar em correlação, existe certa coerência ou nexos lógico entre as respostas dos dois grupos de questões.

Quanto ao financiamento de campanhas por empresas privadas, a grande maioria se expressou “*contra*” o “*modus operandi*”, ou seja, contra a maneira como esta prática se manifesta atualmente no Brasil. A frase “*do modo como está, eu sou contra*”, foi utilizada por quase todos os empresários para responder à esta questão. Os dez empresários que se disseram contrários ao financiamento de campanhas, consideram que tanto a legislação como a prática em si são pouco transparentes. Segundo um destes empresários: “*os financiamentos de campanhas na atualidade distorcem e desequilibram os processos eleitorais*”. Isto porque, conforme a opinião dos entrevistados, as empresas investem em certos candidatos somente para obterem vantagens ou privilégios futuros, ou como disse um empresário, “*No Brasil há distorções, os grandes grupos ascendem uma vela para o diabo e outra para o santo*”. Esta afirmação está em plena concordância com a pesquisa de Speck (2011), segundo a qual, certas empresas financiam mais de um candidato ao mesmo tempo, as vezes até de partidos diferentes, como o objetivo de assegurar o retorno de seus investimentos.

Esta primazia das opiniões contrárias ao financiamento de campanhas por empresas privadas pode ser um reflexo da percepção dos empresários no que tange à *grande corrupção*, pois a principal razão para eles se oporem a esta prática está na percepção de que a *grande corrupção*, através da troca de favores e o tráfico de influências, é a moeda de troca por de trás das relações entre financiador e financiado.

Considerando que somente dois empresários se disseram a favor deste tipo de financiamento, e eles também utilizaram a expressão “assim como está eu sou contra”, pode-se inferir que todos os empresários percebem um alto índice de corrupção nos financiamentos de campanha política, e por consequência, nos altos escalões da democracia brasileira. Estes dois empresários que se disseram a favor deste tipo de financiamento, o fizeram condicionando sua opinião à uma maior transparência e isonomia nos processos atuais. Segundo eles, em uma democracia plenamente desenvolvida deveria ser legítimo prestigiar, ou subsidiar, financeiramente tanto os partidos como os candidatos com os quais os indivíduos, ou as empresas, se identifiquem política ou ideologicamente. “*Afinal*”, disse um deles, “*o dinheiro pertence ao empresário, e este dinheiro foi, ou será, declarado legalmente no imposto de renda. Portanto, o empresário deve ter o direito de apoiar e subsidiar quem ele deseje, contanto que as doações sejam declaradas e transparentes*”. “Mesmo porque”, argumentou um outro, “*se um candidato é também um empresário e possui recursos financeiros suficientes, nada o impede de se auto financiar*”.

Quanto ao Lobby, nove empresários consideraram a prática denominada por eles de “*Lobby Técnico*” como legítima. O “*Lobby Técnico*” seria um meio legítimo de pressionar, ou reivindicar, a atenção dos altos tomadores de decisão política sobre as necessidades, ou os interesses, de uma certa categoria. Neste caso, o Lobby não deveria procurar os interesses de uma única empresa, mas sim, de um coletivo. É neste sentido que os empresários consideraram-se a favor do Lobby.

Os três empresários que se pronunciaram contra a prática de Lobby, argumentaram que “*o Lobby, como praticado no Brasil atualmente, é também uma forma de corrupção*”. “*É uma forma de conduzir um processo ou uma negociação, de forma tal, que poucos saiam ganhando*”. A opinião destes empresários reivindica a igualdade de oportunidades, pois os custos do Lobby são muito altos (honorários de até R\$ 200 por hora segundo o Jornal o Globo de 29/04/1996), e as empresas com poucos recursos ficariam em desigualdade de oportunidades para praticá-lo e, consequentemente, sem um canal direto com os tomadores de decisões públicas. Todavia, em ambos os casos, ao rejeitarem nos moldes atuais, tanto o financiamento de campanhas por empresas privadas, quanto a prática de Lobby, os empresários demonstraram sua preocupação com a *grande corrupção*.

As duas questões com situações hipotéticas de corrupção demonstraram-se muito fecundas, como era esperado. Com base nestas duas questões surgiram as

hipóteses mais importantes para este trabalho, a saber, a opinião ambivalente dos empresários diante da corrupção, um tema que será especialmente tratado no próximo capítulo.

A primeira vista, a teoria funcionalista da corrupção parece ter recebido subsídios com a opinião dos empresários, pois muitos deles afirmaram tolerar a *pequena corrupção* em casos específicos para superar as barreiras impostas pela burocracia brasileira. No entanto, ao se observar mais atentamente, nota-se que os empresários repudiam a corrupção e consideram-na um empecilho para o desenvolvimento do país a longo prazo.

A opinião dos empresários nesta questão, parece não corroborar também com as linhas de pensamento que afirmam existir, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, um relativismo cultural com relação à corrupção, ou seja, que os atores sociais e políticos destas sociedades não seriam capazes de distinguir entre padrões tradicionais de costume e práticas corruptas, no sentido contemporâneo, ou, em outras palavras, entre um presente e uma propina (PHILP, 1997, p. 442). Mesmo tendo apresentado definições distintas sobre a corrupção na questão (Q2), os empresários não demonstraram dúvidas quanto ao que compreendem por este fenômeno. Na questão (Q13) os empresários pareciam conscientes de que, se tolerassem a *pequena corrupção*, mesmo por razões pragmáticas empresariais, eles estariam praticando um ato contra os valores democráticos, sem confundi-lo com costumes tradicionais. Neste caso, a afirmação de Vito Tanzi parece ganhar validade: “*A corrupção é semelhante a um elefante, pois, mesmo sendo difícil descrevê-la, não é difícil reconhecê-la quando se depara com ela*” (TANZI, 1998, p. 564). O mesmo pode-se afirmar sobre a opinião dos empresários, pois mesmo tendo eles dificuldade de formular uma definição para o fenômeno, eles o reconhecem claramente quando se deparam com ela no cotidiano.

A questão (Q14) demonstrou também que os empresários constroem sua percepção da corrupção muito mais fundamentados em orientações morais do que em normas legais.

Quanto as características culturais da corrupção praticada no Brasil, os empresários se dividiram em dois grupos iguais, a favor e contra tal ideia. O grupo que defendeu a existência de tais características, apontou o “jeitinho brasileiro”, e a criatividade brasileira como exemplos.

Os principais fatores apontados como causas da corrupção no Brasil foram: A herança cultural brasileira, a impunidade e a falta de educação formal e cívica dos cidadãos. A educação neste caso é entendida pelos empresários em sentido semelhante à expressão *Bildung* em Alemão, e *Paideia* em Grego (JAEGER, 1995), significando a formação continuada do ser humano em toda sua plenitude até o surgimento do verdadeiro “homem cidadão”. Nesta ideia de educação estão incluídos os conhecimentos formais institucionalizados, o respeito crítico às leis, o respeito às tradições, às artes e à tudo o que é diferente, incluindo outras leis, costumes, religiões ou pensamentos.

Entretanto, não existem ainda estudos ou indicadores conclusivos que permitam inferir que um povo menos educado seja também um povo com maior propensão à corrupção. Os estudos demonstram somente que os países altamente desenvolvidos, econômica e politicamente, apresentam também um elevado sistema de educação e baixos índices de corrupção, no entanto, as relações de causa e efeito entre o desenvolvimento e a corrupção ainda precisam ser estudadas de forma conclusiva. Ou seja, ainda permanece sem respostas se o desenvolvimento econômico causa uma redução da corrupção ou se uma redução da corrupção leva ao desenvolvimento econômico. E com relação a educação, é preciso avaliar se o desenvolvimento da educação causa uma redução da corrupção ou se a redução da corrupção propicia uma melhoria da educação. No entanto, independente de discussões acadêmicas, Singapura se apresenta como evidência, quase que irrefutável, de que o investimento em ambas as variáveis (economia e educação) reduz a corrupção. A uma geração atrás, Singapura era um país com baixa qualidade de educação e alto índice de corrupção. Após decisivos investimentos na economia e na educação, Singapura tornou-se um dos países asiáticos com o menor índice de corrupção, atrás somente dos países da Escandinávia, segundo os relatórios da Transparência Internacional (CPI, 2013). O sistema de educação de Singapura é considerado atualmente entre os melhores do mundo, como demonstram os resultados do programa internacional de avaliação de estudantes PISA de 2012, onde Singapura aparece na 2ª colocação, e o Brasil na 58ª, em um ranking com 65 participantes.

A impunidade é também apontada por quase todos os empresários como uma das principais causas da corrupção. O autor observa, entretanto, que a impunidade pode ser tanto uma causa como também uma consequência da corrupção. A palavra

impunidade significa a falta de punição ou de castigo para um ato passível de condenação (DICIONÁRIO HOUAISS, 2009). Portanto, antes da falta de punição é preciso que exista o ato passível de condenação, ou seja, a corrupção.

Com respeito à herança cultural, muito mencionada pelos empresários como causa da corrupção no Brasil, trata-se de uma questão polêmica, pois, até que ponto a herança cultural ibérica poderia, ainda hoje, ter influências no comportamento do povo em geral, principalmente, no que diz respeito a corrupção?

O autor deste trabalho rejeita teorias hereditárias e genéticas de aquisição de costumes, mas compartilha, ao contrário de Filgueiras (2009), certas (mas não todas) ideias de Gilberto Freyre (2003) e Faoro (2001) a este respeito. Ambos postulam que certos traços da herança cultura brasileira ainda se manifestam no cotidiano da sociedade atual. Todavia, defender tais ideias não significa imputar um irracionalismo comportamental ou um determinismo moral ao povo brasileiro como pensa Filgueiras (2009). Defender a ideia de uma herança cultural não significa também aceitar que os maus costumes de outrora tenham atribuído deterministicamente um mau caráter ao povo brasileiro atual como questiona (FILGUEIRAS, *ibidem*). A ideia de uma herança cultural não desconsidera também a importância das variáveis políticas, econômicas e estruturalistas para se compreender as causas da corrupção nas sociedades atuais.

Defender a ideia de uma herança cultura significa reconhecer que os costumes e os valores não são inatos. Eles são apreendidos, reproduzidos e transportados de geração em geração assim como traços da linguagem. E, se é evidente que alguns traços da língua falada hoje no Brasil têm sua origem nas gerações passadas, mesmo não sendo percebidos como tal, como por exemplo, o escasso uso da expressão “*por favor*” em comparação com outros países (FREYRE, 2003, p. 556), assim também o podem ser, certas práticas sociais, como por exemplo, a fraca aderência às leis diante de certas situações. Ou seja, a herança cultural brasileira, teria forjado um povo de boa índole, como disseram os empresários, mas com uma tendência de relacionamento fraco para com as leis, talvez porque, estas leis, a princípio, não teriam sido criadas em favor deles, mas por causa deles ou contra eles.

CAPÍTULO 3 – A OPINIÃO DUALISTA E AMBIVALENTE DOS EMPRESÁRIOS SOBRE A CORRUPÇÃO

No capítulo anterior foram apresentadas as opiniões dos empresários sobre vários aspectos relacionados com a corrupção no Brasil atual. Neste terceiro e último capítulo, pretende-se analisar brevemente, a percepção dualista e ambivalente que os empresários demonstraram possuir com respeito à corrupção.

Com base nos dados coletados foi possível observar que grande parte dos empresários percebem a corrupção de uma forma dualista e ambivalente. Quando avaliada com base em valores éticos e morais ela foi enfaticamente condenada em todas as suas formas de manifestações (Q14), mas quando avaliada com base em uma racionalidade empresarial, a qual leva em consideração os atuais índices de corrupção e as barreiras funcionais e estruturais do sistema burocrático brasileiro, a *pequena corrupção* foi tacitamente tolerada, e em alguns casos, até mesmo considerada necessária para a sobrevivência ou manutenção das empresas (Q13). Em uma primeira instancia, percebe-se uma contradição na opinião dos empresários, pois todos disseram-se enfaticamente contrários à corrupção, de um modo geral, mas, ao mesmo tempo, afirmaram que tolerariam tacitamente a *pequena corrupção* em situações específicas. Não é possível passar despercebido por esta contradição, no entanto, nota-se também, em uma segunda instancia, certa coerência nas opiniões dos empresários, pois, aparentemente, eles não tentaram encobrir sob um simulacro de falsa moralidade a sua opinião pragmática empresarial sobre a *pequena corrupção*. De fato, a maioria deles admitiu explicitamente que, mesmo rejeitando moralmente todas as formas de corrupção, eles tolerariam tacitamente a *pequena corrupção* se isto fosse necessário, ou útil, para transpor as barreiras impostas pelo sistema burocrático brasileiro. “Corrupção é um mal e deve ser combatido” expressou um empresário, no entanto, “eu não sou Alice no país das maravilhas”, continuou ele, fazendo menção para a realidade brasileira. Assim sendo, é possível afirmar que a grande maioria dos empresários entrevistados possuem uma visão dualista e ambivalente sobre a corrupção. Com base em suas orientações morais eles a condenam, e com base em um pragmatismo empresarial eles a toleram em casos específicos.

Com relação à *grande corrupção*, a saber, aquela que ocorre entre os altos tomadores de decisões e cujas consequências afetam a nação como um todo, todos os empresários disseram rejeitá-la enfaticamente, pois consideram que ela infringe os

valores democráticos de igualdade e justiça. O problema não observado por alguns dos empresários, entretanto, é que não existe uma clara distinção, ou uma delimitação quantitativa ou qualitativa, entre a pequena e a *grande corrupção*. O que aos olhos de um empresário se trata da *pequena corrupção*, pode, aos olhos de outro, ter o vulto da *grande corrupção*. Assim como, em certos casos, a *grande corrupção* pode ser construída sobre, ou ter origem na, *pequena corrupção*. Portanto, ao tolerar, mesmo que somente em certos casos, a *pequena corrupção*, os empresários, e os cidadãos em geral, estariam abrindo brechas para o surgimento da *grande corrupção*.

Aas questões pertinentes para este capítulo são: Por que os empresários argumentam desta forma? Qual a razão para eles condenarem a *pequena corrupção* moralmente e tolerá-la, mesmo que somente em casos específicos, pragmaticamente com base em uma racionalidade empresarial?

Para avaliar estas questões, este capítulo enfoca unicamente a relação dos empresários com a *pequena corrupção*, diante da qual, eles parecem “lutar” como disse um empresário, “*entre uma ética empresarial e uma ética moral*”,⁷ ou seja, entre um pragmatismo empresarial e uma orientação normativa moral. Entende-se aqui por pragmatismo empresarial, as decisões objetivas tomadas pelos empresários com relação à sobrevivência, à competitividade, ao bem estar da empresa e de inúmeros indivíduos à ela ligados, ou por ela afetados. Esta tensão entre um pragmatismo empresarial e uma orientação normativa moral, gera nos empresários, um conflito interior, ou, em outras palavras, uma certa “esquizofrenia”, como expressou um deles (Q13). Afinal, de um lado, apresentam-se as necessidades e as metas empresariais que devem ser alcançadas em conformidade com as normas legais impostas pela legislação e aceitas pela sociedade, e do outro, apresentam-se as orientações normativas morais individuais, que prescrevem em que circunstâncias e situações reais, as normas legais devem ou não, serem adotadas.

Nos próximos parágrafos, o autor procura formular algumas inferências, sem a pretensão de ser exaustivo ou conclusivo, para compreender esta disposição dos empresários de tolerarem a *pequena corrupção*, mesmo reconhecendo que esta atitude anda em sentido antagônico as suas mais profundas orientações normativas morais.

⁷ Esta foi a expressão utilizada por um empresário, e portanto, deve-se desconsiderar o pleonismo na expressão “ética moral”. O importante é compreender o sentido semântico que o empresário tinha em mente, ou seja, uma situação dualista entre uma ética empresarial e uma orientação normativa moral.

Primeiro é importante salientar que, todos os empresários, incluindo aqueles que tacitamente tolerariam a *pequena corrupção*, defenderam possuir um alto padrão de valores morais. E isto justifica-se, pois, para assumirem as posições de confiança e liderança que atualmente eles detêm, exigiu-se deles, explícita ou implicitamente, evidências de sua integridade moral e de um imaculado retrospecto de bons antecedentes, incluindo uma impecável carreira acadêmica com, no mínimo, o nível superior de educação.

Levando-se em conta, que a corrupção acontece objetivamente quando os indivíduos desconsideram deliberadamente, e de fato, as normas legais ou os valores democráticos de igualdade e justiça aceitos em uma sociedade, mesmo reconhecendo que esta decisão deliberada vai de encontro as suas orientações morais, é muito provável que os empresários assim o façam baseados, exclusivamente, em justificativas racionais. Que tipo de justificativas seriam estas?

A pesquisadora Tanja Rabl (2009), que estuda a corrupção entre os altos empresários alemães, formulou a seguinte tabela contendo as mais comuns estratégias cognitivas dos empresários para justificar, de uma forma racional, suas participações em atos corruptos.

ESTRATÉGIAS RACIONAIS	JUSTIFICATIVAS MAIS COMUNS
LEGAIS	“Não está escrito em nenhum lugar que é proibido”. “As leis não são claras”.
NEGAÇÃO DA RESPONSABILIDADE	“Faço somente para o bem da empresa”. “Todo mundo faz”. “Culpadas são as leis mal feitas”.
NEGAÇÃO DOS DANOS	“Isto não vai prejudicar ninguém”. “Todos vão sair ganhando”. “Trata-se de uma bagatela”.
NEGAÇÃO DAS VÍTIMAS	“A concorrência faz o mesmo”. “O Estado já arrecada bastante”.
APELO SOCIAL	“Outras empresas fazem coisas piores e ninguém diz nada”. “As grandes empresas também fazem”.
APELO A OBJETIVOS MAIORES	“Aqui se faz de tudo para aumentar o lucro da empresa”. “Aqui se faz de tudo para manter os clientes satisfeitos”.

MUDANÇA DE FOCO	“O importante é que o contrato está assinado”. “O importante é que o cliente está satisfeito”.
Fonte: (RABL, apud APUZ, 2009, p. 30). Tabela traduzida e adaptada ao português pelo autor.	

Como se pode inferir desta tabela, a resolução de um empresário em tolerar ou participar de uma transação corrupta fundamenta-se preponderantemente em fatores racionais. Mas o que motiva os empresários a tomarem este tipo de decisão?

Com base nas ideias do sociólogo Robert K. Merton⁸ pode-se fazer algumas inferências. Segundo a teoria de Merton (1938), a corrupção não seria um problema oriundo do mau caráter dos indivíduos. Merton postula que, acima de tudo, a corrupção é um fato social. Em seu texto, *Estrutura Social e Anomia* (1938), Merton, utilizando a expressão crime e não corrupção, defende que, a corrupção é um problema oriundo da própria sociedade que impões aos seus cidadãos o desejo irrefragável de buscarem, através das regras socialmente aceitas e institucionalizadas, certos valores e objetivos culturalmente definidos como importantes. Ainda segundo Merton, a corrupção surge quando a sociedade não fornece, de forma igualitária aos seus cidadãos, os meios necessários para eles alcançarem os valores e objetivos definidos como importantes pela própria sociedade. Os cidadãos que procuram alcançar tais objetivos conforme as regras socialmente aceitas, e institucionalizadas, são denominados “*conformistas*” por Merton. Já os indivíduos que se percebem destituídos dos meios e das chances necessárias para alcançarem tais objetivos, optam, deliberadamente, por ignorar, descumprir, ou violar as regras socialmente aceitas e institucionalizadas. Nas sociedades capitalistas de consumo, onde o Brasil se insere, o sucesso financeiro, o acúmulo de riquezas, e a ostentação destes bens, através do status social ou poder (você sabe com quem está falando), são os objetivos e os valores preponderantes.

A maior crítica feita a teoria de Merton é que ela, aparentemente, seria somente aplicável aos crimes praticados pelas camadas inferiores da sociedade, ou seja, aqueles destituídos dos meios e recursos necessários para alcançarem os objetivos culturalmente definidos como importantes pela sociedade (BARATTA, 1999). Ou seja, os críticos postulam que esta teoria não contempla os crimes de “*colarinho branco*” praticados pela elite social (onde os empresários se inserem), já que estes, possuem em

⁸ Agradeço a Profa. Luciana Veiga por me indicar vários livros e lembrar a obra de Huntington “Culture Matters” de onde o autor buscou inspiração para este parágrafo.

fartura os meios necessários para atingirem os objetivos culturalmente definidos pela sociedade (BARATTA, *ibidem*). No entanto, como argumenta Cabette (2009), a elite social também se insere nesta teoria de Merton, seja por terem interiorizado, tanto quanto as camadas inferiores, os valores culturalmente definidos como importantes, ou por não se considerarem ainda possuidores de todos os meios necessários para manterem ou ampliarem os objetivos impostos pela sociedade. Estes objetivos, impostos culturalmente de forma implícita, não são obrigatoriamente os mesmos nos diferentes níveis da sociedade. Nas camadas inferiores eles podem representar valores como, um celular, um automóvel, uma casa, o emprego, a ascensão na empresa ou acadêmica. Já para a elite social, aparentemente os valores intangíveis se tornam mais relevantes, como por exemplo, o luxo, o reconhecimento e o status social, a ostentação de riquezas e poder.

No cotidiano da democracia capitalista brasileira, os empresários se deparam constantemente com situações aparentemente ambivalentes com respeito à corrupção. De um lado, apresentam-se os valores e objetivos culturalmente impostos (aumento do lucro e do capital privado), e de outro, as normas legais e as orientações socialmente aceitas e institucionalizadas, conforme as quais, os objetivos devem ser alcançados. Diante de tais situações, principalmente quando elas dizem respeito à competitividade e a manutenção do bem estar da empresa, os empresários levam em consideração, entre outros fatores, a sua desconfiança nas instituições democráticas para tomarem suas decisões, e assim o fazendo, estes atores optam pelos objetivos socialmente impostos em detrimento das normas legais e socialmente institucionalizadas. Mesmo porque, como observa Larry Diamond (1999) citado por (POWER & GONZÁLES, 2003, p. 53), *“quando os cidadãos não confiam nas instituições democráticas, seja no aspecto da distribuição de bens escassos ou na mediação de disputas de interesses judiciais, é muito provável que eles procurem outras alternativas para suprirem as suas necessidades”*, pois, *“em uma sociedade onde as regras do jogo não são transparentes, ou prepondera a incerteza, a corrupção pode se tornar uma ferramenta útil para assegurar resultados mais previsíveis”* (HUSTED, 1999) citado por (POWER & GONZÁLES, 2003).

Quando as instituições democráticas são percebidas como corruptas e perdem a confiança dos cidadãos, o juiz deixa de simbolizar a justiça e o governo deixa de simbolizar a governança, e por consequência, ambos contribuem para desconstruir a

própria ordem que os sustenta, a saber, a democracia. Se os empresários e os cidadãos percebem que as instituições democráticas não conseguem assegurar a manutenção dos valores fundamentais da democracia, a saber, a liberdade, igualdade e a justiça, a sociedade apela para as regras do “salve-se quem puder”, e se divide, então, não mais entre classes, interesses, ou concepções ideológicas, mas sim, entre espertos e otários (KEHL, 2012, p. 293). Nestas circunstâncias, sem expressar aqui uma apologia à corrupção, é muito provável que haja entre os empresários e os cidadãos brasileiros o desejo de estar ao lado dos espertos e não dos otários. Mesmo porque, se a realidade brasileira demonstra que os corruptos constroem palacetes aqui e no exterior, vivem uma vida luxuosa, ostentam riquezas e gozam da proteção das leis, como impedir, então, que os cidadãos “conformistas”, não venham se sentir seduzidos pela corrupção (KEHL, 2012)? Esta sedução não é explicitamente percebida, como se pode concluir dos discursos contra a corrupção, tanto dos empresários como da população em geral, mas como observa Kehl (2012, *ibidem*), “*Nada garante que o corpo indignado da sociedade ante as cifras gigantescas da corrupção, ante as imagens de palacetes construídos com dinheiro público e carrões barganhados como troco miúdo entre negociatas muito mais onerosas, não seja apenas a reação superficial de uma nação seduzida, tentando esconder seu fascínio pelo sedutor*”.

Este sedutor não pode ser a corrupção propriamente dita, pois a sedução é aquilo que desperta o desejo, e a corrupção não foi deliberadamente desejada por nenhum dos entrevistados. Na opinião do pesquisador, os sedutores neste caso, seriam os valores e objetivos culturalmente definidos como importantes pela própria sociedade.

Assim sendo, em situações específicas de decisão entre o sedutor, as leis vigentes, as normas socialmente aceitas e os valores democráticos, os empresários e a população em geral irão, provavelmente, optar pelo sedutor em detrimento das demais, pois as percebem como barreiras seletivas para que somente alguns poucos possam alcançar os objetivos que a todos seduz.

Partindo deste ponto de vista, e das opiniões proferidas pelos empresários, se pode inferir que, também eles se encontram seduzidos pelos objetivos culturalmente impostos pela sociedade, pois, ao tolerarem tacitamente a *pequena corrupção*, mesmo defendendo para si um alto padrão ético e moral, eles demonstram sua sedução pelos valores impostos por uma sociedade capitalista de consumo. Ou como observou Kehl (2012, p. 294): “*O cidadão que se imagina puro, mas admite, com amargo*

realismo, a corrupção, mascara sua cumplicidade e age como a vestal apaixonada que se queixa de ter sido a vítima passiva de seu sedutor”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi de compreender como os empresários brasileiros percebem a corrupção no Brasil atual. Neste trabalho não havia o menor objetivo de mensurar, quantificar, ou obter índices da corrupção ou da percepção dos empresários sobre a corrupção. O caráter deste trabalho foi preponderantemente qualitativo.

Na opinião dos empresários entrevistados a corrupção no Brasil atual é um problema grave que precisa ser combatido. A maioria dos empresários já presenciou um ato de corrupção. Os empresários compreendem pelo termo corrupção não somente a prática de pagar e receber propina, mas também, os desvios morais e políticos que ferem os valores democráticos de liberdade, igualdade e justiça.

Na opinião dos empresários, a democracia brasileira não pode ainda ser comparada com as democracias avançadas da Europa, mas ela é comparavelmente melhor do que o regime militar que a antecedeu. No entanto, enquanto o Governo não efetuar profundas reformas políticas, monetárias e do Judiciário, a democracia brasileira continuará frágil e suscetível à corrupção. Mesmo porque, ainda conforme os empresários, os partidos não cumprem mais a sua função representativa que lhes cabe. Assim sendo, a maioria dos empresários expressou desconfiança nos partidos, no Governo e na Justiça federal. O povo brasileiro e os servidores públicos foram igualmente alvos de desconfiança. Conforme os empresários, o povo e os servidores públicos não resistem à uma oportunidade de levar vantagem, mesmo que para isto, tenham que desconsiderar as leis e os valores democráticos.

Segundo os empresários, as principais causas para a corrupção existir e persistir na sociedade brasileira são; a impunidade, a herança cultural brasileira e a falta de educação formal e cívica do povo brasileiro. A questão da herança cultural foi repetidamente mencionada pelos empresários e, mesmo sendo contestada por estudiosos, esta opinião deveria ser levada em consideração em futuros estudos sobre a corrupção entre os empresários.

Os empresários constroem sua percepção da corrupção quase que unicamente baseados nas informações oriundas das mídias de massa. Assim sendo, eles estão tão sujeitos a tendências sensacionalistas e ideológica das mídias brasileiras quanto a população em geral. A hipótese do autor de que os empresários seriam portadores

de informações privilegiadas sobre a corrupção no Brasil, não foi, no entanto, totalmente descartada, pois os empresários demonstraram possuir acesso direto aos portadores de tais informações.

Sobre a *pequena corrupção*, os empresários expressaram uma opinião dualista e ambivalente. Com base em suas orientações morais eles a condenam enfaticamente, no entanto, em casos específicos, com base em um pragmatismo empresarial, os empresários toleram tacitamente a *pequena corrupção*, se ela servir para transpor as barreiras da burocracia brasileira e manter a saúde da empresa.

O autor é da opinião que os empresários se decidem pela corrupção com base em argumentos racionais que justificam, aparentemente, os seus atos. O autor é também da opinião de que os empresários se decidem pela corrupção por serem, tanto quanto a população em geral, seduzidos pelos valores e objetivos culturalmente impostos pela própria sociedade capitalista de consumo.

Um dos principais ganhos metodológicos deste trabalho foi perceber que os empresários exigem ser tratados de forma diferenciada quando se trata de pesquisas sociais. O tratamento diferenciado deve acontecer com relação ao tipo de abordagem destes atores, ao tipo de questões formuladas, e ao ambiente das entrevistas. Os empresários não desejam ser meros respondentes de surveys, mas preferem sim, desenvolver uma conversa de igual para igual sobre um tema que lhes interessa. As entrevistas em profundidade demonstraram-se como excelentes ferramentas para atender todas estas prerrogativas, pois nas entrevistas os empresários sentem que suas opiniões são significativamente mais respeitadas e valorizadas do que em surveys ou enquetes telefônicas. Eles se sentem também mais à vontade para exprimir suas opiniões. Até que ponto o processo de *indicação posicional seletivo* enviou a pesquisa, não é possível dizer no momento, no entanto, foi evidente que ele proporcionou um propício ambiente para as entrevistas.

O autor deste trabalho postula que antes que se possa realmente combater de forma efetiva a corrupção no Brasil, é preciso lançar um novo olhar sobre ela, é preciso vê-la não como um problema individual, mas como um fato social que afeta os valores democráticos e o comportamento do corpo político como um todo. No Brasil, parte-se atualmente do falso pressuposto que todos os problemas serão resolvidos com novas leis, no entanto, quando o corpo político se corrompe, as próprias leis já nascem corrompidas. Quando o corpo político se corrompe, as leis se tornam sombras da legitimidade que uma vez possuíram, sombras da justiça que uma vez representaram,

sombras da igualdade que uma vez procuraram estabelecer. Não existe cura para um corpo político totalmente consumido pela corrupção. Neste caso é preciso que haja o renascimento de um novo corpo político, um novo governo e uma nova república que institua uma nova política baseada em valores morais e cívicos, onde o bem comum se situa acima de todo bem privado. Pois como disse William Gladstone (s. d.): “O que é moralmente errado não pode ser politicamente correto”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, C. W. (2005). Percepções Pantanosas. *Novos Estudos Vol. 73*, 33-37.
- ADVERSE, H. (2012). Maquiavel. Em L. AVRITZER, N. BIGNOTTO, J. GUIMARÃES, & M. S. HELOISA M, *Corrupção: Ensaios e críticas* (pp. 31-38). Belo Horizonte: UFMG.
- ALATAS, S. H. (1990). *Corruption: Its Nature, Causes and Functions*. Albershot: Avebury.
- ALATAS, S. H. (1999). *Corruption and the Destiny of Asia*. Petaling Jaya: Prentice Hall.
- ALEMAN, U. V. (2007). Korruption ist Vertrauenssache. *Vortrag vom 6. Dezember 2007 zur Reihe "Universität in der Stadt" im Heinrich-Heine-Institut*. Düsseldorf.
- AMUNDSEN, I. (1999). *Politica Corruption: An Introduction to the Issues*. Bergen, Norway.
- BAILEY, J. (2006). Corruption and Democratic Governability in Latin America: Issues of Types, Arenas, Perceptions, and Linkages. *Prepared for delivery at the 2006 Meeting of the Latin American Studies Association*. San Juan.
- BARATTA, A. (1999). *Criminologia Crítica do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- BARBOSA, J. (11 de Dezembro de 2013). *STF inicia julgamento de ação sobre financiamento de campanhas eleitorais*. Fonte: Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=255811>
- BARCHAM, M., HINDESS, B., & LARMOUR, P. (2012). *Corruption: Expanding the Focus*. Canberra: ANU E Press.
- BARDHAN, P. (1997). Corruption and Development: A Review of Issues. *Journal of Economic Literature Vol. 35*, pp. 1320 - 46.
- BRASIL. (s.d.). LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997. *Estabelece normas para as eleições*. Brasília: Diário Oficial da União.
- BROWN, A. J. (2006). What are We Trying to Measure? Reviewing the Basics of Corruption Definition. Em C. SAMPFORD, A. SHACKLOCK, C. CONNORS, & F. GALTUNG, *Measuring Corruption* (pp. 57-79). Hampshire: Ashgate.
- BRUCE, L. B. (2001). *Qualitative Research Methods For The Social Science, 4th ed*. Needham Heights: Allyn and Bacon.
- CABETTE, E. L. (Abril/Maio/Junho de 2009). Robert Merton e a criminalidade de colarinho branco: formulando uma hipótese de compatibilidade. *MPMG Jurídico Nº16*, pp. 53-54.
- COSTA, P. R. (2007). Empresariado, Instituições Democráticas e Reforma Política. *Revista de Sociologia e Política, Vol 28*, pp. 99-116.
- CPI. (2013). *Corruption Perception Index*. Fonte: Transparência Internacional: <http://cpi.transparency.org/cpi2013/>
- DIAMOND, L. (1999). *Developing Democracy: Toward Consolidation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- DICIONÁRIO HOUAISS. (2009). *Dicionário Houaiss Eletrônico*. Editora Objetiva.
- ESTADÃO. (04 de Fevereiro de 2014). *Economia*. Fonte: Estadão: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,corrupcao-custa-120-bi-por-ano-a-uniao-europeia-imp-,1126375>
- FAORO, R. (2001). *Os Donos do Poder, 3ª ed*. Rio de Janeiro: Globo.
- FIESP. (2010). *Corrupção: custos econômicos e propostas de combate*. São Paulo: Fiesp.
- FILGUEIRAS, F. (2004). Notas críticas sobre o conceito de corrupção. *Revista de Informação Legislativa, Vol. 41, Nº 164*, 125-148.
- FILGUEIRAS, F. (2009). A Tolerância à Corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública, Vol. 15, Nº2*, 386-421.
- FREYRE, G. (2003). *Casa Grande e Senzala, 48º*. Recife: Global Editora.

- FRIEDRICH, C. J. (2007). Corruption Concepts in Historical Perspective. Em A. J. HEIDENHEIMER, & M. JOHNSTON, *Political Corruption: Concepts and Contexts* (pp. 15-23). New Brunswick: Transaction Publisher.
- GALTUNG, F. (2006). Measuring the Immeasurable: Boundaries and Functions of (Macro) Corruption Indices. Em C. SAMPFORD, A. SHACKLOCK, C. CONNORS, & F. GALTUNG, *Measuring Corruption* (pp. 101-130). Hampshire: Ashgate.
- GARDINER, J. (2007). Defining Corruption. Em A. HEIDENHEIMER, & M. JOHNSTON, *Politica Corruption: Concepts and Contexts* (pp. 25-40). New Brunswick: Transaction Publisher.
- GRAEFF, P., & MEHLKOP, G. (2003). The Impacts of Economic Freedom on Corruption: Different Patterns for Rich and Poor Countries. *European Journal of Political Economy* 19, pp. 605-620.
- GUERRERO, M. A., & CASTILLO, A. D. (2003). Percepciones y Representaciones de Corrupción en la Ciudad de México: Predisposición al Acto Corrupto? *Unpublished paper delivered at the Meeting of the Escuela Iberoamericana de Gobierno y Política Pública, Centro de Investigación y Docencia Económica*. Mexico.
- HARDIN, G. (1968). The Tragedy of the Commons. *Science*, 612, pp. 1243-1268.
- HEIDENHEIMER, A. J. (2007). Introduction. Em A. J. HEIDENHEIMER, & M. JOHNSTON, *Politica Corruption: Concepts and Contexts* (pp. 3-14). New Brunswick: Transaction Publisher.
- HUNTINGTON, S. P. (1968). *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.
- HUSTED, B. W. (June de 1999). Wealth, Culture, and Corruption. *Journal of International Business*, Vol. 30, N°2, pp. 339-360.
- JAEGER, W. (1995). *Paideia - A Formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes.
- JOHNSTON, M. (2000). The New Corruption Rankings: Implication for Analysis and Reform. Quebec City, Canada.
- JOHNSTON, M. (2002). The definitions debate: Old conflicts in new guises. Em A. K. JAIN, *The Political Economy of Corruption* (pp. 11 - 31). London and New York: Routledge.
- JOHNSTON, M. (2007). Measuring the New Corruption Rankings: Implications for Analysis and Reform. Em A. J. HEIDENHEIMER, & M. JOHNSTON, *Political Corruption: Concepts and Contexts*, 3 ed. (pp. 865-884). New Brunswick: Transaction Publishers.
- KEHL, M. R. (2012). A Tolerância com a Corrupção Corrompe a Sociedade Inteira . Em L. AVRITZER, N. BIGNOTTO, J. GUIMARÃES, & H. M. STARLING, *Corrupção Ensaios e Críticas* (pp. 290-295). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- KLITGAARD, R. (1988). *Controlling Corruption*. Berkeley: University of California Press.
- LANGSETH, P. (2006). Measuring Corruption. Em C. SAMPFORD, A. SHACKLOCK, C. CONNORS, & F. GALTUNG, *Measuring Corruption* (pp. 7- 44). Hampshire: Ashgate Publishing Limited.
- LEFF, N. H. (2007). Economic Development Through Bureaucratic Corruption. Em A. J. HEIDENHEIMER, & M. JOHNSTON, *Politica Corruption: Concepts and Contexts* (pp. 307-320). New Brunswick: Transaction Publisher.
- LEYS, C. (2007). What is the Problem about Corruption? Em A. J. HEIDENHEIMER, & M. JOHNSTON, *Political Corruption* (pp. 59-73). New Brunswick: Transaction Publisher.
- MACHADO, G. (2013). O Lobby é injustiçado no Brasil? *Apartes*, 26 - 35.
- MACPHERSON. (1977). *The Life and Times of Liberal Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- MARQUETTE, H. (2012). FINDING GOD' OR 'MORAL DISENGAGEMENT' IN THE FIGHT AGAINST CORRUPTION IN DEVELOPING COUNTRIES? EVIDENCE FROM INDIA AND NIGERIA. *public administration and development; Vol. 32*, pp. 11-26.

- MATTEUCCI, N. (1998). Bem Comum. Em N. BOBBIO, N. MATTEUCCI, & G. PASQUINO, *Dicionário de Política*, 11ª ed. (pp. 106-107). Brasília: UNB.
- MAURO, P. (1995). Corruption and growth. *Quarterly Journal of Economics* 110/3, pp. 681-712.
- MERTON, R. K. (October de 1938). Social Structure and Anomie. *American Sociological Review*, Vol. 3, Issue 5, pp. 672-682.
- MILLER, W. L. (2006). Perceptions, Experience and Lies: What Measures Corruption and What do Corruption Measures Measure? Em C. SAMPFORD, A. SHACKLOCK, C. CONNORS, & F. GALTUNG, *Measuring Corruption* (pp. 163-185). Hampshire: Ashgate.
- MORRIS, S. D. (2008). Disaggregating Corruption: A Comparison of Participation and Perception in Latin America with Focus on Mexico. *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 27, No. 3, 388-409.
- MULGAN, R. (2012). Aristotle on Legality and Corruption. Em M. Barcham, B. Hindess, & P. Larmour, *Corruption Expanding the Focus* (pp. 25-36). Canberra: ANU E Press.
- NOGUEIRA, R. (2004). Poder do Lobby. *Primeira Leitura*.
- NUSSBAUM, D. (2006). *Money versus morality: is corruption just a matter of misaligned incentives?* London: STICERD and DESTIN Public Lecture.
- NYE, J. S. (1967). Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis. *The American Political Science Review* 61/2, pp. 417-427.
- OLIVEIRA, A. C. (2004). Tese de Doutorado: Lobby e Representação de Interesses: Lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil. Campinas, Brasil.
- PAUL LAZARSFELD GESELLSCHAFT FÜR SOZIAL FORSCHUNG. (2009). *korruption - Subjektive Wahrnehmung und Gegenstrategien im Internationalen Vergleich*. Fonte: PAUL LAZARSFELD GESELLSCHAFT FÜR SOZIAL FORSCHUNG: http://www.plg.at/pdf/PLG-Studienbericht_KORRUPTION.pdf
- PHILP, M. (1997). Defining Political Corruption. *Political Studies*, XLV, 436-462.
- PINHO, J. A., & SACRAMENTO, A. R. (2009). Accountability: Já podemos traduzí-lo para o português? *Revista de Administração Pública*, Nov/Dez, 1343-1368.
- POWER, T. J., & GONZÁLES, J. (2003). CULTURA POLÍTICA, CAPITAL SOCIAL E PERCEPÇÕES SOBRE CORRUPÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO QUANTITATIVA EM NÍVEL MUNDIAL. *Revista de Sociologia e Política*, Nº 21, 51-69.
- RABL, T. (Januar de 2009). Der Korrupte Akteur. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 3-4, pp. 26-32.
- RENNÓ, L. R. (Novembro de 2007). Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*, Vol. 13, Nº2, pp. 260-282.
- ROSE, R. (2002). Medidas de Democracia em Surveys. *Opinião Pública*, Vol. VIII, Nº 21, pp. 1-29.
- ROSE-ACKERMAN, S. (1999). *Corruption and Government: Causes, Consequences and Reform*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROSE-ACKERMAN, S. (2006). *International Handbook on the Economics of Corruption*. Northampton, USA: Edward Elgar Publishing.
- ROTHSTEIN, B. (2005). *Social Traps And The Problem of Trust*. Cambridge: Cambridge Press.
- SPECK, B. W. (2010). O Dinheiro e a Política no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 6-7.
- SPECK, B. W. (2011). Objetivos e estratégias do setor privado no financiamento das campanhas eleitorais. Um modelo de análise baseado em dados da campanha eleitoral no Brasil em 2010. São Paulo: Paper presented at the IPSA-ECPR Joint Conference "Whatever Happened to North-South?".

- STF. (11 de Dezembro de 2013). *STF Notícias*. Fonte: Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=255811>
- TANZI, V. (1998). Corruption Around the World. Causes, Consequences, Scope, and Cures. *International Monetary Fund Staff Papers*, Vol. 45, No. 4, 559 - 594.
- THOMPSON, D. F. (1993). Mediated Corruption: The Case of the Keating Five. *American Political Science Review* 87, pp. 369–81.
- TI, T. I. (2009). *The Anti-Corruption Plain Language Guide* . Berlim: Transparency International.
- USLANER, E. M. (2004). *Trust and Corruption*. London: Routledge.
- USLANER, E. M. (2006). *Corruption and Inequality*. Helsinki: UNU - WIDER.
- UYS, T. (2 de March de 2011). Development and Corruption: A Sociological Analysis. Johannesburg, South Africa.
- VÁZQUEZ, A. S. (2000). *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VIEIRA, J. B. (2012). Corrupção: um mapa analítico. *Resenha Eleitoral*, Vol. 2.
- WEDER, A., & BRUNETTI, B. (2003). A Free Press is Bad News for Corruption. *Journal of Public Economics* 87, pp. 1801-1824.
- WORLD VALUE SURVEY. (2005-2009). *Online Data Analysis*. Fonte: World Value Survey: <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

Nome do entrevistado:

Data:

Empresa:

Cargo:

Gênero: 1-Masculino () 2- Feminino ()

Escolaridade:

1-Ensino Médio () 2-Superior Graduação ()

3-Mestrado () 4-Doutorado ()

Religião:

1-Católico ()

2-Luterano ()

3-Evangélico ()

4-Outra ()

5-Nenhuma ()

Q1- Em sua opinião, como você avalia a Democracia brasileira nos dias de hoje?

1-Muito Mal ()

2-Mal ()

3-Neutra ()

4-Bem ()

5-Muito Bem ()

Q1a- Por que?

R:

Q2- Como você definiria em curtas palavras a corrupção.

R:

Q2a- Qual das opções a seguir melhor se encaixa na sua ideia de corrupção? (Optar por apenas uma opção)

1-Propina ()

2-Troca de Favores ()

3-Nepotismo ()

4-Abuso do cargo público ()

5-Desvio de valores morais e políticos ()

6-Todas as opções acima ()

7-Outra: ()

Q3- Você já presenciou pessoalmente um ato de corrupção?

1-Sim ()

2-Não ()

Q3a- Quando? (Por exemplo: Hoje, Mês passado, Ano passado)

R:

Q3b- Que tipo de corrupção?

R:

Q4- Em sua opinião o povo brasileiro é confiável?

- 1-Muito **In**confiável ()
- 2-**In**confiável ()
- 3-**Con**fiável e **In**confiável ()
- 4-**Con**fiável ()
- 5-Muito **Con**fiável ()

Q4a- Por que?

R:

Q5- Em sua opinião os servidores públicos em geral, principalmente aqueles que prestam serviço diretamente aos cidadãos, são confiáveis?

- 1-Muito **In**confiáveis ()
- 2-**In**confiáveis ()
- 3-**Con**fiáveis e **In**confiáveis ()
- 4-**Con**fiáveis ()
- 5-Muito **Con**fiáveis ()

Q6- Em sua opinião o Governo Federal atual (o executivo) é confiável?

- 1-Muito **In**confiável ()
- 2-**In**confiável ()
- 3-**Con**fiável e **In**confiável ()
- 4-**Con**fiável ()
- 5-Muito **Con**fiável ()

Q7- Em sua opinião o Judiciário Federal atual é confiável?

- 1-Muito **In**confiável ()
- 2-**In**confiável ()
- 3-**Con**fiável e **In**confiável ()
- 4-**Con**fiável ()
- 5-Muito **Con**fiável ()

Q8- Excluindo jornais, rádio e televisão, qual a sua principal fonte de informação sobre a situação política brasileira?

R:

Q9- Em sua opinião a população brasileira tolera a corrupção?

- 1-Sim ()
- 2-Não ()

Se a resposta for sim, continuar na questão 9a.

Q9a Como você avalia a tolerância à corrupção por parte da população brasileira?

- 1-Muito Tolerante ()
- 2-Tolerante ()
- 3-Tolerante e Intolerante ()
- 4- Intolerante ()

5-Muito Intolerante ()

Q10- Em sua opinião o Judiciário brasileiro tolera a corrupção?

1-Sim ()

2-Não ()

Se a resposta for sim, continuar na questão 10a.

Q10a Como você avalia a tolerância à corrupção por parte do Judiciário brasileiro?

1-Muito Tolerante ()

2-Tolerante ()

3-Tolerante e Intolerante ()

4-Intolerante ()

5-Muito Intolerante ()

Q11- Qual a sua opinião sobre o financiamento de campanhas políticas? (A favor ou contra e por quê?)

R:

Q12- Qual a sua opinião sobre a prática de Lobby? (A favor ou contra e por quê?)

R:

Q13- Dada a situação hipotética a seguir, avalie o argumento da Empresa.

Uma empresa que depende exclusivamente de peças importadas para manter sua produção funcionando, oferece, frequentemente, entre outras, vantagens financeiras a agentes alfandegários, para que estes acelerem o processo de liberação de sua carga.

A empresa argumenta sua atitude da seguinte maneira: Nestes casos, ela estaria simplesmente utilizando os meios ao seu dispor para lubrificar a burocracia e manter sua produção funcionando.

Qual a sua opinião sobre o argumento desta empresa?

1-Discordo plenamente ()

2-Discordo ()

3-Concordo e Discordo ()

4-Concordo ()

5-Concordo plenamente ()

Q13a- Por que?

R:

Q14- Dada a situação hipotética a seguir, avalie o argumento do cidadão.

Um cidadão conseguiu para seu filho uma vaga altamente concorrida na melhor universidade pública da cidade, não graças aos méritos do filho, mas unicamente por meio de suas influências pessoais.

O cidadão argumenta o seguinte: Neste caso, ele aproveitou simplesmente os seus contatos pessoais e políticos para atingir seus objetivos.

Qual a sua opinião sobre o argumento do cidadão acima?

1-Discordo plenamente ()

2-Discordo ()

3-Concordo e Discordo ()

4-Concordo ()

5-Concordo plenamente ()

Q14a Por que?

R:

Q15- Em sua opinião a corrupção no Brasil tem alguma característica tipicamente brasileira?

1-Sim ()

2-Não ()

Q15a- Qual?

R:

Q16- Em sua opinião, quais seriam as principais causas da corrupção no Brasil?

R: